



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARCELA MARIA DE PAIVA AZEVEDO

**AUTISMO E PSICANÁLISE: UMA ODISSEIA SOBRE A ENTRADA NA
LINGUAGEM**

Belém

2016



AUTISMO E PSICANÁLISE: UMA ODISSEIA SOBRE A ENTRADA NA LINGUAGEM

Marcela Maria de Paiva Azevedo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Pará com objetivo de avaliação para obtenção do grau de Mestra em Psicologia.

Orientadora

Roseane Freitas Nicolau

Belém

Junho / 2016

**AUTISMO E PSICANÁLISE: UMA ODISSEIA SOBRE A ENTRADA NA
LINGUAGEM**

Marcela Maria de Paiva Azevedo

Orientadora

Roseane de Freitas Nicolau

Dissertação de Mestrado submetida ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários à obtenção de título de Mestre em Psicologia.

Aprovada por:

Roseane Freitas Nicolau - Orientadora

Inês Catão Henriques Ferreira – Pós-doutora

Luciana Brandão Carreira - Doutora

Belém

Junho / 2016

Em memória de minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Os anos que seguiram o percurso do mestrado foram talvez os mais turbulentos que tive o prazer de experimentar. Eu agradeço, sobretudo, a isso: a essa inquietante paixão por algo que ainda não sei, mas que me faz diariamente continuar.

Mas agradeço também à minha família, em especial, ao meu pai e a meus irmãos, suporte em todas as horas e base de todas as experiências que me fizeram chegar até aqui.

Agradeço à minha orientadora, Roseane Nicolau, pela relação sempre leve que construímos ao longo do mestrado e que permanece sólida, mesmo com o término deste caminho.

Agradeço às mulheres que aceitaram compor a minha banca, Luciana Brandão e Inês Catão. Além de grandes mestras, vocês são inspirações.

Agradeço aos amigos que o tempo me presenteou, em especial à Bruna Cruz, Fernanda Neta, André Assunção e Cinthia Castro. Vocês são o meu melhor casamento!

Agradeço ao Renato Salgado por ter devolvido alguma coisa de paz ou de calma aos meus dias, e por ser a presença mais constante, mesmo distante.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa sobre Autismo, coordenado pela Prof. Dra. Roseane Nicolau, na UFPA, ao grupo da Letra Freudiana e ao grupo do Fórum Lacaniano, por fomentarem as reflexões que povoam o encontro com a Psicanálise.

Agradeço ao Rodrigo Barata, meu poeta favorito, mestre e amigo, por ter devolvido o eu-lírico que eu havia perdido em algum lugar de mim.

Agradeço aos poetas e às reuniões poéticas das terças-feiras.

Agradeço à Universidade Federal do Pará, espaço público que me permitiu o privilégio de acessar os questionamentos e reflexões que deram origem a tudo isso.

Agradeço à Denise Scaff, Belizia Barcessat, Mayumi Fujishima, Luana Moura, Vasco Cavalcante, Angela Rezende, Ivone Varela, Cristina Maués, Lucas Aguiar, Sara Ribeiro, Lorena Tenório, Gabriela Ribeiro, Lorena Magno, Manuela Leão, Paula Godoy, Beatriz Vasconcelos, Larissa Barbosa, Thays Ribeiro, Nicole Rabello, Camila Linhares, Natália Rodrigues, Ricardo Evandro Martins, Layse Gama, Adriane Leite, Thiago Kazu, Ana Ilki, Rúdrissa Pamplona, Victor Cabral, Franklin Deyvys, Cristina Moura, Susette Matos, Rodrigo Erdmann, Adan Costa, Emerson Azevedo, Auxiliadora Azevedo, Rejane, Ana Célia, Andressa Dias, à grande família, aos amigos, aos místicos e a todas as gentes, que mal cabem em mim, mas que referidas ou não, pulsam aqui.

Agora só espero a despalavra: a palavra nascida
para o canto – desde os pássaros.
A palavra sem pronúncia, ágrafa.
Quero o som que ainda não deu liga.
Quero o som gotejante das violas de cocho.
A palavra que tenha um aroma ainda cego.
Até antes do murmúrio.
Que fosse nem um risco de voz.
Que só mostrasse a cintilância dos escuros.
A palavra incapaz de ocupar o lugar de uma imagem.
O antesmente verbal: a despalavra mesmo.

RESUMO

AZEVEDO, Marcela Maria de Paiva. **Autismo e Psicanálise: uma Odisseia sobre a entrada na linguagem**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

Esta pesquisa surgiu de questionamentos advindos do trabalho com crianças diagnosticadas com autismo e tem por objetivo fazer reflexões sobre a constituição do sujeito na perspectiva da psicanálise lacaniana. A referida síndrome, de acordo com o referencial teórico utilizado, é reflexo de uma possível falha na estruturação do sujeito como efeito da linguagem, e, dessa forma, nossa questão visa buscar subsídios para pensar como se dá o processo pelo qual o sujeito é invocado e capturado a adentrar no universo simbólico. Para tanto, fizemos um percurso dividido em quatro momentos: 1) o primeiro é uma revisão bibliográfica de autores que estudam o autismo numa abordagem lacaniana, o que possibilitou que nos aproximássemos da importância da relação sujeito-Outro e da inscrição significativa para o processo constitutivo, que foram posteriormente esmiuçadas nos seguintes capítulos; 2) logo, no segundo momento, priorizamos a relação primordial com o Outro, bem como a desnaturalização do organismo em prol de um corpo regido pela pulsão, articulada à linguagem, e todo o movimento que decorre desse processo: o funcionamento da economia de desejo, a alienação e separação ao Outro, a erogenização das bordas e os circuitos pulsionais, que versam sobre a assunção de um lugar de *fazer-se* em relação ao Outro; 3) no terceiro momento refletimos sobre a estruturação do inconsciente como linguagem, a partir da inscrição do traço unário e do recobrimento do real pelo simbólico, que nos aproximou da ideia de um furo constitutivo originário da *Austossug-Bejahung*; 4) no quarto capítulo nos dedicamos ao estudo da pulsão invocante (ouvir, ser ouvido, se fazer ouvir), que julgamos ter um papel privilegiado na captura do sujeito a adentrar na linguagem, bem como o processo de erogenização promovido pela escuta de *lalíngua*, que participa da estruturação dos litorais do sujeito e de uma escrita do corpo numa borda entre o real e o simbólico, onde também situamos a inscrição da letra. Nessa perspectiva, nos apoiamos na possível transmissão que a literatura traz à psicanálise com o Canto das sereias da Odisseia e a Pequena sereia para refletir sobre o lugar de borda em que as pessoas diagnosticadas com autismo estariam situadas. Por fim, pensamos que este percurso contribui para psicanálise e a clínica do autismo na medida em que aponta para a possibilidade de um enlaçamento do real pelo simbólico, num trabalho de criação e invenção próximo ao do músico ou do poeta, que circundam o real constitutivo num movimento de constante reinvenção.

Palavras chave: autismo; psicanálise; pulsão invocante; voz

ABSTRACT

AZEVEDO, Marcela Maria de Paiva. **Autism and psychoanalysis: an odyssey on the entry in the language**. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-graduação em Psicologia - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

This research arose from questions derived from work with children diagnosed with autism and aims to make reflections on the constitution of the subject from the perspective of Lacanian psychoanalysis. The syndrome, according to the theoretical framework, is a reflection of a possible failure in the structuring of the subject as an effect of language, and thus our question aims to seek grants to think how the process by which the subject is invoked and captured to enter the symbolic universe occurs. Therefore, we made a split path in four stages: 1) the first is a literature review of authors who study autism in a Lacanian approach, which enabled us to approach the importance of the subject-Other relationship and significant registration for the constitutive process, which were then detailed in the following chapters; 2) Thus, in the second stage, we prioritize the primary relationship with the Other, and the denaturalization of the body in favor of a body governed by instinct, linked to the language, and all the movement that follows this process: the functioning of the desire economy, the alienation and separation to the Other, the erogenization of the edges and instinctual circuits that deal with the assumption of a place to make in relation to the Other; 3) In the third stage we reflect about the structure of the unconscious as a language, from the inscription of the unary trait and the actual coverage by the symbolic, which brought us the idea of a constituent hole originating from *Austossug-Bejahung*; 4) In the fourth chapter we dedicated ourselves to the study of the invoking drive (listen, be heard, make be heard), which we judge to have a privileged role in the capture of the subject to enter the language, as well as the erogenization process promoted by listening to *lalangue*, which participates in the structuring of the subject's "coastline" and in a written body of a border between the real and the symbolic, in which we also place the registration of the letter. In this perspective, we support the possible transmission that literature brings to psychoanalysis with the song of the sirens from the Odyssey and the Little Mermaid to reflect about the place of edge where people diagnosed with autism would be located. Finally, we believe that this route contributes to psychoanalysis and clinical autism in that it points to the possibility of a bonding of the real by the symbolic, in a work of creation and invention next to that of a musician or poet, that surround the constitutive real in a movement of constant reinvention.

Keywords: Autism; psychoanalysis; drive invoking; voice

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
a. AS VÁRIAS POSIÇÕES DISCURSIVAS FRENTE AO AUTISMO: o diagnóstico, o tratamento e as respectivas implicações para a clínica.....	11
b. PROBLEMATIZANDO SOBRE A POLÊMICA DO AUTISMO: por uma pesquisa em psicanálise.....	20
c. A NOSSA ODISSEIA: um percurso à procura da voz do sujeito.....	22
1. ATRAVESSAMENTOS ENTRE A PSICANÁLISE E O AUTISMO.....	26
2. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO AO OUTRO E CORPO PULSIONAL.....	41
2.1 A ALIENAÇÃO AO OUTRO:.....	47
2.2 O OBJETO CAUSA DE DESEJO:.....	51
2.3 OS CIRCUITOS PULSIONAIS.....	54
2.4 SOBRE O GOZO.....	58
3 NO PRINCÍPIO ERA O VERBO: SOBRE A ORIGEM MÍTICA DO SUJEITO E A INSCRIÇÃO SIGNIFICANTE	60
4 SOBRE OS LITORAIS E A VOZ EVANESCENTE: O AUTISMO E AS SEREIAS.....	73
4.1 A ODISSEIA E O CANTO DAS SEREIAS: por uma barra no gozo	85
4.2 A PEQUENA SEREIA: e o lugar litoral.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
BIBLIOGRAFIA.....	94

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, é preciso marcar que esta pesquisa surgiu a partir de alguns questionamentos advindos do trabalho com crianças que receberam o diagnóstico de autismo e, por razão, o nosso principal objetivo é refletir sobre a constituição do sujeito nessas crianças. Mas, antes que possamos nos dedicar a essa ampla temática, é necessário que percorramos um trajeto que nos dê elementos para pensar e problematizar algumas controvérsias que envolvem o trabalho da psicanálise com esses sujeitos.

A referida síndrome, para a psiquiatria, é caracterizada por déficits na comunicação e na interação social, além de padrões repetitivos e estereotipados de comportamento, que trazem limitações e prejuízos ao funcionamento cotidiano. Com uma etiologia extremamente complexa e sem nenhum achado conclusivo, o qual defina uma causalidade, a ciência contemporânea, de forma hegemônica, sustenta os seus alicerces em determinantes orgânicos e fatos objetivos.

Restrepo (2012) destaca que a aliança da ciência contemporânea com a lógica capitalista influencia significativamente a psiquiatria e a psicologia, trazendo à tona a necessidade de se responder ao ideal do discurso científico, que almeja produzir resultados rápidos, eficientes e homogeneizantes. Dessa forma, os tratamentos de base cognitivo-comportamental aliados ao uso de psicofármacos ganham território, oferecendo uma promessa de adaptação e normalidade, amplamente divulgada e comprada como perspectiva ideal de intervenção.

Curiosamente, apesar do cenário desfavorável, a experiência que tive no trabalho com essas crianças apontou para a diversidade e pluralidade com que elas manifestavam essa sintomatologia característica. Conheci desde crianças que mal conseguiam articular o som das palavras até crianças que tinham uma fala automatizada, ecológica e repetitiva, mas que conseguiam, segundo o que nos foi possível entender, falar de suas emoções através da música, isto era demasiado peculiar. Pensar na enorme variabilidade com que esses sintomas se mostram em cada um sugere a presença de uma dimensão subjetiva na síndrome, a qual raramente é considerada. É acerca desta dimensão que essa pesquisa busca fazer reflexões, propondo estabelecer os elementos clínicos que participam da instauração do sujeito e as possibilidades de intervenção que, a partir deles, podem ser sustentadas.

Um dos nossos principais questionamentos refere-se ao aumento da quantidade de diagnósticos que é possível observar na atualidade, e, nessa perspectiva, Coriat (2011) destaca que o conceito de autismo, em função de ter sido amplamente estendido, perdeu sua especificidade. O diagnóstico é puramente clínico e, apesar da procura por causas orgânicas que possam justificar sua sintomatologia, não existe nenhum exame que possa validá-lo. Isso se traduz na dificuldade (ou seria facilidade?) de se diagnosticar uma criança como “autista”, pois, na medida em que ela apresenta os comportamentos citados acima – prejuízos na comunicação, interação social e padrões repetitivos de comportamento – a síndrome é de pronto caracterizada, sem que haja o reconhecimento do universo subjetivo da criança. Ou seja, um diagnóstico assim formulado exclui a possibilidade de algumas singularidades, pois se ampara no fenômeno de modo exterior e desimplicado.

Bernardino (2011), em consonância com os argumentos expostos sobre o tema, estabelece, em suas pesquisas, que a psicanálise não reduz a sintomatologia infantil apenas aos fenômenos manifestos, mas sim, questiona, a partir de uma teoria que inclui o processo constitutivo em outras bases, possibilitando interpretar tais manifestações segundo a subjetividade de cada indivíduo. Pensar nos entraves no desenvolvimento infantil, portanto, traz à tona o movimento pelo qual “o filhote humano vai se tornar um habitante da linguagem, um falasser, com um desejo próprio, uma capacidade de simbolizar o mundo ao seu redor e um determinado estilo de lidar com a falta estrutural implicada na sua condição humana, em suma, sua subjetividade” (BERNARDINO, 2011, p. 216). Quando a psicanálise se propõe a elaborar a clínica para intervir na síndrome autística, não é com a mesma intenção da psiquiatria ou da psicologia cognitivista, pois ambas sugerem a necessidade de adaptação, normatização e funcionalidade do doente ou do indivíduo. Ao contrário, este trabalho segue a linha da possibilidade de escuta do sujeito, na medida em que este é situado como efeito do discurso e da linguagem.

Partir de uma perspectiva psicanalítica para pensar a clínica do autismo, nos distancia das discussões etiológicas orgânicas e nos insere numa dimensão que reflete sobre a causa subjetiva. Lacan (1960) propõe, a esse respeito, que o efeito da linguagem é a causa introduzida no sujeito e que *Isso* fala dele, mesmo antes que possa falar por si, apreendendo-o nesse universo simbólico.

No seminário 5, Lacan (1958) mostra que, antes mesmo que a aprendizagem da linguagem seja elaborada no plano motor, auditivo e na possibilidade de compreensão do que

é dito, já existe simbolização. Porém, ao falarmos de linguagem não estamos nos referindo a um instrumento da comunicação inato ao ser humano, pois existe uma operação que, ao acontecer, insere no infans a condição que o distingue de todas as demais espécies de animais: a possibilidade de se contar e fazer série a partir de um significante. Quando um corpo passa a funcionar no registro do significante, podemos dizer que é um corpo pulsional. O corpo humanizado não corresponde exatamente ao corpo natural, biológico, mas sim, a um corpo atravessado pelas marcas deixadas pelo desejo do cuidador, portador de uma linguagem, que o desnaturaliza. Logo, um sujeito nasce na medida em que um significante surge na instância simbólica.

Pensar o autismo a partir de uma falha na constituição subjetiva que diz respeito a entrada no mundo simbólico, habitado por uma linguagem, é dar uma chance para que um sujeito possa advir ali onde só se vê automatismos. O que está além dos automatismos? O que os transtornos de linguagem, a desadaptação à vida social e as estereotípias corporais nos **falam** sobre as dificuldades do sujeito em se constituir?

Entretanto, antes de darmos continuidade aos aspectos metodológicos que subsidiam esse trabalho, é fundamental que façamos um percurso aprofundado sobre os discursos atuais que se propõem a pensar o autismo, desde a psiquiatria, as terapias cognitivo-comportais e as reflexões e problematizações inerentes à participação da psicanálise nesse campo, que é o que dará suporte para justificar essa pesquisa.

a. AS VÁRIAS POSIÇÕES DISCURSIVAS FRENTE AO AUTISMO: o diagnóstico, o tratamento e as respectivas implicações para a clínica.

O autismo é, atualmente, um dos campos de pesquisa mais controversos e obscuros, por não ter, do ponto de vista da ciência positivista contemporânea, uma etiologia conclusiva e uma prática de intervenção com eficácia comprovada. Ainda assim, a intervenção que a psicanálise propõe, dando espaço para o sujeito, é constantemente rechaçada em nome da boa prática científica. Neste tópico, objetivamos problematizar o cenário do autismo na atualidade.

A partir do DSM-V (2014), o autismo passa a integrar uma nova categoria diagnóstica distinta da antiga divisão entre os transtornos invasivos do desenvolvimento (TID), do qual o

autismo fazia parte junto com a síndrome de Asperger, a síndrome de Rett, o transtorno desintegrativo da infância, além de uma categoria residual denominada de transtornos invasivos do desenvolvimento sem outra especificação (TID-SOE). Na nova categoria, denominada de Transtorno do Espectro Autista, apenas o transtorno de Rett não foi incluso. O Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se, então, por: déficits persistentes na comunicação e na interação social; padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades; presença deste quadro sintomático desde a infância (ainda que só se tornem manifestas quando as demandas sociais excedem as capacidades e limitações da criança); limitação e prejuízo no funcionamento cotidiano; além de não ser melhor explicada por alguma outra deficiência cognitiva ou atraso global no desenvolvimento (FUENTES et al, 2012).

Os **prejuízos nas interações sociais e na comunicação** são caracterizados pelo DSM-V por: 1) limitação na reciprocidade social e emocional, que podem incluir dificuldades de manter um diálogo e interações, incapacidade de dar início a uma interação, além de problemas com a atenção compartilhada ou a partilha de emoções, interesses e outros; 2) limitações nos comportamentos de comunicação não verbal, utilizados para interação social, que incluem contato anormal dos olhos, postura, expressões faciais, tom de voz e gestos, além da incapacidade de entender sinais não verbais; 3) limitação em iniciar, manter e entender relacionamentos, variando de dificuldades com a adaptação de comportamentos para se ajustar às diversas situações sociais, que se traduz em graves dificuldades para manter relações, falta de interesse em outras pessoas, dificuldades de jogar, fingir e se engajar em atividades apropriadas para a idade.

Em relação aos **padrões restritos e repetitivos de comportamento**, interesse ou atividades, segundo o DSM-V (2014), o indivíduo deve apresentar, pelo menos, duas das seguintes formas: 1) movimentos repetitivos e estereotipados no uso de objetos ou fala; 2) insistência nas mesmas coisas, aderência inflexível às rotinas ou padrões ritualísticos de comportamentos verbais e não verbais; 3) interesses restritos, que são anormais na intensidade ou no foco; 4) hiper ou hipoativo a estímulos sensoriais no ambiente.

Diante das características apontadas pelo DSM para o diagnóstico do autismo, vale questionar sobre as possibilidades etiológicas, buscando, assim, uma maior compreensão do domínio pelo qual se estende o transtorno autista.

Pesquisas atuais apontam para a etiologia complexa do autismo, no sentido de que não há determinantes orgânicos que atestem um fator causal para essa síndrome. Isso significa dizer que as anormalidades organoneurobiológicas, bioquímicas e os achados sobre a hereditariedade genética não conferem uma resposta conclusiva para o autismo. Sabe-se, hoje, que já foram registrados mais de duzentas variantes genéticas coexistentes com casos de autismo e nenhuma delas se mostrou ser um fator patognomônico para a síndrome. Ainda que haja algumas variantes mais comuns (14 variantes), os pesquisadores atestam que elas são insuficientes para uma determinação causal, pois, para além disso, existe também uma grande multiplicidade de expressões psíquicas e comportamentais que variam de caso a caso. Ou seja, ainda que haja um papel orgânico na etiologia do autismo, este não se faz suficiente para atestar sua causalidade, devendo haver algo a mais que incite o surgimento desses sintomas. Esse “a mais” estaria localizado justamente no ambiente¹ (JERUSALINSKY, A. 2012b).

Isso significa dizer que o diagnóstico de autismo é absolutamente clínico, pois não há exames através dos quais se possa confirmar, a partir de um dado orgânico, a existência da síndrome, além de que o conceito de autismo foi tão estendido, que perdeu seus limites. Coriat (2011) chama a atenção para o fato de que, na clínica, os pais chegam com um diagnóstico fechado por psiquiatras e neurologistas infantis, ambos atestando a causalidade orgânica da síndrome. Ao discutir o caso de um garoto que chegou a sua clínica após passar por vários médicos, psicólogos, psicolinguistas, entre outros profissionais, ela observa esse fato, ao relatar trechos da primeira entrevista com os pais:

A posteriori, precipita-se uma série de consultas, tratamentos e diagnósticos: transtorno da personalidade, desconexão, transtorno grave do desenvolvimento, autismo. O diagnóstico de autismo é dado por um neuropediatra de primeira linha, acompanhado pelas seguintes palavras: “**O autismo é orgânico, é importante que vocês não se sintam culpados**” (CORIAT, 2011, p. 166. Grifo nosso).

A responsabilização dos pais pelo tratamento de crianças autistas é uma temática igualmente delicada, a ponto da implicação, numa intervenção, mobilizar culpa e angústias, nem sempre fáceis de sustentar. A intervenção psicanalítica propõe que os pais se responsabilizem pelo desejo de ter filhos, mas não os culpa. A culpa é inerente à constituição psíquica, mais especificamente à instância superegoica. Mas o que se observa, nas

¹ Vale ressaltar que, apesar das ciências contemporâneas, imersas pela filosofia positivista, reduzirem o meio ambiente a suas expressões físicas, como temperatura, umidade, condições químicas, alimentação etc, há uma variante que é fundamental, e não raramente é deixada de lado: a própria humanidade e a forma como ela é transmitida para cada sujeito (JERUSALINSKY, A. 2012).

intervenções atuais, é uma completa desculpabilização, que pode levar a uma desresponsabilização e completa desimplicação.

Outro questionamento feito por Coriat (2011) é sobre a falta de nosologias possíveis no DSM para os problemas da infância, como as psicoses infantis, por exemplo, que repercutem também na inflação de diagnósticos de autismo na atualidade:

Até a década de 1980, considerava-se majoritariamente que a etiologia do autismo era puramente “emocional” (a tal ponto de que não se diagnosticava o autismo no caso de crianças cegas ou com qualquer patologia neurológica identificável), mas a partir de então passou-se a considerar, por princípio, que sua etiologia é orgânica, com o que se dá a inversão da ordem do diagnóstico: já não se trata de diagnosticar o autismo sob a condição de que não se encontre evidência neurológica, mas qualquer criança que apresente algum comportamento estranho e do qual possa se desconfiar alguma disfunção passou a ser pelo menos suspeita de autismo. A nosologia perdeu sua acuidade e se converteu num balaio de gatos (CORIAT, 2011, p. 169).

Em seguida, Coriat (2011) atesta que as características que definem o transtorno autista pelo DSM (desenvolvimento anormal ou deficiente na interação social, na comunicação e um repertório restrito de atividades ou interesses) poderiam ser indícios de qualquer outro problema psíquico grave que aparece na infância, o qual evidencia a fragilidade das condições que servem como parâmetro para o diagnóstico.

Diante das características propostas pelo DSM para o diagnóstico da síndrome e do fato de não haver uma etiologia conclusiva e um tratamento interventivo com eficácia comprovada, a compreensão do terreno que abarca o autismo se torna obscuro, no sentido de não haver fechamento ou conclusões. Diferentes campos teóricos têm colaborado, dentro de seus limites, para a compreensão e tratamento dessa síndrome.

Um destes campos teóricos é o comportamentalismo, que possui um método de intervenção chamado ABA (Análise Aplicada do Comportamento). O ABA é um método criado para qualquer contexto em que seja necessária uma mudança de comportamento, não é exclusivamente utilizado para o tratamento do autismo. Entretanto, os resultados positivos na aquisição de comportamentos novos e possibilidade de maior funcionalidade para a criança têm feito com que esse método seja largamente utilizado para a intervenção no autismo. Fialho (2013) destaca que o ABA não é um programa de exercícios, ou um pacote de técnicas que foi criado para o tratamento do autismo, mas parte da avaliação do repertório inicial e individual de cada sujeito e propõe a aprendizagem a partir de estímulos os quais façam parte do repertório ou interesse da criança autista.

Segundo Fialho (2013), o olhar do ABA para o autismo surgiu a partir de Lovaas, cujo programa de ensino era baseado em “40 horas semanais de intervenção comportamental individualizada por um período de 2 anos ou mais” (McEachin; Smith; Lovaas, 1993, p. 360, apud FIALHO, 2013). Essas longas horas de intervenção são justificadas pela possibilidade de não apenas o analista do comportamento poder aplicar diretamente esses procedimentos de aprendizagem, mas também de poder treinar várias pessoas do entorno da criança “para que estes também estimulem a emissão de respostas adequadas e usem procedimentos comportamentais para controlar as respostas inadequadas” (FIALHO, 2013). Logo, o objetivo do método ABA, no autismo, é criar comportamentos mais adaptados para que a criança autista possa ter uma vida mais funcional².

Por este trabalho ser de base psicanalítica, não esmiuçaremos os procedimentos que são utilizados para o reforçamento de comportamentos adaptados e funcionais e os procedimentos que são usados para a extinção de comportamentos disfuncionais ou desadaptados. Apresentamos, por ora, apenas os pontos fundamentais sobre essa metodologia de intervenção apresentada, sendo elas: objetivo – modificar o comportamento da criança para torná-la mais adaptada aos padrões sociais; metodologia – utilizar procedimentos de reforçamento, a partir dos interesses individuais da criança e com base numa análise do repertório inicial de comportamentos; embasamento teórico – teoria da aprendizagem. Vale ressaltar, ainda, segundo Fialho (2013), que um dos grandes destaques dessa metodologia é a possibilidade de avaliar as melhoras do quadro devido à comparação do repertório de comportamentos iniciais com aqueles apresentados e conquistados depois da intervenção.

Em contrapartida, a possibilidade de tratamento, proposta pela psicanálise, baseia-se na constituição de um sujeito, ou seja, de um ser falante e desejante. Alfredo Jerusalinsky, (2012b) diz que independente de todas as possibilidades etiológicas, **algo que se observa em todos os casos de autismo é a falha no reconhecimento recíproco entre o filho e sua cuidadora**. “Por isso, a psicanálise situa ali seu ponto fundamental de intervenção: os jogos constituintes, a maneira da relação de uma mãe com seu filho” (JERUSALINSKY, 2012b, p. 106).

Nesse sentido, é também pertinente situar e posicionar o modo pelo qual a psicanálise concebe o autismo, sobretudo porque uma das razões que contribui para o seu rechaço,

²Para mais informações sobre o método, sugere-se: SMITH, Tristram. *What Is Evidence-Based Behavior Analysis?* In *The Behavior Analyst*, 36, 7–33 No. 1.2013.

enquanto perspectiva teórica e de intervenção, são as considerações acerca da possível causalidade psíquica da síndrome pela frieza de algumas mães, que foram denominadas com o termo *mãe-geladeira*, ao passo que seus filhos foram chamados de *fortalezas-vazias*.

Essa ideia é atribuída a Bruno Bettelheim, que também cunhou os controversos termos. Julgamos relevante, em função de toda polêmica que envolve, levantar reflexões a partir das considerações do próprio autor e do que ele propôs sobre as dificuldades emocionais destes pais, na medida em que não é possível determinar se são causa ou consequência do quadro:

Sabe-se reativamente pouco acerca dos pais de crianças esquizofrênicas ou autistas. [...] Frequentemente temos observado o mesmo sentimento de culpa nos pais angustiados de crianças com lesões cerebrais, sendo óbvio que os pais não contribuíram para causar o problema. [...] Quando a mãe não recebe resposta durante os primeiros meses de vida do infante, ela pode duvidar de sua capacidade para tratar corretamente a criança. Por causa de sua insegurança ou desejando se proteger contra a frustração e a culpa, pode apelar à rotina. Essas reações bem podem surgir na mãe como uma defesa contra a insuportável dor e a ansiedade produzidas pela indiferença ou estranhas respostas do infante (BETTELHEIM, 1953, p. 194-197 apud JERUSALINSKY, A. 2012b, p. 110-111).

Esse trecho da obra de Bettelheim *Fugitivos de La Vida*, de 1953, citado por Alfredo Jerusalinsky (2012b), denota que, ao contrário do que se acredita, o autor considerou as possibilidades de não-resposta da criança enquanto um fator a se ponderar ao falar da frieza materna, o que questiona a polêmica ideia da causalidade psíquica e esvazia o contexto de sua aplicação. Alfredo Jerusalinsky (2012a) defende a tese de que as condições constitucionais interferem no exercício da maternidade:

Por isso diremos que, se é bem verdade que na criança não há sujeito constituído desde o começo, há, porém, na mãe, um sujeito para si mesma e outro para emprestar para o seu bebê. Essa intersubjetividade sustentada pela mãe precisa de uma ilusão de resposta psicológica, e o suporte dessa ilusão está dado pela resposta material dos mecanismos constitucionais (JERUSALINSKY, 2012b, p. 95).

Ou seja, para a psicanálise, do ponto de vista deste autor, há que se considerar não apenas as carências da mãe nas possibilidades de constituir e desejar a criança, mas também as possibilidades da criança em sustentar para a mãe esse desejo. A questão é que, para essa concepção teórica, independente de a mãe desejar ou não a criança, e da criança sustentar ou não esse desejo, para a compreensão do autismo, haverá a falha no laço entre eles. Pensar de quem é a culpa é uma questão estéril, pois a intervenção será a mesma, e será na

reconstituição do laço da criança com o Outro³, que, na primeira infância, está encarnada na figura materna ou no cuidador que exerce essa função.

Vale ressaltar, também que, ainda que Bettelheim tivesse realmente proposto sobre a frieza materna no sentido de culpabilizar as mães pelo mal que afeta seus filhos, o momento em que o autor refletiu acerca dessa temática foi inaugural, ou melhor, foi um ponto de partida para as várias pesquisas que hoje se tem feito dentro do corpo teórico da psicanálise para pensar o autismo. A concepção da psicanálise sobre essa síndrome evoluiu desde então, e, atualmente, não se fala mais nos pressupostos de Bettelheim, a não ser para fazer considerações históricas sobre o tema.

Outra temática importante para refletir em relação ao diagnóstico é a possibilidade dele anular o ideal e o desejo dos pais em prol de uma nosologia que estaria indicando uma insuficiência parental e a insuficiência da criança. Sobre esse assunto Vorcaro (2011) sustenta que:

Assim, a impotência representada pela doença impede que a criança concreta coincida com aquela idealizada pelos pais. Já que não pode responder de onde é esperada, não pode alimentar a ficção que a sustém na posição que lhe foi atribuída. Constatada a insuficiência da sua própria interpretação sobre as manifestações da criança, os pais suspendem seu desejo de filho ideal (VORCARO, 2011, p. 227).

A autora aponta, ainda, como efeito da anulação do desejo pelo filho ideal, a transferência do saber parental sobre os filhos para o saber especializado, criando uma dependência cada vez maior das orientações e cuidados prescritos pela ciência. A estruturação subjetiva define-se como o percurso desde a atribuição de uma significação dada pelos pais até o momento em que a criança possa referir-se no discurso, logo, o reconhecimento pela deficiência, como consequência, solapa as possibilidades da criança se constituir como sujeito (VORCARO, 2011).

Problematizar o diagnóstico a partir da psicanálise é também questionar a plausibilidade dos demais discursos que postulam verdades acerca do autismo. Sobre a temática, Bernardino (2011) refere que a construção dos mais recentes manuais diagnósticos priorizou quadros com predomínio de questões cognitivas em detrimento das questões que

³ Termo designado por Lacan para falar do lugar simbólico (o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente) que determina o sujeito ora de maneira externa, ora em sua maneira intrassubjetiva em relação com o desejo. (ROUDINESCO e PLON, 1998).

dizem respeito a uma organização da personalidade, que tem como resultado a desvalorização das causas subjetivas:

De fato, é bem verdade que os comportamentos cognitivos são observáveis, enquanto a organização da personalidade requer uma dedução. Em outras palavras, há objetividade na presença de um cérebro e no exercício de funções cognitivas e habilidades instrumentais dele decorrentes. Já a questão da subjetividade, impossível de medir em termos químicos, genéticos ou de neuroimagem, depende de um cálculo a partir de suas manifestações, depende de uma interpretação, depende de uma teoria para interpretar (BERNARDINO, 2011, p. 206).

Ora, ainda que haja formas de se calcular a partir da bioquímica cerebral alguns quadros patológicos, existe uma gama de outras possibilidades que são inerentes à própria subjetividade e sua organização, que se faz de modo singular para cada indivíduo. Não há formas, ao menos na atualidade, de se calcular a subjetividade, ou as estruturas de personalidade, e por isso é necessário que nos apoiemos em teorias para interpretar essas manifestações. Vale questionar até que ponto as manifestações da criança diagnosticada com autismo são objetivas: será que expor determinados comportamentos é suficiente para traduzir, sistematicamente, o quadro diagnóstico de uma síndrome? Nessa perspectiva, Bernardino (2011) continua:

Podemos localizar a principal problemática na maneira como se postula o diagnóstico. Ao generalizar sintomas, pela sistematização e ampla divulgação dos mesmos, não há mais a preocupação com o que estaria acontecendo com a criança, seu meio e as problemáticas que a envolvem no longo processo de desenvolvimento sediado na infância. A listagem de sintomas – exterior e desimplicada dos personagens em questão – facilita o diagnóstico, que pode até ser proposto por pais e professores, por exemplo. Cada vez mais crianças podem ser diagnosticadas sob uma mesma denominação, já que não há uma preocupação com uma coerência interna de raciocínio clínico nem há preocupação com o processo de formação do psiquismo e sua inter-relação com o mundo externo (BERNARDINO, 2011, p. 208).

Neste trecho, a autora problematiza a ideia de que ainda que o DSM seja um parâmetro científico para diagnosticar crianças com autismo, para a psicanálise, não é suficiente apenas o olhar objetivo das manifestações infantis, pois é preciso perceber como a criança foi constituída como um sujeito e não apenas olhá-la sob um ponto de vista orgânico. A psicanálise possui outro parâmetro que não se limita à objetividade dos fatos, considera-os, mas vai além, afastando-se deles para melhor lê-los.

Para além dessas questões, vale destacar, também, que a cientificidade preconizada pelo DSM também é discutível, já que seus diagnósticos não são fundamentados de forma

objetiva, com pesquisas laboratoriais, e sim, são produtos de agrupamentos de sintomas clínicos. Bernardino (2011), ao falar sobre a ruptura que ocorreu a partir do DSM-III com o *ecletismo conceitual* em favor de uma única lógica classificatória, com a *hegemonia dos saberes* e com as *representações sociais*, ao forjar novas noções sobre o que é normal e patológico, sugere que os diagnósticos propostos pelo DSM estão a favor da indústria farmacêutica:

Ao se proclamar como a-teórico, como mostram estes mesmos autores, o DSM-III deixou de lado qualquer discussão sobre a etiologia, bem como abriu caminho para o retorno e uma ascensão da psiquiatria biológica. Ao dar preferência aos estudos epidemiológicos e aos dados estatísticos, para atingir a objetividade das outras áreas da medicina, priorizou a pesquisa experimental de ótima serventia tanto para a indústria farmacêutica quanto para as empresas de seguro na área de saúde. Como concluem estes autores, “a visão predominantemente biológica que fundamenta a nova nomenclatura articula-se à hegemonia do tratamento farmacológico que, presente desde pelo menos o final dos anos 1950 no campo da psiquiatria, tem se firmado como terapêutica por excelência dos distúrbios mentais (RUSSO; VERÂNCIO, 2006, p. 474-475)”. (BERNARDINO, 2011, p. 208).

Outro ponto importante de ser sublinhado refere-se à questão etiológica, que parte de uma díade entre a organogênese e a psicogênese, como pressupostos da origem do autismo, na qual a ideia psicogênica, em geral atribuída à psicanálise, além de aparentemente anticientífica, mobiliza culpa nos pais. Nesse sentido, Laznik (2004), além de propor pensar a multifatorialidade na causa, entende que a síndrome decorre em função da não-instauração de algumas estruturas psíquicas:

Do ponto de vista psicanalítico, a plena manifestação de uma síndrome autística pode ser considerada como tradução clínica da não-instauração de um certo número de estruturas psíquicas que, por sua ausência, só podem acarretar déficits de tipo cognitivo, entre outros. [...] E podemos sustentar uma semelhante concepção, admitindo uma multifatorialidade e deixando de lado o debate, quase sempre estéril, entre psicogênese e organogênese (LAZNIK, 2004, p. 21).

Laznik (2004) admite, portanto, a possibilidade de haver fatores orgânicos envolvidos na síndrome, mas estes não negam a ideia da psicanálise acerca da importância de atentar à estruturação do sujeito, e sim, complementa no sentido de haver um dado real e orgânico que sensibiliza ou vulnerabiliza a criança para a não instauração das estruturas psíquicas que são fundamentais para a sua constituição. Logo, o partidarismo etiológico é um debate esvaziado, pois, independente de qual seja o fator causal, a possibilidade de intervenção está justamente no âmbito psíquico, naquilo que pode ser feito para constituir na criança as estruturas necessárias que possibilitem que ela advenha como um sujeito.

Tais reflexões são pertinentes para fundamentar tanto a inserção da psicanálise nesse universo, na medida em que desmascara e questiona várias facetas que se opõem à pertinência de nosso trabalho de escuta com as crianças autistas, como também sedimenta e justifica a necessidade em dar continuidade a essas problematizações e aos avanços que a psicanálise traz no que tange ao autismo. Nessa perspectiva, o tópico seguinte propõe relacionar a inserção da psicanálise no campo do autismo e a pesquisa em psicanálise, como alicerce metodológico deste trabalho.

b. **PROBLEMATIZANDO SOBRE A POLÊMICA DO AUTISMO:** por uma pesquisa em psicanálise.

Pensar a dimensão subjetiva das pessoas diagnosticadas com autismo é um questionamento à própria ciência positivista contemporânea. Talvez, por essa razão, as propostas de intervenção psicanalíticas sejam frequentemente postas à prova pelo discurso científico. Como reflexo, vários acontecimentos, de âmbito internacional, eclodiram e polemizaram as possibilidades clínicas de intervenção e de pesquisa em psicanálise sobre esta síndrome. Na França, por exemplo, em fevereiro de 2012, o jornal *Libération* trouxe uma manchete de capa que dizia: *La psychanalyse interdite l'autisme*. A matéria do jornal antecipava trechos inéditos sobre um relatório de “boas práticas” para o tratamento do autismo, que seria publicado no dia 8 de março, realizado pela Haute Autorité de Santé (HAS). A HAS foi criada em 2004, com o objetivo de avaliar cientificamente e promover o bom uso dos cuidados de saúde, bem como as práticas mais adequadas, priorizando as relações de eficiência - as técnicas identificadas como as melhores para realizar uma dada tarefa, ou como atuar de uma forma correta com menor custo (PERRONE, 2012).

Segundo Perrone (2012), na página 27 do relatório elaborado pela HAS, eles afirmam: “A falta de dados sobre a eficácia e a divergência de opiniões expressas permitem concluir a não pertinência das intervenções sustentadas em abordagens psicanalíticas e na psicoterapia institucional” (FAVEREAU, 2012, p. 14, *apud* PERRONE, 2012, p. 100). Ora, com o desdobramento do episódio, foi construído um projeto de lei que visava a proibir o acompanhamento psicanalítico de pessoas diagnosticadas com autismo a favor de métodos comportamentais e educacionais.

As repercussões da polêmica situação francesa acerca da intervenção psicanalítica no autismo chegou ao Brasil, mais precisamente em São Paulo, orientando também a condução

de políticas públicas⁴ para o diagnóstico e os respectivos encaminhamentos do paciente autista, que excluem o apoio a qualquer possibilidade de intervenção e tratamento que seja pautado em abordagens cuja eficácia não pode ser comprovada cientificamente e cujo eixo teórico foge da corrente atual da psiquiatria⁵.

Perrone (2012) destaca que esses episódios obedecem à lógica de um discurso de poder, que, além de conduzir as práticas de saúde para uma normatização, tentam acabar/negar com o inconsciente por um decreto.

Segundo Alberti e Elia (2008), a Ciência, enquanto categoria epistemológica é caracterizada pelo método hipotético dedutivo criado por Galileu, do qual a psicanálise é herdeira desde sua origem. Contudo, a psicanálise rompe com esse campo científico e subverte-o de modo radical quando o sujeito é excluído na mesma operação na qual o homem do cogito cartesiano é incluído.

Para ter validade, nos moldes preconizados pelo cientificismo contemporâneo, é preciso que um discurso tenha a possibilidade de ser refutado. Para tanto, parte-se de uma realidade recortada, estabelecem-se correlações precisas e buscam-se determinações causais que possam ser generalizáveis. Mas qual seria o lugar para a realidade psíquica? Não há espaço no ideal positivista para pensar os efeitos da linguagem, do significante e dos elementos da constituição do sujeito. Por essa razão, a ruptura que a psicanálise opera é em função de ir além do que é cabível no discurso científico. Logo, ao contrário da ciência positivista contemporânea, na qual o sujeito é visto como uma variável passível de mensuração, a psicanálise lida com o sujeito dividido, distinto de toda forma de individualidade empírica (ALBERTI & ELIA, 2008).

⁴ Este trabalho não aprofunda as questões no âmbito das políticas públicas que têm sido feitas no Brasil para o atendimento de pessoas com autismo, mas destaca a importância da criação e desenvolvimento dessas políticas de forma abrangente, considerando os diversos campos de pesquisa, na atualidade, sobre essa síndrome. Como já foi apontado, não há informações conclusivas sobre o autismo, sendo este um campo de estudo ainda obscuro. Logo, destaca-se a importância de ponderar os discursos acerca das verdades absolutas que a abordagem biológica prega, e, sobretudo, avaliar até que ponto é benéfico para a intervenção pública o estreitamento do tratamento para um único viés. Nesse sentido, destaca-se a importância do seguinte documento, disponibilizado para consulta pública: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. **Linha de Cuidado para a atenção integral às pessoas com Transtorno do espectro do autismo e suas famílias no Sistema único de Saúde**. Brasília, DF: 2013 (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/autismo_cp.pdf> Acessado em: 15 de maio de 2013.

⁵ Para maiores referências, sugere-se: Manifesto do Instituto Sedes Sapientiae – Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública, disponível em www.sedes.org.br/site/node/474.

A psicanálise é, portanto, um método de investigação que se diferencia dos demais métodos, por resgatar o que a ciência exclui. Entretanto, dentro da perspectiva positivista, qualquer construção teórica que não siga as bases experimentais, é exilada do substrato que abarca a nomenclatura “científico”.

Elia (2000) afirma que o campo de pesquisa com que a psicanálise trabalha, é o sujeito do inconsciente. A forma de ter acesso, de fazer pesquisa nesse campo, é própria ao método psicanalítico: escutar o inconsciente a partir do discurso. Nesse sentido, toda pesquisa, em psicanálise, é uma pesquisa clínica, na medida em que o pesquisador é também um analista e empreende sua investigação neste lugar de escuta e de causa para o sujeito.

Por ser uma pesquisa clínica, o método obedece à lógica do inconsciente, implicando a transferência e a admissão de um não-saber, cuja verificação coincide com a descoberta, em vez de uma hipótese a ser verificada. Elia (2000) comenta:

[...] em sua estrutura metodológica, a clínica não é lugar de aplicação de saber, mas de produção, o que significa que, havendo produção de saber, há necessariamente condições para a prática clínica, uma vez que o saber produzido, não tendo caráter especulativo, foi gerado a partir de uma experiência em que o sujeito está necessariamente implicado (ELIA, 2000, p. 32).

Ora, o autor mostra a articulação entre psicanálise e a pesquisa clínica, evidenciando a importância da produção de um saber subjetivo, pautado na experiência do sujeito, cujo valor se torna ainda maior por abarcar uma dimensão constantemente exilada do discurso científico.

Ao considerar o sujeito, a psicanálise é descredenciada do rol de saberes científicos, trazendo, como consequência, por exemplo, as grandes polêmicas mencionadas acima. É também, nessa perspectiva, que a pesquisa em psicanálise se circunscreve e se justifica, na medida em que se faz necessário dar espaço e voz ao que é constantemente calado pelo discurso da Ciência. Nesse sentido, veremos adiante como essa pesquisa foi construída.

c. A NOSSA ODISSEIA: um percurso à procura da voz do sujeito.

Ao situar a síndrome autística a partir do campo da linguagem, almejamos trazer à tona premissas inerentes à *constituição do sujeito*. Contudo, uma vez que este é um largo processo cuja compreensão ampla ultrapassa os limites de um trabalho de mestrado, optamos por questionar, de forma mais precisa, a maneira como se dá o processo pelo qual o sujeito é capturado, ou invocado, a adentrar no universo simbólico.

Para tanto, nossa proposta consistiu em desenvolver uma investigação a partir de quatro pontos fundamentais, os mesmo com os quais foram elaborados os capítulos da dissertação. Num primeiro momento, fizemos um percurso na psicanálise de referencial lacaniano para fundamentar os atravessamentos entre psicanálise e autismo, delineando, de forma mais intrincada, o nosso campo de pesquisa e a circunscrição de nosso referencial teórico. Neste capítulo, algumas noções chaves foram apresentadas, apontando para os seguintes direcionamentos: 1) a importância da instauração pulsional e do enlace ao Outro; 2) a primeira inscrição no registro simbólico; 3) e a ideia da pulsão invocante e da voz como objeto *a*, que julgamos ter um papel fundamental na captura do sujeito ao registro simbólico. Tais noções relacionam-se, mas, para efeitos didáticos, desenvolvemos cada uma delas em capítulos separados.

Logo, no segundo capítulo, dedicamo-nos a pensar as bases da constituição do sujeito a partir do encontro com Outro. O desenvolvimento desta temática inicia, portanto, com o estudo do conceito de pulsão articulado à primeira experiência de prazer, detalhada por Freud no *Projeto para uma Psicologia Científica* (1895), mais precisamente no tópico *A experiência de satisfação*. Nessa perspectiva, abordamos a importância do primeiro grito da criança e a leitura do mesmo como apelo para a introdução, violenta e necessária, de uma dimensão significativa ao funcionamento corporal, dando ensejo para abordarmos a tríade necessidade-demanda-desejo.

Desde o nascimento, o sujeito está exposto ao mal-entendido, que é habitar a linguagem, mas isso escancara a impossibilidade de se representar no Outro, introduzindo uma dimensão de falta, de impossibilidade de se apreender por completo. Por conseguinte, há aí, ao aceitar a dimensão simbólica, um gozo que é barrado, cujo resto denomina-se objeto *a*. Esses movimentos dialéticos de alienação e separação vão além da mera intrusão da linguagem, sendo preciso que haja a renúncia de um gozo para que a ordem significativa seja introduzida. Será que é possível pensar que, nas crianças diagnosticadas com autismo, a renúncia a esse gozo não ocorre? Para subsidiar nossas elaborações, apoiamo-nos nos seminários 9, 10 e 11 de Lacan, bem como em textos de comentadores, como Laurent (1997a; 1997b); Vidal e Vidal (1995); Soler (1997; 2012).

No terceiro momento, visamos a apresentar como se dá a primeira inscrição no registro simbólico. O nosso trajeto inicia com o aparelho de memória construído por Freud na *Carta à Fliess* (1895), que já mostra um aparelho inconsciente mediado pela linguagem e pelo

apagamento da marca real para uma inscrição simbólica, e com o texto *A Negação* (1925), no qual Freud aborda o recalque originário e o processo da *Bejahung-Ausstossung*. Para aprofundamento da temática, usaremos o texto de Solal Rabinovitch (2001), em que a autora detalha ainda mais as possibilidades de negação a partir de uma releitura lacaniana do texto freudiano. Situaremos, assim, que o aparelho psíquico não é uma tábula rasa onde tudo se inscreve, pois há uma expulsão originária que circunscreve os registros Simbólico e Real e funda a estrutura psíquica. Mas o que se inscreve? Para responder a tal questão, recorreremos ao seminário 9 de Lacan (1961/1962), no qual o autor define, a partir do processo de identificação, o conceito de traço unário. Na criança diagnosticada com autismo, cuja fala é ausente ou automatizada, algo da ordem dessas inscrições não se desenrola.

Mas indo além, para fundamentar as nossas proposições acerca da voz como objeto *a* e de uma necessária renúncia de gozo para que o sujeito se constitua, aproximamo-nos, a partir de reflexões acerca do recobrimento do real pelo simbólico, da noção do inconsciente real trabalhada por Lacan no último momento de seu ensino, e introduzimos um autor que foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho como um todo: Alain Didier-Weill (1997; 1999; 2012; 2014). O autor é conhecido por ter desenvolvido, com mais afinco, o circuito da pulsão invocante, apontada por Lacan no seminário 11 (1964), mas pouco trabalhada por ele ao longo de sua trajetória.

No quarto capítulo deste trabalho, dedicar-nos-emos, enfim, ao estudo do circuito da pulsão invocante. Logo, refletiremos sobre os efeitos da voz no corpo do bebê, trazendo a noção de *lalíngua*, *falasser* e *letra*, bem como, apoiados em autores que estudam o autismo numa perspectiva psicanalítica lacaniana, o importante papel conferido à queda da voz como objeto *a* para dar suporte à enunciação ou a uma fala subjetiva (SOLER, 1999; MALEVAL, 2007; NOMINÉ, 2012; PORGE, 2014). Nessa perspectiva, além da compreensão da voz como objeto *a*, será fundamental entender como funciona o circuito pulsional. O que parece ser mais singular neste circuito, além do fato de não ter sido desenvolvido por Lacan em seu seminário 11, é a necessidade de ser atribuído um ponto de surdez (VIVÈS, 2012) ou de eco (PORGE, 2014), no qual o gozo autístico da voz teria que ser esquecido, para que o sujeito possa ascender. É curioso observar que a voz e seus encantos, seu gozo, sempre estiveram presentes na literatura. Tomamos como parâmetro o episódio de Homero sobre o canto da sereia, abordado por Vivès (2012), no qual Odisseu precisou encher de cera o ouvido dos seus companheiros e se amarrar no mastro de seu barco para que não cedesse aos encantos

vocálicos das sereias, com sua promessa de gozo que anula o sujeito e seu desejo. Adentrando o universo dos contos, em *A pequena sereia* (1837/2010), Andersen faz com que a princesa, metade menina metade peixe, tenha de renunciar a sua voz encantadora para se tornar humana. A condição radical imposta pela bruxa faz com que ela aceite perder um traço fundamental de sua identidade, e o preço que paga por isso é lhe cortarem a língua. A humanidade tem um custo, que é o da renúncia de um gozo, mas também da necessidade de barrar o Outro impositivo e radical. Mas o que será que essas histórias têm em comum?

O episódio da Odisseia, um dos primeiros poemas da cultura ocidental, transmite, em sua dimensão mitológica, algo sobre esse momento tão precoce da constituição do sujeito. Segundo Martin (2014), a poesia homérica se apresenta como algo que vai além do discurso comum, “uma forma de arte próxima do puro som harmonioso” (p. 27), logo, na cultura que o poema descreve, o canto tem um valor de alta honra. Ora, falar de canto numa posição honrosa e de uma arte próxima ao puro som harmonioso, não nos aproxima da dimensão invocante e constitutiva da voz? O que seria o puro som?

E o que *A pequena sereia* pode ensinar à psicanálise sobre o autismo? Talvez ensine sobre um lugar de borda, assim como os autistas, ao permanecer situada entre o mar e a terra, entre o humano e o não humano, entre a voz encantadora e a mudez absoluta. E é também num litoral entre a linguagem (simbólico) e a voz (real) que a fala pode surgir e o ser falante (falasser) acontecer.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. ATRAVESSAMENTOS ENTRE A PSICANÁLISE E O AUTISMO

O inspirado, homem que de verdade fala, não diz nada que seja seu; por sua boca fala a linguagem.

Otávio Paz

Desde as primeiras formulações da psicanálise, Freud apostou nos poderes da palavra e na cura pela fala. As origens das manifestações sintomáticas histéricas não eram passíveis de ser compreendidas organicamente, por esse motivo, foi preciso estender tais concepções para a possibilidade de haver uma instância psíquica inconsciente, cujas inscrições não poderiam ser tratadas por um viés biológico ou anatômico. Com Freud, aprendemos que existe uma dimensão psíquica para a linguagem e que é pela palavra que o inconsciente se articula ao corpo. Na Carta 52 a Fliess (1895) e na A Interpretação dos Sonhos (1900), Freud mostra que as experiências as quais os falantes vivenciam, são registradas a partir de signos, cujo caráter principal é a separação entre a representação mental e a coisa. Jerusalinsky (2008) ressalta que esse aspecto traz uma particular condição aos humanos: sua existência define-se muito mais no terreno das representações possíveis de se dar a determinado fato do que no terreno da corporeidade dos mesmos. No retorno que Lacan faz a Freud, ele tem a possibilidade, com o apoio da linguística estrutural, de situar a estruturação do inconsciente a partir de um encadeamento significativo que produz um saber, no qual o sujeito está localizado. Nessa perspectiva, Dor (1989) afirma que o caráter de articulação com a linguagem é justamente a possibilidade de evocar, através de um substituto simbólico, o real vivido, havendo entre eles, entretanto, uma cisão. Logo, “o sujeito não figura em seu próprio discurso, a não ser ao preço desta mesma cisão: ele desaparece como sujeito para ali ser representado unicamente na forma de um símbolo” (DOR, 1989, p.106). Ou seja, em virtude das representações se darem sob o efeito da língua, tão logo o sujeito acede a esse registro, ele se perde, o que impõe que ele só apreenda a si mesmo a partir da linguagem, a qual é como “uma máscara que o aliena e dissimula para si mesmo” (DOR, 1989, p.107).⁶

Isso remete à noção de sujeito barrado (\$), introduzida por Lacan, que diz respeito justamente à barreira que a linguagem representa, na qual o sujeito em si jamais poderá advir,

⁶ No próximo capítulo abordaremos a noção de *afânise*, que diz respeito a esse movimento de desaparecimento e cisão do sujeito.

a não ser pela articulação significante. Lacan (1960), no texto *Posição do Inconsciente*, refere sobre esta temática:

O registro do significante institui-se pelo fato de um significante representar um sujeito para outro significante. Essa é a estrutura, sonho, lapso e chiste de todas as formações do inconsciente. E é também a que explica a divisão originária do sujeito. Produzindo-se o significante no lugar do Outro ainda não discernido, ele faz surgir ali o sujeito do ser que ainda não possui fala, mas ao preço de cristalizá-lo (LACAN, 1960, p. 854).

Ou seja, antes mesmo de poder falar, o sujeito já é introduzido na dinâmica da Língua, o que o furta da mera corporeidade das experiências e lhe entrega esse registro cristalizante, o qual possibilita que ele se torne falante ao construir um saber sobre si e assumir um lugar no discurso onde possa se referir. Mas para que o sujeito seja introduzido e causado pela linguagem, é preciso que haja a transmissão dela. Na continuidade do texto, Lacan define o mecanismo da alienação do sujeito à Língua, afirmando que esta não se caracteriza pelo fato de o início dessa operação de divisão do sujeito iniciar num Outro que se encarrega dessa transmissão, mas sim, na própria divisão do sujeito em sua causa. A participação do Outro traduz-se apenas na impossibilidade de qualquer sujeito ser causa de si mesmo. Mas o que o causa então?

O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse feito, ele não é causa de si mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. Mas esse sujeito é o que o significante representa, e este não pode representar nada senão para um outro significante: ao que se reduz, por conseguinte, o sujeito que escuta. Com o sujeito, portanto, não se fala. Isso fala dele e é aí que ele se apreende (LACAN, 1960, p. 849).

Estamos falando de um aspecto do momento originário da constituição do sujeito pela linguagem, momento este que parece falhar nas crianças que manifestam sintomatologias autísticas. Em 1975, na Conferência de Genebra sobre o sintoma, Lacan sugere que os analistas escutem mais os autistas e surpreende ao afirmar que os mesmos são indivíduos preferencialmente verbosos. A surpresa deve-se ao fato de que a palavra “verboso” remete à comunicação; mas se o autismo é uma síndrome caracterizada por déficits na comunicação, como seriam esses sujeitos verbosos? Maleval (2007) explica que, no autismo, não se trata de falar ou não falar, mas do quanto o sujeito está implicado em sua fala, ou seja, o quanto seu dizer fala sobre si. Logo, a verbosidade autista é uma manifestação cheia de palavras, na qual o sujeito está ausente. Rodriguez (1999) mostra que, independente de como a sintomatologia se apresenta, há uma marca que é indelével nesta síndrome: o autismo carrega a ferida da má sucessão na pragmática do discurso, logo, quer seja mudo, ecolálico, verborrágico, a fala não

diz sobre si. Mas o que faz com que o sujeito se inscreva no registro simbólico e se utilize da linguagem para a enunciação?

Maleval (2007), ao discorrer sobre a falta de enunciação no falar autista, afirma que, neles, o que carece é a voz enquanto objeto pulsional; logo não é a sonoridade da voz que a caracteriza enquanto pulsão, mas justamente a manifestação do ser do sujeito na vocalização. Tal afirmação evidencia a importância da voz pulsionalizada para a assunção de um lugar no discurso. Contudo, o que torna o agenciamento da voz enquanto pulsão possível?

Vivès (2012) refere o papel da pulsão invocante, com sua estreita ligação com o significante e com a fala, nesse processo. A voz, portanto, seria objeto da pulsão e, nesse sentido, suporte de um enunciado. Porge (2014) caracteriza a voz como o que sustenta a passagem do significante, mas mostra, também, que, ao ser batizada como objeto *a* por Lacan, a voz é estruturada pelo corte. Ora, isso faz referência à inscrição do sujeito no mundo simbólico, pois, quando se torna barrado pela linguagem, passando a ser representado pelo significante, há uma impossibilidade dele se apreender por completo, já que há um furo no Outro, uma carência de significantes que o represente, denotando que algo foi perdido nessa inscrição. Na divisão do sujeito pelo Outro, o sujeito dividido (\$) é o quociente, mas, como resto, tem-se o objeto *a*, do qual a voz é um representante, junto com o seio, as fezes e o olhar (PORGE, 2014).

Em 1915, no texto intitulado *Os instintos e seus destinos*, no qual foi definido o circuito pulsional enquanto condição para satisfação da pulsão, Freud refere-se aos pares sadismo-masochismo e exibicionismo-voyeurismo a fim de falar de três tempos no circuito. A respeito do primeiro par, Freud fala da transformação da atividade em passividade, na medida em que, num primeiro momento, prevalece o sadismo enquanto uma prática violenta e de exercício de poder sobre uma pessoa, que é tratada como objeto (atividade). Em seguida, no segundo momento, ocorre o abandono desse objeto, que é substituído por si mesmo, e a consequente transformação da atividade em passividade. No terceiro momento, ocorre a busca por outra pessoa, mas devido à mudança de atividade para passividade, o sujeito assume o papel de objeto passivo (masochismo). Em relação ao último par e à pulsão escópica, Freud detalha:

Resultados diversos, e mais simples, são proporcionados pela investigação de outro par de opostos, o dos instintos que têm por meta olhar e mostrar-se. (Voyeur e exibicionista, na linguagem das perversões.) Neste caso pode-se estabelecer os mesmo estágios do anterior: a) olhar como atividade dirigida a

um outro objeto; b) o abandono do objeto, a volta do instinto de olhar para uma parte do próprio corpo, e com isso a reversão em passividade e a constituição de uma nova meta: ser olhado; c) a introdução de um novo sujeito, ao qual o indivíduo se mostra, para ser olhado por ele. (FREUD, 1915, p. 67-68)

Jacques Lacan (1964), no seminário 11, ao discutir o circuito pulsional, destaca: “o que é fundamental, no nível de cada pulsão, é o vaivém em que ela se estrutura” (p.175). Nesse sentido, Lacan coloca que a satisfação da pulsão não se engendra no encontro de um objeto, ou de uma finalidade específica, mas justamente no retorno ao próprio circuito. Ele salienta, ao falar sobre o circuito pulsional nos pares propostos por Freud, que tal prerrogativa demarca os três tempos do circuito: o primeiro tempo ativo, o segundo tempo autoerótico, com a conversão da meta em passiva e o terceiro tempo com o surgimento de um novo sujeito, que só pode surgir na conexão ou no alinhamento com um outro. Mais que isso, Lacan propõe que o prazer, a satisfação ao percorrer o circuito pulsional, dá-se no contorno de um objeto perdido. Essa proposição fica bem clara quando o autor discute a pulsão oral e o terceiro tempo de seu circuito: “O objeto *a* minúsculo não é a origem da pulsão oral. Ele não é introduzido a título de alimento primitivo, é introduzido pelo fato de que nenhum alimento jamais satisfará a pulsão oral, senão contornando-se o objeto eternamente faltante” (LACAN, 1964, p. 177).

Ou seja, a satisfação está no fato de perfazer um giro, contornar a experiência de prazer em busca de algo que não se sabe. O próprio contorno e a constante ressignificação dessa experiência é o que dá o toque circular do circuito pulsional que jamais se encerra.⁷

É importante destacar, também, o surgimento de *um novo sujeito* no terceiro tempo do circuito pulsional. Mas que sujeito seria esse? Ao perpassar o terceiro tempo do circuito, é possível dizer que a criança alienou-se ao Outro. Catão (2009) destaca a função das figuras parentais nesse processo, afinal é em relação aos pais que a criança constitui seu desejo. Porém, quando Lacan grafia *Outro* com maiúscula, pretende marcar um lugar situado mais além em relação ao da identificação especular com os pais. “O Outro assim grafado aponta para uma ordem que, exterior e anterior ao sujeito, e a despeito deste, o determina (CATÃO, 2009, p. 140)”. Segundo a autora, num limite, o Outro se confunde com a ordem da linguagem, “é no Outro da linguagem que o sujeito vai procurar situar-se, procura incessante pois nenhum significante é suficiente para defini-lo” (CATÃO, 2009, p. 141). Nesse sentido,

⁷ No próximo capítulo, iremos aprofundar a ideia de como a pulsão se articula ao corpo, bem como dos circuitos pulsionais e do objeto *a*, enfatizando a ideia da erogenização das bordas, fundamental para pensar a noção de corpo, pulsão invocante e voz, priorizadas no último capítulo.

o novo sujeito é sujeito em articulação com o Outro da linguagem, cujo laço é necessário para que ele possa se tornar falante e desejante.

Em consonância com os argumentos expostos, Vorcaro (2011) afirma que “a estruturação do sujeito é o percurso desde o momento em que um adulto atribui significação para o organismo do neonato, até o momento em que ela mesma, a criança, possa evocar e referir-se à sua significância num laço social” (VORCARO, 2011, p. 228), ou seja, é sempre a posição do sujeito na língua que define o valor de seus atos e sua posição no conjunto social. Logo, se uma criança não consegue ascender a uma posição no discurso, como irá ocupar um lugar de sujeito? O autismo escancara, a partir dos distúrbios linguísticos, os entraves no processo de entrada e assunção desse lugar, tanto quanto mostra, na perspectiva abordada, que o sujeito com o qual estamos lidando não é o mesmo concebido pela etiologia psiquiátrica, e sim, o sujeito da cadeia significante, efeito da linguagem.

A *constituição do sujeito* decorre de um processo relacionado com a inscrição no simbólico, a instauração dos circuitos pulsionais, a articulação ao campo do Outro e a assunção de um lugar no discurso. Tal necessidade torna-se também urgente em função de um grupo importante de pesquisadores contemporâneos no campo da psicanálise lacaniana mostrarem que o autismo é causado por uma falha nesse processo, a saber: Marie-Christine Laznik (2004; 2006), Maria Cristina Kupfer (2000), Alfredo Jerusalinsky (1993; 2001; 2012a; 2012b), Inês Catão (2009), entre outros.

Laznik (2004) fala das duas operações de causação do sujeito – alienação e separação – para distinguir o autismo das psicoses. Na ocasião deste trabalho, a autora aborda a importância do olhar do Outro na constituição do eu, na medida em que este funda sua consistência imaginária. Ela também aborda o fracasso na instauração da alienação como um fracasso no circuito pulsional. O momento da alienação diz respeito justamente ao surgimento do novo sujeito, que ocorre no terceiro tempo do circuito, e que falha na constituição de crianças que se tornam autistas.

Kupfer (2000) atribui a causa da síndrome a uma falha na função materna e compara à psicose, na qual há também uma falha, mas esta seria na função paterna. Ou seja, na psicose, a criança aliena, mas não separa, enquanto que, no autismo, a criança não chega a se alienar:

Mas a razão última para o autismo continua sendo a falha na função materna. A partir do colapso da função materna, muitos poderão ser os efeitos. Poderá

ocorrer uma inoperância radical da função e do desejo maternos, o que resultará em uma ausência de imagem do corpo, já que o principal dessa função é a construção de um mapa libidinal do corpo (KUPFER, 2000, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103, acessado em 10 de janeiro de 2015).

Porém, ainda que se atribua às funções materna e paterna a diferença entre autismo e psicose, Kupfer(2000) deixa claro que a falha na função materna terá, como consequência, o fracasso de um mapa libidinal para o corpo, o que remete ao circuito pulsional.

A compreensão dos circuitos pulsionais versam também sobre o entendimento de como o sujeito se articula ao campo da linguagem. Alfredo Jerusalinsky (2012a) faz referência ao fracasso da entrada na linguagem, observado nas crianças diagnosticadas com autismo, nas quais a prevalência de automatismos funciona como resistência à entrada do Outro:

O autismo consiste fundamentalmente no fracasso na construção dessas redes de linguagem – fornecedoras de saber sobre o mundo e as pessoas – e na prevalência de automatismos que, disparados de modo puro e espontâneo carecem de qualquer valor relacional e fazem resistência à entrada do outro no mundo da criança, e, conseqüentemente, na entrada dela no mundo familiar e social (JERUSALINSKY, A. 2012a, p. 60).

Segundo o autor, para que se opere a estrutura da linguagem, é preciso que haja um ponto de encontro e de identificação entre a criança e o Outro primordial, que, em geral, está encarnado na figura materna ou do cuidador. Para falar sobre essas identificações, ele faz referência ao Estádio do Espelho, que diz respeito, segundo Lacan (1949), às transformações que são produzidas no sujeito quando ele assume uma imagem. Tal imagem é especular ao que o olhar do outro vê, logo esse estágio, que transcende o desenvolvimento, versa sobre a possibilidade de se reconhecer nos outros. Esse intercâmbio especular, mediado por traços linguísticos, transforma o reconhecimento entre a criança e seu Outro, e, nesse sentido, Jerusalinsky (2012a) observa que há um fracasso nessa “função de reconhecimento”, que seria a porta de entrada ao mundo propriamente humano. Como consequência desse fracasso, a operação de entrada no campo da linguagem falha também, e é essa característica que, invariavelmente, aparece em todos os casos de autismo.

Observa-se que os autores acima citados entendem o autismo como distinto da psicose. Jerusalinsky (2012a), de forma bastante polêmica, chega inclusive a definir como uma quarta estrutura, que se distinguiria das demais por se tratar da estrutura da exclusão ao campo do Outro e ao registro da linguagem. O autor afirma: “a prevalência dos automatismos

cria um mecanismo de exclusão da criança a respeito da linguagem” (JERUSALINSKY, 2012b, p 65). É válido e necessário destacar que essa concepção não é homogênea entre os pesquisadores do autismo na psicanálise lacaniana contemporânea.

Bastos (2012) indica que, de modo geral, a distinção entre essas possibilidades de estrutura se resume em situar a posição da criança em relação ao Outro: na psicose, haveria uma alienação ao Outro, sem haver, contudo, a separação. Logo, os psicóticos sofreriam com uma presença excessiva do Outro. Já nas crianças autistas, o processo de alienação não teria nem chagado a ocorrer, havendo uma falha, portanto, num período lógico anterior à falha que é observada na psicose, logo elas sofreriam pela falta de inscrição do Outro.

Rocha (2012) mostra que, nos textos de psicanalistas lacanianos, parece comum essa perspectiva que concebe o Outro ausente no autista. Tais concepções teriam se apoiado nas teorizações, sobretudo de Laznik, e repercutem na concepção do autista com falhas nas dimensões simbólicas (falta de significantes que demarquem a criança), real (não instalação dos circuitos pulsionais) e imaginária (não instauração da imagem especular). O autor, contudo, discute que afirmar que os autistas estão excluídos do campo do Outro é pensar que ou os autistas são uma subjetivação sem pulsão e sem Outro, ou ainda, que inexistente subjetivação no autismo, o que é demasiado complicado, pois é como recusar neles uma dimensão necessária à humanidade.

Não é do escopo deste trabalho esmiuçar o que cada uma dessas posições defendem, mas diante do paradoxo que o autismo abarca por questionar a inscrição da linguagem, ou mais precisamente a humanidade presente nas pessoas diagnosticadas, já que partimos da concepção de que o ser humano é efeito da linguagem, é fundamental nos posicionarmos. Nossa investigação diz respeito a um momento extremamente precoce da constituição do sujeito, que é justamente o entendimento de como acontecem os mecanismos de entrada no simbólico e a articulação ao Outro, logo entendemos as manifestações linguísticas observadas no autismo, bem como a recusa de manifestar-se, como índice de presença de linguagem, ainda que esta não sirva à comunicação. Vorcaro e Lucero (2010) afirmam que, ao tapar os ouvidos, a criança autista está no campo da linguagem, pois dela se defende. As autoras esclarecem:

Efetivamente, se localizamos o sujeito na definição magistral de Lacan de que um significante representa um Sujeito para outro significante, ou seja, $(S1 \rightarrow \$ \rightarrow S2)$, há sujeito em qualquer concatenação significante. Assim sendo, desde que haja uma demanda e uma resposta, mesmo que essa se

reduza à recusa associada a um olhar endereçado por um desvio daquele que o recebe, temos a presença, sempre evanescente, do sujeito que concatenou olhar e desvio mesmo que para operar sua descontinuidade (VORCARO; LUCERO, 2010, p. 148-149).

Nesse sentido, as autoras defendem a ideia de que o lugar do sujeito, como efeito de linguagem, surge a partir dos significantes advindos do Outro, contudo, nos casos de autismo, esse lugar no qual o sujeito é chamado a funcionar, fica paralisado. Lacan (1964) afirma: “quando não há intervalo entre S1 e o S2, [...] a primeira dupla de significantes se solidifica” (LACAN, 1964, p, 231). Porém, ainda que paralisada, a intrusão na linguagem faz marca no sujeito, sem que ele possa, entretanto, brincar com ela, ou ordená-la numa cadeia significante (VORCARO & LUCERO, 2012).

Maleval (2007) destaca que “o autista é um sujeito que se caracteriza por não ter incorporado o objeto vocal que suporta a identificação primordial, resultando disso uma carência de S1 em sua função representativa” (p. 69). Segundo o autor, é especificidade do objeto voz comandar a identificação primordial, pois é a voz no campo do Outro que possibilita a ligação ao Outro, logo, se esse enodamento não se produz, o S1 não representa o sujeito para outros significantes. A linguagem do autista não é investida de gozo vocal, logo sua fala não serve à comunicação.

Soler (2007), ao falar sobre o autismo, destaca como características da síndrome: 1) a perseguição, ou mesmo invasão, pelos signos de presença do Outro, sobretudo pelos objetos voz e olhar; 2) a referência ao fato de que, a princípio, as crianças parecem ser surdas ou apresentam distúrbios visuais, como se aparentemente anulassem o Outro, mas que a autora destaca como uma característica que é “o oposto de uma anulação do Outro”; 3) a recusa da dimensão de apelo, e já que a voz e o olhar são aquilo pelo qual o Outro chama, essas crianças também não entram na demanda, não suportam a intimação do Outro; 4) e a última característica diz respeito à dificuldade de se separar das figuras que encarnam o Outro. Tais propriedades observadas na síndrome denotam uma importância primordial ao objeto voz e ao objeto olhar na dimensão da constituição do sujeito, mas, para além disso, a relação com a voz e o olhar se tornam peculiares em função dos mesmos se constituírem como objeto *a*. O objeto *a* se estabelece como uma das grandes invenções da teoria lacaniana e faz referência ao objeto caído, cortado pela operação da linguagem (SOLER, 2012). No autismo, parece que esses objetos não se perdem, ou não se convertem como função, e é por isso que a relação do sujeito com eles é tão caótica.

Nominé (2012) afirma que é preciso separar do autista o objeto voz e o objeto olhar para que estes não o invadam. É a invasão da voz que faz com que esses sujeitos não falem. Mas o que possibilitaria que alguns, ainda que, de forma automatizada e maquinada, emitam sons? Segundo o autor, isso denota que estes “verbosos”, conseguiram renunciar em parte o gozo autístico da voz, mas não por completo. Renunciar a esse gozo supõe admitir o equívoco, o mal entendido, a maleabilidade do significante, que se desenvolve no vazio deixado pela queda do objeto.

Retomamos Soler (2007) que, ao falar sobre o Outro no autismo, afirma que falta um lugar de vazio, onde o sujeito poderia alojar-se, é como se ele ficasse aquém do limiar de qualquer simbolização. Ela compara o autismo à paranoia e mostra que, na última, o Outro se inscreve como barrado, enquanto que, no autismo, o Outro continua puramente real, ou seja, as crianças autistas permanecem como puro significado do Outro, sendo sujeitos, mas não enunciadores de um discurso. A autora caracteriza, ainda, o autismo como uma doença da libido, na medida em que a linguagem que causa o sujeito age também sobre seu corpo, o que remete ao funcionamento pulsional.

Tais argumentos são de fundamental importância para este trabalho, pois coloca o olhar e, sobretudo, a voz num lugar privilegiado para a compreensão das manifestações linguísticas que são observados no autismo. Sabe-se que Lacan promoveu esses dois objetos ao mesmo nível dos objetos pulsionais freudianos, que são o objeto oral (seio), o anal (fezes) e o fálico (pênis), mas, além disso, também os legou o estatuto de objeto *a*.⁸ No seminário 11, Lacan se propõe a desenvolver a noção do objeto olhar, mas o recorte da voz em sua dimensão constitutiva não é aprofundado. Até então fica claro que a linguagem tem um papel primordial na constituição do sujeito e no processo pelo qual este assume um lugar no discurso, entretanto, algo deve acontecer para que esse ato ocorra. Atribuímos esse papel à pulsão invocante, que se refere à pulsionalização da voz enquanto objeto e, nesse sentido, retomamos a nossa pergunta de pesquisa: como se dá o processo pelo qual o sujeito é capturado, invocado, e levado a adentrar no universo simbólico?

Catão (2009) mostra, em seu trabalho, o quanto o não estabelecimento da voz como objeto pulsional é paradigmático para compreender a relação da criança com o som: “Quando algo não funciona no estabelecimento do laço, resta a tentativa de tapar os ouvidos ao que não

⁸Aqui, a referência é aos objetos pulsionais freudianos, mas vale ressaltar que, quando Lacan conceitua o objeto *a* no Seminário 10, noção que detalharemos com mais afinco no próximo capítulo, o falo não é incluso.

pode passar à voz, permanecendo, então, como barulho. Embora não escute, a criança autista não é surda” (CATÃO, 2009, p. 113). O laço a que a autora se refere é a relação com o Outro, que, a princípio encarnado na figura materna, é o que dá sustento para que a criança possa existir como falante, na medida em que é antecedida e traduzida nas vocalizações maternas. Catão (2009) destaca, ainda, uma falha na passagem do som à voz, que faz com que esta não funcione como objeto da pulsão e possa, então, conjugar-se à linguagem, ou seja, a voz não se instala como função psíquica.

Laznik (2004) traz a ideia da voz, ou melhor, dos picos prosódicos, como o primeiro objeto da pulsão oral. A autora apoia sua noção nas proposições freudianas acerca da alucinação, da qual se entende que as experiências de satisfação deixam marcas mnêmicas que podem ser alucinadas posteriormente diante de uma urgência. Entretanto, tais marcas, que antes eram entendidas a partir do apoio da pulsão entre o biológico e o psíquico, passam a ser compreendidas, após a releitura que Lacan faz do texto freudiano, como um conceito que articula o significante e o corpo. Isso denota que a satisfação da pulsão não visa a um objeto de necessidade, mas a um objeto que a cause, o qual permita que ela percorra o circuito pulsional inúmeras vezes. Ora, pensar o momento da primeira satisfação, com a primazia da voz sobre o alimento, explica que as marcas deixadas, enquanto traços mnêmicos, são marcas, sobretudo, do gozo materno ao se relacionar com o bebê, marcas que registam os picos prosódicos característicos do manhês. Laznik (2004) fundamenta seu entendimento também nas pesquisas dos psicolinguistas, que mostram os efeitos que esse modo particular de fala, caracterizado por uma gramática, pontuação, escansão e prosódia especiais, produzem na apetência oral do recém nascido. Logo, para além do alimento, ele está em busca de palavras alimentadoras, ou ainda, do gozo do materno.

Laznik, Maestro, Muratori e Parlato-Oliveira (2006) mostram, em um estudo sobre a voz e os sinais precoces do autismo, a importância da prosódia, própria ao manhês, para a pulsionalização do ato de escuta do bebê e inclusive para sustentar uma “protoconversa” com o cuidador. Na ocasião da pesquisa, os autores comparam, a partir de vídeos familiares, as vozes das pessoas que estavam em torno dos bebês em situações cotidianas, bem como a reação dos bebês no ato de escuta. Vale ressaltar que algumas dessas crianças, posteriormente, foram diagnosticadas com autismo. O curioso foi observar que, mesmo nas crianças que se tornaram autistas e pouco respondiam às demandas dos pais, em alguns momentos, às vezes, escutando a voz de um tio, por exemplo, conseguiam ser fisgadas e sustentavam o olhar numa

relação com o outro. Na análise comparativa das vozes, verificou-se, no caso específico dessa criança, que a voz da mãe não alcançava picos prosódicos, entretanto a voz do tio alcançou. Isso não quer dizer, segundo os autores, que o papel dessa voz prosódica é único, afinal, mesmo quando fisgado pelo tio, a criança em questão não provocou, em nenhum momento, seu interlocutor, atestando a falta do terceiro tempo do circuito pulsional. Num outro caso estudado, por exemplo, observou-se que, em vários momentos, a mãe conseguia fisgar seu bebê com sua prosódia, mas não conseguia falar por ele, traduzi-lo, supor um diálogo. Esta possibilidade de sustentar o diálogo, segundo os autores, é uma rude prova para uma mãe cujo bebê não lhe responde. Entretanto, o mais interessante foi observar que, em todos os bebês que posteriormente se tornaram autistas, faltava o terceiro tempo do circuito pulsional, o momento de provocar o cuidador, de conseguir sustentar um diálogo, ainda que por balbucios traduzidos como tentativa de comunicação.

Sobre a pulsão invocante, é válido marcar que, quando se fala em invocação, há a suposição de uma alteridade. A mãe supõe alteridade quando fala com o seu bebê, mas, antes de haver alteridade, o bebê é atraído pela fala melódica e prosódica de sua mãe dirigida a ele (CATÃO, 2009). Julieta Jerusalinsky (2011) destaca que a musicalidade, presente na voz materna, os picos prosódicos, produzem uma erotização no ato da escuta e da fonação, logo “o bebê, se é efetivamente convocado por essa voz, dirige o seu olhar à mãe, respondendo com uma excitação psicomotora ampla” (JERUSALINSKY, 2011, p. 68). A autora destaca, ainda, que essa fala materna é acompanhada por uma rica expressão facial, que convoca o bebê não apenas a ouvi-la, mas também a olhá-la. Nesse diálogo, a mãe por vezes silencia, sustentando, assim, uma matriz dialógica, na qual, nessas brechas, o bebê produzirá suas vocalizações. Nesse momento, ainda que o bebê não tenha condições de entender o sentido do que lhe é falado, ele começa a ser pulsionalizado e erotizado pela voz e, aos poucos, vai sendo tomado pelo funcionamento da linguagem.

Segundo Julieta Jerusalinsky (2011), a mãe, ao tomar as fonações do bebê como um chamado, dá voz a ele. Ela precisa entender em cada fonação algo que o bebê quer comunicar, e ao perguntar “que foi?” ao seu bebê, ela precisa interrogar-se a respeito do enigma do desejo que ela supõe para ele. Sobre isso, a autora destaca:

É preciso que a vocalização, enquanto puro objeto acústico, caia, seja recalçada, para ganhar um sentido enigmático e ser tomada na dimensão de um chamado no laço com o outro. É justamente a partir da instauração de um enigma do desejo que a criança se tornará falante na tentativa de a ele responder (JERUSALINSKY, 2011, p. 69).

Vale ressaltar que a fala materna só tem efeito constituinte, na medida em que introduz articulações simbólicas sobre o que se passa no corpo real do bebê, produzindo uma construção imaginária de um corpo que ele poderá apropriar-se.

O surgimento das vocalizações do bebê, segundo Catão (2009), correspondem ao investimento libidinal da voz enquanto objeto da pulsão. Ela refere que para o sujeito poder advir na linguagem, é preciso, entretanto, que o bebê descubra o furo real da privação materna, que o traumatiza em função dele ainda não dispor da fala como recurso para simbolizar o trauma. Isso acontece no segundo tempo do circuito pulsional, quando o bebê começa a demandar da mãe (e em suas demandas chorosas, ele passa a se ouvir). Para superar o traumatismo, no terceiro tempo, o bebê terá que receber um significante cujo poder não é o mesmo da música, a qual por meio do ritmo faz pulsar presença-ausência, mas não é capaz de simbolizar a ausência encarnada na privação materna. Esse significante precisará dar conta da ausência na presença de um corpo, e a sonoridade deverá subir ao estatuto de voz.

É importante marcar que o segundo tempo da pulsão invocante, esse momento do trauma, é referido por diversos autores (VIVÈS, 2012; PORGE, 2014; POIZAT, 2011) como um ponto onde deve haver o ensurdecimento à voz do Outro para que o sujeito possa advir com sua própria voz no terceiro tempo. Vivès (2012) identifica, ainda, que esse segundo tempo corresponde a *Bejahung-Austossung*, momento do recalque originário, quando um furo no saber inconsciente do sujeito é constituído. Esse aspecto será mais bem definido em nossos capítulos três e quatro, quando poderemos fundamentar reflexões acerca destas noções para a clínica do autismo.

Se fazer ouvir pela mãe denota a dimensão alienante do terceiro tempo do circuito pulsional, na medida em que este só poderá advir enquanto assujeitamento do bebê em relação ao Outro. Sobre isso Laznik (2004) destaca:

Vemos aí como a passividade do bebê neste terceiro tempo do circuito pulsional é apenas aparente. É muito ativamente que ele vai se fazer comer por este outro sujeito, para o qual ele se faz, ele próprio, objeto. E nós vimos como este assujeitamento visa fisgar o gozo deste Outro. É voluntariamente que o inscrevemos aqui com letra maiúscula. O bebê vai à pesca do gozo de sua mãe, enquanto ela representa para ele o grande Outro primordial, provedor dos significantes (LAZNIK, 2004, p. 28).

Na ocasião da citação acima, Laznik refere-se à pulsão oral, outro registro fundamental na constituição do sujeito. Apesar deste trabalho se definir em relação à pulsão invocante, julgamos necessário, ainda que brevemente, pontuar acerca da oralidade e da especularidade enquanto pulsões presentes no surgimento do psiquismo.

No registro oral, o primeiro tempo da pulsão, que é o tempo ativo, o bebê se dirige a um objeto estranho, no caso, o seio ou a mamadeira. Nesse primeiro tempo, a satisfação pulsional dar-se-ia por apoio das necessidades vitais do bebê. No segundo tempo, que seria o tempo onde ocorre a mudança da atividade para a passividade, o bebê dirige a pulsão para uma parte do próprio corpo, que é tomada como objeto. O segundo tempo do circuito é uma fase classicamente referida como autoerótica, devido ao bebê retornar a pulsão para o próprio corpo (o dedinho, por exemplo), mas, a rigor, só se pode falar de autoerotismo após o fechamento dos três tempos do circuito pulsional, no qual o bebê estaria enlaçado ao Outro. No terceiro tempo do circuito, quando há a introdução de um novo sujeito, o bebê exhibe-se para a sua mãe, ele se faz objeto para ser “comido”. Nesse terceiro tempo, fica evidente que a introdução do novo sujeito se faz em relação à mãe, ou ao Outro, o que significa que esse tempo é marcado pela alienação do sujeito à dimensão do Outro. Segundo Catão (2009), “é nesse terceiro tempo do circuito pulsional que algo desse gozo do outro (outro) se inscreve no polo alucinatório de satisfação” (CATÃO, 2009, p. 122).

A especularidade irá falar da assunção de uma imagem pela criança. Segundo Catão (2009) é preciso pensar na diferença entre o olhar, enquanto uma função psíquica, e a visão, enquanto uma função do órgão, logo, por tratarmos de pulsão, trata-se do olhar. Nesse sentido, destaca-se a função de espelho exercida pela mãe, na qual ela reflete uma imagem em que o bebê possa se ver. Em *O estádio do espelho como formador da função do eu* (1949), Lacan destaca que:

A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de infans parecer-nos-á pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (LACAN, 1949, p. 97).

Ou seja, o momento da relação jubilatória com a imagem especular “vai dar ao bebê seu sentimento de unidade, sua imagem corporal, base de sua relação com os outros, seus semelhantes” (LAZNIK, 2004, p. 24). Ao terceiro tempo do circuito pulsional do olhar, o

bebê terá condições de ter uma consciência de si, reconhecer sua própria imagem e assim, se fazer ser olhado pelo outro. Um dado interessante, trazido por Catão (2009), diz respeito ao conjunto das aquisições psicomotoras da criança, que só é possível a partir da construção psíquica de uma imagem do próprio corpo.

Fica clara, até então, a importância do olhar do Outro, que aqui seria a mãe ou o cuidador, enquanto fundador do corpo do sujeito. Julieta Jerusalinsky (2011) contempla essa ideia quando diz:

Essa imagem de si, da qual a criança se apropria, provém inicialmente do reconhecimento do Outro encarnado – que diante da imagem da criança projetada no espelho e quando esta se vira para buscar seu olhar, lhe diz: “esse é você!”, possibilitando-lhe um júbilo narcisista. Portanto, a assunção da imagem de si não se dá de modo autônomo, mas como uma operação de alienação à imagem idealizada (esse eu-ideal) que o Outro oferece à criança. Tampouco se estabelece no plano puramente especular, na medida em que, para fazer sua a imagem do espelho, a criança depende de que a fala que lhe é endereçada pela mãe a reconheça enquanto tal (identificando-se a esse traço simbólico que, a partir do Outro, a denomina). (JERUSALINSKY, 2011, p. 142)

Ou seja, há o papel necessário do Outro, ainda que encarnado na figura materna, de projetar, na criança, uma imagem ideal com a qual ela vai se reconhecer. Mas, mais do que isso, Julieta Jerusalinsky (2011) destaca o papel da fala materna, na qual o bebê deverá se reconhecer.

Observar os três tempos do circuito pulsional, nos registros das pulsões oral, escópica e invocante, pode fomentar questionamentos acerca da escolha que este trabalho faz por aprofundar apenas um dos registros citados. Esta opção foi sustentada na indagação acerca da importância da invocação para a entrada no registro simbólico e se orienta na possibilidade de que, nas mais diversas formas de manifestações linguísticas observadas no autismo, há uma falha na entrada na linguagem e, como consequência, falha também a assunção de um lugar de sujeito no discurso, logo é necessário esclarecer os mecanismos psíquicos que estão em jogo na captura ao registro simbólico, que serão detalhados nos próximos capítulos, e, por conseguinte, ampliar as possibilidades de intervenção que a psicanálise propõe para o autismo.

O próximo capítulo visa a trazer subsídios para pensar a instauração do corpo pulsional e os processos que envolvem a articulação do sujeito ao Outro, como um

movimento fundante e necessário para a humanidade e que, segundo pudemos ver, parece falhar nos indivíduos diagnosticados com autismo.

SEGUNDO CAPÍTULO

2. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO AO OUTRO E CORPO PULSIONAL

*Acaso a alma tenha artérias
correm-me no corpo
palavras, nela
toadas*

Bénédicte Houart

O capítulo anterior fez um passeio sobre as principais referências, no campo da psicanálise lacaniana, ao que tange o trabalho com o autismo e a constituição do sujeito. Dando continuidade ao nosso estudo, o atual capítulo tem por objetivo situar como se desdobra essa constituição, levando em conta que toda dimensão psíquica do sujeito se articula à linguagem a partir da palavra que contorna desde sempre as experiências corporais do bebê. Nesse sentido, será caro às nossas elaborações adentrarmos em conceitos como o de pulsão e o de objeto *a*, bem como o papel do Outro em todo esse processo.

No texto de 1895, *Projeto para uma Psicologia Científica*, Freud fala, dentre muitas outras temáticas, sobre as primeiras experiências de satisfação com as quais o sujeito humano se depara ao nascer. Ele descreve que, a princípio, há um acúmulo de tensão nos neurônios nucleares com uma conseqüente propensão de liberação pela via motora, cuja primeira via de descarga é a partir de alterações internas que estão relacionadas com a expressão das emoções através de gritos e inervações vasculares. Entretanto, nenhuma alteração desse gênero é suficiente pra produzir alívio, pois o estímulo endógeno que provoca a tensão é recebido continuamente, sendo necessário que haja uma alteração externa, como uma ação específica, para que a tensão possa ser contida.

Um detalhe extremamente sagaz, nesse texto de Freud, é a importância que ele atribui para a ajuda alheia na execução da ação específica, capaz de aplinar os elevados níveis de tensão endógena.

Quando a pessoa que ajuda, executa o trabalho da ação específica no mundo externo para o desamparado, este último fica em posição, por meio de dispositivos reflexos, de executar imediatamente no interior de seu corpo a atividade necessária para remover o estímulo endógeno. A totalidade do evento constitui a experiência de satisfação, que tem as conseqüências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo (FREUD, 1895, p 431).

É necessário atentar, a partir desde trecho de Freud (1895), para alguns aspectos do que ele chama de *experiência de satisfação*. O primeiro ponto é o caráter de desamparo com que é caracterizado o sujeito que precisa de ajuda alheia para desempenhar a ação específica. Ou seja, podemos pensar que a prematuridade com que os bebês humanos chegam ao mundo, sobretudo se comparadas a outras espécies de animais, faz com que sua sobrevivência dependa necessariamente da ajuda alheia. E é nesse cenário que surge a importância da figura materna como personagem que assegura a vida do bebê ao exercer o cumprimento dessas ações específicas e, portanto, assumindo a função materna.

O segundo ponto refere-se à possibilidade de marcarmos, aqui, que o principal ganho de todo esse movimento relaciona-se com a desnaturalização do corpo biológico pela ação específica de uma pessoa externa. Ou seja, quando existe a dependência da ajuda alheia para a sobrevivência do bebê, e as ações dessa ajuda produzem alterações internas que trazem as consequências mais radicais para o desenvolvimento das funções do indivíduo, podemos pensar que, ao contrário das demais espécies que têm suas funções reguladas por mecanismos instintuais, o sujeito humano é regulado, de forma imprescindível, por um laço que estabelece com o outro.

Retomando o texto de 1895, é válido também destacar que, após a totalização da experiência de satisfação, que se efetua com a descarga da tensão endógena a partir da ajuda alheia, ocorre uma facilitação entre os traços catexizados, que têm por base associações mnêmicas por simultaneidade. A consequência da facilitação é que, diante da experimentação de uma nova urgência, a imagem mnêmica do objeto que atuou para o aplacamento do estado de sofrimento é a primeira a ser ativada, estando na origem da alucinação.

Entretanto, o que é mais valioso refletir acerca da experiência de satisfação, para essa pesquisa, é como a ordem da linguagem incide e deixa suas marcas desde as primeiras vivências do bebê humano, sendo cada vez mais articulada ao funcionamento corporal. Nesse sentido, a ênfase que a psicanálise dá à noção do laço necessário com o semelhante para a sobrevivência diante do desamparo ganha outra roupagem, pois é a partir dos cuidados alheios, que são atravessados pelo desejo da figura materna, já constituída e inserida no universo simbólico, que o corpo biológico vai se desnaturalizando.

Contudo, para dar continuidade às nossas elaborações, é fundamental que situemos brevemente o conceito de pulsão na teoria freudiana, definido num limite entre o psíquico e o somático (FREUD, 1905).

No texto do *Projeto* (1895), ainda que Freud não use o termo pulsão para definir suas proposições, quando fala sobre a noção de facilitação deixada pelas experiências de prazer que possibilitam a reativação dos traços deixados pelo cuidador a partir do desejo e da alucinação, podemos pensar que se trata de um roteiro de marcas que erogenizaram o corpo do bebê.

O conceito em si só surge no texto *Os três ensaios sobre a teoria sexualidade* (1905), quando Freud define: “Por ‘pulsão’ podemos entender, a princípio, apenas o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente para diferenciá-la do ‘estímulo’, que é produzido por excitações vindas de fora” (FREUD, 1905, p.157). E continua sua definição afirmando que o que distingue as pulsões entre si seriam a relação com suas fontes somáticas, de onde surge a excitação, e com seus alvos, que define qual o órgão de supressão do estímulo orgânico. É nesse contexto que aparecem as zonas erógenas como lugares sede das excitações.

Como é possível observar, há um caráter aparentemente biologicista no conceito de pulsão visto até então. Em parte, devemos isso à necessidade de Freud buscar referências palpáveis para a ciência de sua época, visando a legitimar a psicanálise. Entretanto, em função dessas alusões, há a chance de incorrer ao erro do reducionismo biológico. A própria ideia de que a pulsão nasce apoiada no instinto, segundo Rudge (1998), é errônea: “A ênfase freudiana na noção de apoio incide nas experiências com o semelhante, e não na ideia de desvio com relação a uma ordem instintual, ideia que sugere uma gênese da pulsão sexual a partir do instinto” (RUDGE, 1998, p 13).

É nessa perspectiva que entendemos a pulsão. A sua origem não tem como base a noção de instinto, mas sim, a relação entre corpos, no qual um já é atravessado pelo funcionamento simbólico, e a partir do contato entre eles, o corpo do bebê é erogenizado. Logo, o valor sexual da pulsão, segundo Rudge (1998), dá-se pelo desejo no qual o adulto já está inscrito.

Nesse sentido, é possível entender também a pulsão como as marcas corporais da história da criança, história essa que a precede e se transmite a partir da linguagem. Mas

podemos ir além em nossas reflexões e questionar: como algo que é da linguagem atravessa a carne? E é pra responder a essa pergunta que o conceito de pulsão nos é tão caro, pois há algo no corpo que faz eco da fala materna. O trecho de Rudge (1998), a seguir, evidencia partes importantes desse posicionamento:

Os primeiros encontros com o semelhante têm repercussões que transcendem seu valor instrumental na satisfação das necessidades iniciais. É impossível pensar o valor da linguagem, veiculada pela fala materna, na constituição do futuro sujeito, sem o recurso do campo da sexualidade. As pulsões, sugere Lacan, são o “eco no corpo do fato que há um dizer, mas este dizer, para que ressoe, é preciso que o corpo seja sensível a ele”. As zonas erógenas, como orifícios de troca entre os quais os ouvidos assumem importância singular por não poderem se fechar, constituem condições de possibilidade para a estruturação do sujeito a partir da sexualidade (RUDGE, 1998, p 18).

Ora, a partir deste trecho, é possível fazer articulações com o que Freud denominou de facilitações na experiência de satisfação, que são como roteiros da pulsão sexual e que nada têm a ver com a mera satisfação de necessidades. A noção da sexualidade, imbricada ao conceito de pulsão, é o que permeia a relação corpolingüagem⁹. Não há corpo sem linguagem e fora do sentido. A própria noção de corpo só advém pelo ato psíquico em que o sujeito se atribui uma imagem, num corpo que funciona simbolicamente e também é um objeto libidinal (RUDGE, 1998).

Nesse ponto, talvez possamos introduzir alguns aspectos do *grafo do desejo*, no qual, pode-se observar abaixo, fica evidente como o vivente, marcado por necessidades orgânicas, é modificado pelo aparelho simbólico que comporta a linguagem.

⁹ Aqui, cabe pontuar que a noção de corpolingüagem, grafada com os termos juntos, tem sido trabalhada pelo grupo SEMA-SOMa para pensar as articulações entre o corpo e a linguagem, inscrevendo “considerações sobre o real do corpo e da língua no escopo dos estudos linguísticos, a partir da experiência da psicanálise” (LEITE, 2004, p181). Tomamos o termo emprestado, fazendo obviamente as devidas referências, porque julgamos que a noção abarca a ideia de um corpo tomado pelo funcionamento simbólico, que para existir precisa fazer morrer o puro vivo ou o que é da ordem do organismo, sem, entretanto, apagar as marcas do in-corporado.

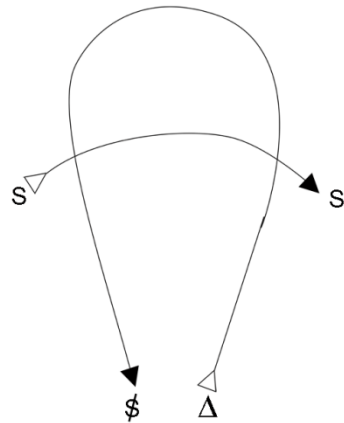


Figura 1 Grafo 1, disponível em Lacan, Escritos, p. 819.

Nessa figura observa-se que há um cruzamento de vetores. O vetor $S - S'$, que representa a cadeia significante, corta o vetor $\Delta - \$$, que simula o nascimento do vivente (Δ), marcado pela necessidade, mas que é modificado pelo atravessamento da cadeia significante ($S - S'$) e introduzido na dimensão do sujeito ($\$$). Em outros termos, verifica-se como a palavra modifica e atravessa algo que é da ordem meramente biológica.

Soler (2012) ressalta a importância de que o vivente entre na cadeia, pois sua impotência e a imaturidade faz com que a satisfação de suas necessidades precise passar pela demanda a um outro, já que ele próprio não pode satisfazê-la diretamente. Por esta razão, a leitura do Grafo é um instrumento que viabiliza o entendimento de como a linguagem muda radicalmente o registro no qual o sujeito opera, pois, a partir da introdução e da articulação da ordem simbólica ao sujeito, ele vai cada vez mais sendo tomado pelo funcionamento do desejo, ao passo que algo do real do corpo do recém-nascido vai se perdendo.

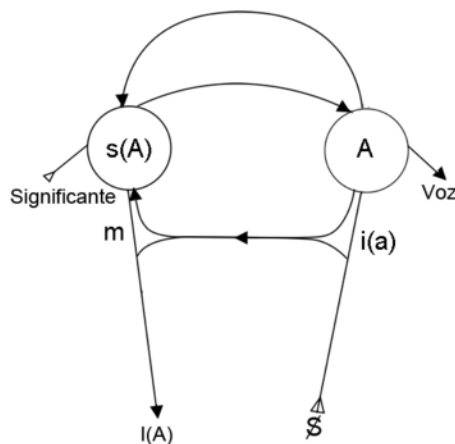


Figura 2 Grafo 2

Na segunda versão do Grafo do Desejo, observado acima, é possível perceber a relação do sujeito ao Outro, mas também como a noção de desejo tem primazia sobre a noção de necessidade quando falamos da espécie humana. Nesse sentido, além de ser atravessado pela cadeia significante, como foi observado na figura 1, o vetor que sobe de Δ , e representa a necessidade, vai esbarrar com o grande Outro encarnado na figura materna em A. Ora, vimos que, diante do aumento do recebimento de estímulos endógenos e da imaturidade do bebê humano para lidar com seus estados de urgência, há uma liberação da tensão por descarga motora, que podemos resumir na expressão do grito. Ou seja, no estado de necessidade, que pode ser de frio, fome etc, por não ter como conter sozinho a tensão no organismo, o bebê irá gritar, e esse grito será acolhido pela figura materna, que dará cuidados, contensão e palavras, carregadas de significantes, que traduzem esse estado de urgência e de desejo pelo bebê, que o introduzirão no funcionamento simbólico.

Em outros termos, podemos dizer que, no encontro de corpos entre o bebê e o adulto, já marcado pela linguagem e cujo corpo já tem funcionamento simbólico, há uma promoção do vivente ao estatuto de falante, ou ainda, há uma suposição de sujeito entremeando a relação mãe-filho. Isso porque quando o bebê grita, ainda que seja uma pura manifestação do aumento da tensão endógena, para o adulto que acolhe aquilo é bem mais que mero ruído: o grito é lido como apelo. É essa promoção e interpretação, violenta e necessária¹⁰, que desnaturaliza a organicidade do bebê humano e permite que ascenda à dimensão de sujeito de desejo.

É nessa perspectiva, entre o que escorre no fluxo da necessidade-demanda-desejo, que se articula a pulsão, como aquilo que introduz o corpo num funcionamento simbólico e permeado pela economia do desejo. Indo mais além, a noção de desejo implica, ainda, necessariamente, duas outras noções em seu exercício sobre o sujeito: a de alienação ao Outro, com seu complemento estruturante que é a separação, e a do objeto que o causa.

¹⁰Aqui faz-se referência à PieraAulagnier em seu trabalho *A violência da Interpretação* (1979), no qual ela fala sobre o processo de antecipação que a mãe inflige ao seu filho no encontro inaugural, por ser sua porta-voz. Nesse momento, é de forma radical que o bebê é confrontado com as produções da psique materna e por isso há uma conotação de violência que, entretanto, é necessária à própria constituição.

2.1 A ALIENAÇÃO AO OUTRO:

Pensar nos movimentos estruturantes do sujeito – alienação e separação – implica adentrarmos em como o sujeito se constitui em relação ao Outro. Para tanto, iremos retomar alguns aspectos da teoria freudiana, na qual Lacan se apoiou para avançar em suas concepções.

Em 1914, no texto intitulado de *À Guisa de Introdução ao Narcisismo*, Freud nós dá elementos para pensar questões fundamentais sobre a formação do eu e dos investimentos nos objetos a partir da noção de libido. Ele considera que o narcisismo se define como um período normal a todo desenvolvimento do sujeito, no qual uma parte do próprio corpo é tomada como objeto sexual antes que se possa investir nos objetos externos. “Assim, chegamos à concepção de que, originalmente, o Eu é investido de libido e de que uma parte dessa libido é depois repassada aos objetos; contudo, essencialmente, a libido permanece retida no Eu” (FREUD, 1914, p 99).

Não visamos a esmiuçar a teoria da libido, mas nos é relevante salientar a ideia de que é na dependência de um investimento libidinal que o sujeito se constitui, o que poderíamos, ainda com Freud, remeter à importância do desejo dos pais sobre seus filhos:

O narcisismo primário que supomos existir na criança, e que constitui um dos pressupostos de nossas teorias sobre a libido, é mais difícil de ser apreendida pela observação direta. [...] Ao repararmos na atitude de pais afetuosos para com seus filhos, seremos forçados a reconhecer que se trata de uma revivescência e de uma reprodução de seu próprio narcisismo há muito tempo abandonado (FREUD, 1914, p 110).

Pensar no desejo dos pais alude à importância do papel do Outro na constituição do sujeito, mas, no mesmo texto, Freud também propõe que a constituição do eu é correlativa a uma imagem unificada do corpo e ao investimento libidinal.

E uma suposição necessária a de que uma unidade comparável ao Eu não esteja presente no indivíduo desde o início; o Eu precisa ser desenvolvido. Todavia, as pulsões auto-eróticas estão presentes desde o início, e é necessário supor que algo tem de ser acrescentado ao auto-erotismo, uma nova ação psíquica para que se constitua o narcisismo (FREUD, 1914, p 99).

Ora, a articulação dessas temáticas – o desejo do Outro, a unificação da imagem e o investimento nos objetos – de acordo com a teoria lacaniana, que pensa a constituição do sujeito a partir do atravessamento da linguagem, permite-nos fazer um avanço para o esquema

óptico¹¹, que evidencia a imagem unificada que a criança faz de si mediante a identificação com a imagem do olhar do Outro, o que nos remete ao momento da alienação, bem como, com os avanços trazidos no seminário 10, com a noção de *objeto a*, à separação. Para tanto, iremos nos apoiar no esquema simplificado.

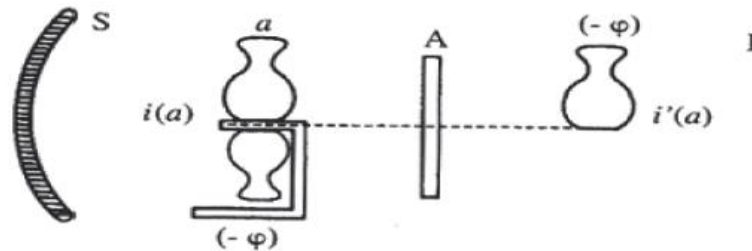


Figura 3 Esquema óptico simplificado. Lacan, 1962-1963/2005, p. 49.

Neste esquema, podemos observar o Outro (A) num lugar de espelho, ou seja, num lugar que autentica a imagem do vivente: imagem real representada à esquerda, $i(a)$, e imagem especular, $i'(a)$, à direita. Sobre o $(-\phi)$, uma parte que não adere a nenhuma das imagens, mas que é passível de ser deslocado nos objetos, Lacan (1962/1963) nos fala:

Em tudo que é demarcação imaginária, o falo virá, a partir daí, sob a forma de uma falta. Em toda a medida em que se realiza aqui, em $i(a)$, o que chamei de imagem real, imagem do corpo funcionando na materialidade do sujeito como propriamente imaginário, isto é, libidinizado, o falo aparece a menos, como uma lacuna. Apesar do falo ser uma reserva operatória, não só ele não é representado no nível imaginário, como é também cercado e, para dizer a palavra exata, cortado da imagem especular (LACAN, 1962/1962, p 49).

Esse trecho define o falo $(-\phi)$ como uma parte subtraída da imagem libidinizada. Mas podemos marcar, ainda, que a genialidade do esquema óptico é apontar que, mesmo que o sujeito careça do Outro pra constituir uma imagem, há uma parte do investimento libidinal a qual não perpassa pelo imaginário e, por isso, existe sempre um resto, privilegiado aqui na forma do falo. Coppus (2008) fala que o que escapa à imagem especular original é o objeto a ,

¹¹ Aqui, nos cabe ressaltar que o esquema óptico é abordado no ensino de Lacan em três momentos fundamentais: 1) no Estádio do Espelho (Lacan, 1949), no qual está em jogo o processo de apropriação da imagem a partir do olhar do semelhante, uma tentativa de amarração do corpo desconexo e pulsional num corpo unificado e de prevalência imaginária; 2) em Observações sobre o relatório de Daniel Lagache (Lacan, 1960), cuja marca principal é a utilização do experimento físico do buquê invertido de Bouasse, que atribui especial importância ao olho do Outro como elemento que representa o simbólico e no qual a criança precisa se apoiar para constituir-se; 3) e, por fim, no Seminário 10 (1962/1963), no qual é introduzida a essas noções a impossibilidade de uma imagem unificada, pois nem todo o investimento libidinal cabe no imaginário, havendo sempre um resto, uma lacuna que escapa à imagem especular, e que se denomina objeto a (COPPUS, 2008).

definido, então, como um elemento esquivo a qualquer atribuição de sentido e que se traduz numa perda irreparável ao falante em função da submissão à ordem significante.

A noção de objeto *a*, extremamente cara às elaborações desse trabalho, será mais bem definida no próximo tópico, aqui nos voltaremos, então, para pensar a constituição do sujeito em sua relação com o Outro, mas não sem antes pontuar que esse retorno feito ao esquema óptico, que nos introduziu a noção do objeto *a* como um resto não especulável, é-nos fundamental para perceber que o sujeito não pode ser inteiramente representado nesse Outro.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o sujeito não pode ser inteiramente representado, há uma dependência significante a esse lugar. Lacan (1964) nos diz: “[...] um significante é o que representa o sujeito para outro significante. O significante produzido no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação.” (LACAN, 1964, p. 203). Ou seja, tocamos naquilo que o Outro vem trazer ao sujeito: a cadeia significante e a possibilidade de representar-se nela. Mas apenas um elemento (S1) não é suficiente para falar sobre o sujeito e por isso é preciso de, pelo menos, mais um significante para que o sujeito seja representado (S2).

O S1 funciona como um significante que, ao mesmo tempo que convida o sujeito a nele se identificar, articulando-o à linguagem, petrifica-o, pois sozinho não há deslizamento na cadeia e, portanto, não há sentido. Nessa perspectiva, Lacan (1964) define o movimento da alienação:

A alienação consiste nesse *vel* que – se a palavra condenado não suscita objeções da parte de vocês, eu a retomo – condena o sujeito a só aparecer nessa divisão que venho, me parece, de articular suficientemente ao dizer que se ele aparece de um lado com sentido, produzido pelo significante, do outro ele desaparece como afânise (LACAN, 1964, p 206).

A noção de *vel* é trazida por Lacan da matemática e traz à tona a lógica da união entre dois conjuntos, que representam aqui o sujeito e o Outro. Para melhor explicar o conceito, apoiar-nos-emos na metáfora da Bolsa ou a Vida, na qual é preciso escolher entre um conjunto ou o outro, o que torna inviável: 1) a escolha dos dois ao mesmo tempo; 2) a escolha da bolsa em detrimento da vida, já que, para usufruir da bolsa, é preciso a vida. Ou seja, só é possível escolher a vida em detrimento da bolsa, ou desistir de ambos os conjuntos. A escolha do sujeito, nessa perspectiva, qualquer que seja, terá consequências e perdas. A impossibilidade de ficar com tudo, faz do sujeito um ser de falta.

Nesse sentido, a ideia de *afânise* diz respeito justamente a esse processo de desaparecimento do sujeito pela impossibilidade de ser representado como um todo, como nos diz Lacan: “é da natureza desse sentido, tal como ele vem a emergir no campo do Outro, ser, numa grande parte de seu campo, eclipsado pelo desaparecimento do ser induzido pela função mesma do significante” (LACAN, *ibidem*, p. 206).

Podemos resumir que a alienação é um processo no qual o sujeito é chamado ao Outro, lugar onde é possível produzir sentido. Mas a produção de sentido se faz ao preço do desaparecimento do sujeito (afânise), em função da impossibilidade de representar-se em apenas um significante sem que haja a petrificação ou o apelo necessário a novos significantes. Na busca por esses outros significantes o sujeito está condenado, então, a aparecer dividido: se por um lado aparece o sentido, no outro aparece a afânise.

Logo, na alienação, que Soler (1997) define como o destino de todo sujeito, há, além do assujeitamento ao significante, uma perda de ser, como é possível observar na figura abaixo:

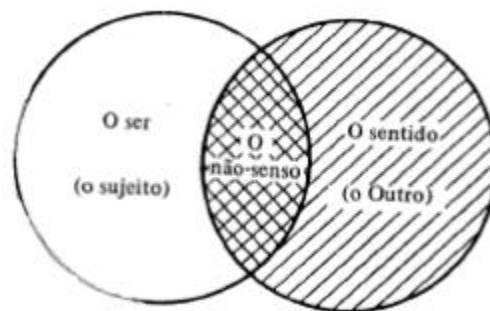


Figura 4 A Alienação. Disponível em Lacan, 1964, p. 207.

Entre o ser e o sentido há, portanto, uma das condições necessárias à existência como sujeito: o não-saber. É como a metáfora entre a bolsa e a vida, na qual não há escolha sem perda, pois ao escolher o sentido algo subjaz como decepado.

A relação sujeito-Outro é uma relação de circularidade que só é percebida pelo sujeito no segundo movimento estruturante: a separação. Sobre ele Soler (1997) fala: “Nenhum sujeito falante pode evitar a alienação. É um destino ligado à fala. Mas a separação não é destino. A separação é algo que pode não estar presente e aqui Lacan evoca [...] um querer.” (p. 62).

Para a autora, o Outro da separação não é o mesmo Outro da alienação, marcado pelo tesouro dos significantes, mas sim, um Outro marcado por algo que falta, um Outro barrado (A). Nesse sentido, a alienação se configura pela união dos conjuntos, ao passo que a intersecção marca a separação.

Na intersecção, observada na figura 4, na qual habita o não-senso, pode-se ver, então, uma lacuna que existe entre o sujeito e o Outro, e que questiona sobre o desejo do Outro pelo sujeito: “O que queres de mim?”. O sujeito da fala e o Outro dividido não respondem a essa questão pela falta de significantes que façam borda ao não-senso. Mas o que pode haver nessa brecha que responda ou bordeje essa questão? Soler (1997) nos diz:

[...] o intervalo, intersecção ou vazio entre o sujeito e o Outro não é tão vazio quanto parece, mas é uma lacuna onde alguma coisa entra. É o objeto *a*, na medida em que o objeto *a* não é sempre da ordem lógica, mas tem também uma consistência corpórea, e também na medida em que o objeto *a* é um *plus de jouir*, como diz Lacan: um gozo a mais (SOLER, ibden, p 65).

A autora dá continuidade às suas elaborações afirmando que o *a* pulsão é o que responde a essa questão, devido à lógica de satisfação que não obedece à lógica significante. Nesse sentido, há algo do sujeito que é estruturado pelo significante, mas há algo que responde ao seu ser enquanto libido. Nessa perspectiva, são necessários os avanços sobre a noção de objeto *a*.

2.2 O OBJETO CAUSA DE DESEJO:

Como observado no Grafo 2 (figura 2), o sujeito da psicanálise é marcado por uma barra (\$) após a desnaturalização que caracteriza o encontro inaugural com o Outro (A). No capítulo anterior, vimos também que há uma perda necessária no momento mítico da constituição subjetiva. Mas o que está em jogo quando falamos de faltas, barras e cortes na constituição do sujeito? Ao que parece, as respostas convergem para o entendimento de que o nascimento da humanidade requer o preço da incompletude, ou seja, há sempre algo que se perde. Vejamos, portanto, em nível do corpo que se entremeia ao funcionamento simbólico, onde se localiza essa perda.

No seminário 9 (1961/1962), Lacan demonstra, a partir da complexa figura do *cross-cap*, o sujeito que é marcado por esse corte originário que jaz no atravessamento da

linguagem. Essa figura topológica é-nos importante para entender algumas dimensões desse corte que é operado no sujeito.

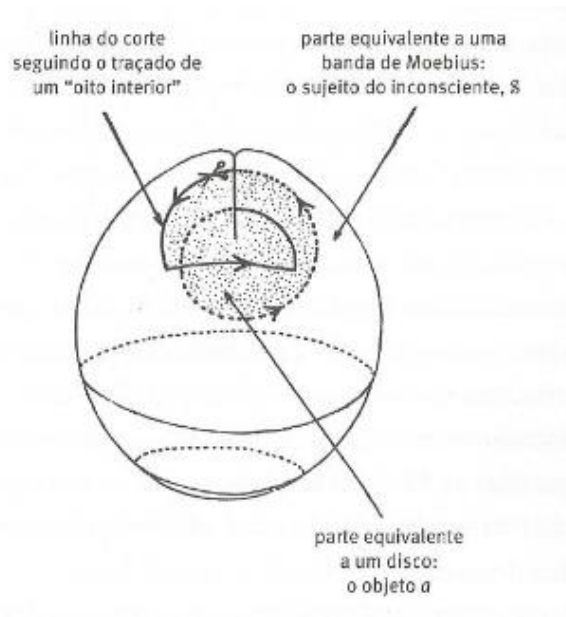


Figura 5 Recorte de uma esfera munida de um *cross-cap* seguindo o traçado de um oito interior. Disponível em Nasio, 2011, p. 75.

Podemos sintetizar que o *cross-cap* se desenha como uma esfera construída a partir da banda de moebius e, portanto, guarda em si a ideia moebiana de continuidade entre o dentro e o fora. Essa noção de continuidade dentro-fora é fundamental pra pensar a continuidade eu-outro necessária à constituição subjetiva. Mas, conforme a figura vista acima, com a introdução de um corte em formato de um oito interior, trabalhada por Lacan sobretudo no seminário 14 (1966/1967 - inédito), é possível perceber que duas partes se revelam: a da banda de moebius, que abarca a noção do sujeito do inconsciente a partir do corte no qual um significante pode se inscrever; e da noção do objeto *a*, em forma de disco, e que se perde na separação. (NASIO, 2011)

A escolha de Lacan por essa figura topológica para abordar alguns aspectos da constituição do sujeito, é em função da mesma comportar um tipo irreduzível de falta que não há como tamponar. O corte, tal qual é elucidado na figura 5, é, dessa forma, um elemento constitutivo do sujeito, mas nos cabe entender do que se trata esse furo irreduzível.

A falta é radical, radical na própria constituição da subjetividade, tal como esta nos aparece por via da experiência analítica. Eu gostaria de enuncia-la com esta formulação: a partir do momento em que isto é sabido, em que algo

chega ao saber, há alguma coisa perdida, e a maneira mais segura de abordar esse algo perdido é concebê-lo como um pedaço do corpo (LACAN, 1962/1963, p 149).

Ora, na citação acima, Lacan está no auge do seminário 10 (1962/1963), no qual ele aprofunda suas elaborações sobre o objeto *a* na ocasião de estar trabalhando com a temática da angústia, que introduz, desde sempre, uma ênfase na função da falta. Como ele próprio ressalta, a angústia é entendida, muitas vezes, como um medo sem objeto, mas adverte: “ela não é sem objeto” (LACAN, 1962/1963, p 113). E sobre a falta, Lacan nos diz ainda: “não existe falta no real, que a falta só é apreensível por intermédio do simbólico” (LACAN, 1962/1963, p 147), ou seja, só há falta quando o simbólico se introduz no real e apenas nessa intersecção simbólico-real é possível falar dela, pois o que a falta faz é presentificar uma ausência. Entretanto, como pode ser lido na citação, ao mesmo tempo em que algo chega ao saber, há algo que se perde, isto é, há um pedaço que não é apreensível pelo simbólico, e essa parte que não é passível de elaborações, estaria localizada no próprio corpo.

Mas como se configura esse objeto que, ao mesmo tempo em que presentifica uma falta, aponta a um furo irreduzível para o sujeito? Talvez o ponto mais fundamental para se entender, e que se refere à peculiaridade da falta introduzida por esse objeto, é uma questão estrutural da própria constituição do sujeito: é na relação com o Outro que surge toda possibilidade de simbolização e de lugar no discurso, porém o ponto do surgimento da existência do significante não pode ser significado, é um ponto falta-de-significante e que subjaz num furo. Em outras palavras, o sujeito funda-se a partir dos furos e cortes impressos no corpo e que fazem a mediação de sua relação com o Outro.

Nesse sentido, retomamos alguns aspectos sobre a economia do desejo, na medida em que, no seminário 10, a dialética da angústia desloca-se para a questão da função central do desejo, lugar demonstrado pelo objeto *a*, correlato de um corte, e que presentifica a relação com a separação, “[...] a separação essencial de uma certa parte do corpo, de um certo apêndice, torna-se simbólica de uma relação fundamental com o próprio corpo, para o sujeito doravante alienado.” (LACAN, 1962/1963, p 235-236). Mais uma vez, o que está no cerne da questão é a perda irrecuperável a todo o processo de alienação, que implica a relação do sujeito ao Outro e a entrada no funcionamento simbólico, e que é pivô do lugar de causa que jaz no corpo: “sempre há no corpo, em virtude desse engajamento na dialética significante, algo de separado, algo de sacrificado, algo de inerte, que é a libra de carne” (LACAN, 1962/1963, p 242).

Ou seja, o objeto *a*, esse objeto que está na causa do desejo e na base da angústia, é um pedaço de carne com que se paga a humanidade, ou ainda, um resto: “[...] aquilo que sobrevive à provação da divisão do campo do Outro pela presença do sujeito” (LACAN, 1962/1963, p 243).

Mas nos cabe perguntar ainda: quais as especificidades desse objeto que cai do corpo e que está na base da fundação do sujeito? Como apontamos anteriormente, o entremeamento do corpo com a linguagem é uma função da pulsão, entretanto, o que possibilita que o significante encarne no corpo é o objeto *a*. A série de objetos *a* (seio, fezes, voz, olhar) são anteriores a todo e qualquer outro objeto comum e socializável do mundo, mas, além de anteriores, são também inapreensíveis. Trata-se de um corte, portanto, que está na origem de todo o funcionamento simbólico. Soler (2012a) nos diz: “a operação da linguagem sobre o real é primariamente, prioritariamente – para não falar de anterioridade que sempre evoca o tempo linear – uma operação sobre o corpo, sobre o corpo donde o sujeito resulta” (SOLER, 2012a, p 63).

Nesse sentido, a noção de corpo se inscreve de duas formas: a primeira é o corpo *i(a)*, especularizável; a segunda é a parte que cai, impossível de especularização, e denominada de *objeto a*.

Entretanto, para nós, é importante entender como a noção de objeto *a* se articula ao movimento pulsional do sujeito e, por essa razão, é válido que avancemos ainda mais na direção de analisar os circuitos pulsionais, já trabalhados brevemente no capítulo 1, o que nos aproxima das reflexões acerca do circuito da pulsão invocante e da voz como objeto *a*.

2.3 OS CIRCUITOS PULSIONAIS

Para dar continuidade às nossas reflexões e retomar as bases de nosso posicionamento teórico, faremos outro retorno a Freud, agora em 1938, no texto *Esboço de Psicanálise*, no qual ele fala sobre as zonas erógenas e a satisfação pulsional:

O primeiro órgão a surgir como zona erógena e fazer exigências libidinais à mente, é da época do nascimento em diante, a boca. Inicialmente, toda a atividade psíquica se concentra em fornecer satisfação às necessidades dessa zona. Primariamente, é natural, essa satisfação está a serviço da autopreservação, mediante a nutrição; mas a fisiologia não deve confundir

com a psicologia. A obstinada persistência do bebê em sugar, dá prova, em estágio precoce, de uma necessidade de satisfação que embora se origine da ingestão da nutrição e seja por ela instigada, esforça-se todavia por obter prazer independentemente a nutrição e, por essa razão, pode e deve ser denominada de sexual (FREUD, 1938, p. 179).

Ora, podemos retomar aqui as ideias que vimos ao tratar da experiência de satisfação, sobretudo no que diz respeito à satisfação pulsional ser de outra ordem que não a satisfação biológica ou instintual. Na ocasião deste trecho, Freud define o circuito da pulsão oral como o primeiro na constituição do sujeito, mas é necessário salientar que, na continuidade que Lacan dá à teoria freudiana, ele acrescenta outras duas pulsões que podemos destacar, também, como originárias do psiquismo, por envolverem as relações de corpo, com a conseqüente erogenização, nos primeiros cuidados do bebê: a pulsão escópica, que falaremos adiante, e a pulsão invocante, que nos deteremos no capítulo quatro.

Já a pulsão oral, cuja prevalência na origem do funcionamento psíquico é descrita por Freud devido à primeira experiência de satisfação, é marcada por uma sucção obstinada e que não parece estar a serviço apenas da fome. Mas o que está em jogo no ato de sugar observado entre o lactente e o seio materno? Lacan (1962-1963) fala acerca do que parece essencial na estrutura da erogenidade e o que nos dá garantia de estarmos falando do movimento pulsional, a função de borda exercida pelos lábios: “O fato de o lábio nos apresentar a própria imagem da borda, de ser ele mesmo a encarnação, digamos assim, de um corte, é perfeito para nos fazer intuir que estamos em terreno seguro” (LACAN, 1962-1963, p. 254).

Não esqueçamos que é nas trocas que envolvem as bordas, ou os buracos do corpo, que se estabelecem os circuitos pulsionais, mas o que está em jogo, no ato obstinado, não é algo da própria satisfação das necessidades, mas envolve a noção de desejo e que não se articula, como vimos, a uma busca por um objeto apreensível: “o desejo é do lado em que o objeto é subtraído” (SOLER, 1997, p. 121). E Lacan nos lembra: “[...] é entre a mama e o próprio organismo materno que reside o corte” (LACAN, 1962-1963, p. 256).

Nesse sentido, fica claro que o seio é o objeto da pulsão oral, objeto *a*, na medida em que funciona num nível primitivo como um pedaço do próprio corpo da criança, mas que lhe é tirado, ou cortado, não estando pleno para a satisfação de seu desejo: “A separação [*sépartition*] fundamental – não separação, mas divisão por dentro -, eis o que está inscrito desde a origem, e desde o nível da pulsão oral, no que será a estruturação do desejo.” (LACAN, *ibidem*, p. 259).

Até o momento, parece clara a forma como o objeto *a* está configurado para cada pulsão, mas é preciso que entendamos também o modo como a satisfação pulsional envolve cada um desses objetos causa de desejo. Para tanto, é importante retomar as características que Freud (1915) nos fala acerca das pulsões, que são: 1) pressão, que é o caráter de exercer força; 2) a meta, que ainda que seja sempre a satisfação, versa sobre as formas ou caminhos de alcançar esse objetivo (ativo, passivo, reflexivo); 3) o objeto, que é aquilo por meio do qual a pulsão pode alcançar sua meta, ou aquilo que ela busca – que com os avanços trazidos por Lacan, e já vistos ao longo do capítulo, entendemos que se trata dos objetos *a*; 4) a fonte, que é de onde surge o processo somático que dá origem à pulsão e, geralmente, está relacionado com as zonas erógenas que fazem borda no corpo do sujeito em relação ao Outro.

No mesmo texto, Freud (1915) faz uma investigação sobre os destinos da pulsão e define que eles podem ser de quatro tipos: 1) a transformação em seu contrário, que diz respeito à transformação da meta; 2) o redirecionamento contra a própria pessoa; 3) o recalque; 4) e a sublimação. Mas ao exemplificar os destinos nos pares sadismo-masoquismo e exibicionismo-voyeurismo, Freud introduz o modo de satisfação da pulsão a partir de uma circularidade observada em três tempos, que já foram descritas no primeiro capítulo, mas que vamos retomar brevemente.

A respeito do primeiro par, sadismo-masoquismo, o que está em jogo é a transformação da atividade em passividade, na medida em que, num primeiro momento, prevalece o sadismo enquanto uma prática violenta e de exercício de poder sobre uma pessoa, que é o objeto dessa pulsão (atividade). Em seguida, num segundo tempo, ocorre o abandono desse objeto, que é substituído pelo próprio sujeito, com a consequente mudança da atividade para a passividade. E num terceiro momento, ocorre a busca por outra pessoa, que será o novo objeto, mas em função da mudança da meta de ativa para passiva, o sujeito assume o lugar de passividade que caracteriza o masoquismo.

Sobre o segundo par, que versa sobre a pulsão escópica, Freud (1915) detalha um primeiro tempo marcado pelo ato de olhar um objeto estranho, seguida por um segundo momento em que há a renúncia desse objeto e a reorientação da pulsão de olhar em direção a uma parte do próprio corpo, e, por fim, o terceiro tempo, no qual há a introdução de um novo sujeito para que possa se oferecer ao olhar.

Aqui, apoiados em Lacan (1964), é válido evidenciar a ideia em três tempos nos quais o circuito pulsional se configura e que implica um movimento de vaivém. Nessa perspectiva, a satisfação da pulsão não estaria localizada num encontro com algum objeto específico, mas na própria circularidade. É-nos valioso lembrar que Lacan também propõe que a satisfação, ao percorrer o circuito pulsional, dá-se no alinhamento a um outro, no qual se pode ver nascer um novo sujeito: o sujeito da alienação. Essa ideia nos é fundamental, sobretudo nas discussões acerca da clínica do autismo, nas quais, segundo as pesquisas de Laznik (1997; 2004; 2013), supõe-se que não há a alienação ao Outro, e, portanto, o funcionamento do circuito pulsional, como a própria autora esclarece: “De fato, esse terceiro tempo do circuito pulsional, esse momento em que ele vai se fazer objeto de um novo sujeito, o autista não conhece” (LAZNIK, 2004, p 80).

Mas é importante marcar também que a ideia de circularidade se faz em torno de do objeto perdido. Essa proposição fica bem clara quando Lacan discute a pulsão oral e o terceiro tempo de seu circuito, afirmando que o objeto *a* não está na origem da pulsão, mas é introduzido em função de que a satisfação pulsional se inscreve na busca obstinada que caracteriza o constante contorno desse objeto faltante, como nos diz Laznik (2004): “[...] para a pulsão, não se trata mais de ir na direção de um objeto da necessidade e de satisfazer-se, mas sim, de encontrar um objeto que a cause, isto é, que permita a ela percorrer todos os tempos necessários para seu remate e isto, inúmeras vezes” (p. 79).

Nesse sentido, vale lembrar, que podemos localizar os três tempos do circuito da pulsão oral da seguinte forma: num primeiro tempo, ativo, o bebê vai em direção do objeto externo, no caso aqui o seio ou a mamadeira, do qual provém seu alimento, mas a experiência de satisfação e as trocas corporais entre mãe-filho dão conta de erogenizar a região da boca. No segundo tempo, que é caracterizado como reflexivo, com a conversão da meta em passiva, é tomado como objeto uma parte do próprio corpo, que, em geral, é o dedo, para satisfazer a pressão que a boca, como zona erógena, exerce. Já no terceiro tempo, caracterizado como passivo, o bebê faz-se objeto para que o Outro o “coma”. É preciso marcar, aqui, que, nesse terceiro tempo, é de forma bastante ativa que o sujeito se coloca em posição de passividade, na busca de se fazer objeto do desejo alheio.

Em relação à pulsão escópica, para além do que já foi abordado no primeiro capítulo, acerca de ser um momento caracterizado pela assunção de uma imagem e pelas aquisições psicomotoras alçadas pelo bebê enquanto reflexo do olhar materno, estamos falando também

de uma dimensão do olhar que preexiste à existência simbólica do sujeito. Nessa perspectiva, Quinet (1997) nos fala:

[...] a pulsão indica que o sujeito é visto, que existe um olhar dirigido para o sujeito, um olhar que não podemos ver porque está excluído de nosso campo de visão. Este olhar nos dá a distinção entre aquilo que pertence à ordem imaginária e o que pertence à ordem real, onde a pulsão se manifesta. O real pode ser definido como o registro em que a pulsão se manifesta: o que nos é mostrado e o que vemos pertence à ordem imaginária (QUINET, 1997, p. 156).

Ora, esse olhar in-visível, que está na ordem do pulsional, corresponde ao objeto *a*, que não pode ser apreendido em função de estar o tempo todo mascarado pela imagem *i(a)* do outro. E sobre a ordem imaginária, Quinet (1997) desenvolve que é função do estádio do espelho fazer o seu protótipo, na medida em que o sujeito se constitui no lugar de semblante do Outro.

Mas a constituição no lugar de semblante, que diz respeito à alienação, fala sobre o lugar em que o sujeito é constituído no Outro. Laurent (1997) afirma que o sujeito é fundamentalmente um objeto de gozo do Outro, e o seu primeiro status seria o de pedaço perdido do Outro real: “Ele começa a viver no lugar de objeto *a* e, em seguida, tem de se identificar com aquela parte perdida e ingressar na cadeia de significantes” (LAURENT, 1997, p. 44).

Aqui, talvez seja o momento de fazer breves apontamentos que sugerem a necessidade de um mínimo de gozo do Outro para a constituição do sujeito.

2.4 SOBRE O GOZO

Por sugerir, apoiados nas ideias de Laurent (1997), que o sujeito se constitui como um objeto do gozo do Outro, visamos, neste tópico, brevemente, a refletir acerca deste lugar.

Inicialmente, é preciso esclarecer que o que está no eixo das concepções acerca do gozo é a dialética entre pulsão de vida e pulsão de morte, e que a noção de gozo ilimitado e mítico pertence ao campo pulsão de morte. Entretanto, essa pulsão é interdita e está sob domínio da significação fálica, que diz respeito à ordenação do discurso pelo Nome-do-Pai. Há, talvez, uma cota de gozo que não se submete à articulação significante, como uma sobra

pertencente ao campo do Real, mas o gozo do qual estamos falando perpassa pela ordem simbólica (TOLIPAN).

No seminário 17, Lacan nos lembra que o gozo “começa com as cócegas e termina com a labareda de gasolina.” (p. 68). Ora, as cócegas, muitas vezes, representam um ato de carinho demasiado presente nos cuidados da mãe com o seu bebê, e evidenciam, em geral, a dimensão de desejo que atravessa esses cuidados, mas há algo que impede que se chegue ao nível das labaredas de gasolina: a interdição.

Vale ressaltar que esse desejo, que fala sobre a presentificação da falta, versa também sobre o lugar que a criança, ao nascer, vem ocupar no desejo de sua mãe: o lugar de falo. Mas há um limite para isso em função da castração materna e da impossibilidade de haver um falo real, afinal, o falo pode encarnar o objeto *a* numa relação de completude instantânea que se esvai, portanto, inalcançável e inapreensível. Mas Lacan (1969-1970) também nos adverte: “Não se trata apenas de falar das interdições, mas simplesmente de uma dominância da mulher na condição de mãe, e mãe que diz, mãe a quem demanda, mãe que ordena e que institui ao mesmo tempo a dependência do homenzinho” (p.73). Estamos falando aqui de um lugar onipotente do Outro que está na origem da constituição do sujeito, Outro ainda não barrado e com o qual o sujeito precisa se alienar. E Lacan continua: “Ela ensina seu pequeno a se exhibir. Ela conduz ao mais-de-gozar porque mergulha suas raízes, ela, a mulher, como a flor, no gozo mesmo. Os meios do gozo são abertos pelo seguinte princípio – que ele tenha renunciado ao gozo fechado e alheio, à mãe.” (LACAN, 1969-1970, p. 74).

Aqui fica clara a necessidade de renunciar a esse gozo, à onipotência materna, ou ao grande Outro sem barra, para que outros modos de gozo, talvez perpassados pela lei simbólica, pelo discurso e pela fala, possam se instituir. Aqui também jaz uma das condições para se tornar um sujeito falante: renunciar ao gozo do primeiro Outro. Essa perspectiva nos aponta para as noções que trabalharemos no último capítulo, acerca da necessidade de renunciar ao gozo presente na voz do Outro, para que o sujeito possa emergir com sua própria voz, como veremos.

TERCEIRO CAPÍTULO

3 NO PRINCÍPIO ERA O VERBO: SOBRE A ORIGEM MÍTICA DO SUJEITO E A INSCRIÇÃO SIGNIFICANTE

Ao infinito, o traço promete, em vão, um fim ansiado.

Edmond Jabès

No capítulo anterior, pudemos observar como se desenrola o processo de constituição do sujeito em sua relação com Outro, priorizando a articulação da dinâmica pulsional com a ordem da Linguagem. Dando continuidade, cabe buscarmos fundamentos para pensar a inscrição do simbólico, tendo em vista que o sujeito surge como efeito do significante e que esse movimento fundante se estabelece a partir de uma falta, implicando a ideia de sujeito dividido e constituído por um não-saber originário que é suposto num Outro. Esse capítulo visa, portanto, a fazer elaborações sobre a origem do inconsciente estruturado como uma linguagem, perpassando pelas operações do recalçamento originário, que pressupõe a primeira inscrição do registro simbólico e a instauração do real, a noção da identificação simbólica (ou significante) que implica o conceito de traço unário, definindo o que há de mais elementar no significante, bem como a falta originária ou o apagamento constitutivo que está na fundação do sujeito.

Para dar início a essa empreitada, retomaremos o texto freudiano de 1896, Carta 52 a Fliess, em que Freud desenvolve um aparelho psíquico mediado pelo funcionamento da linguagem e o apagamento da marca real para que possa haver uma inscrição simbólica em diversos níveis, o que é fundamental aprofundar posteriormente, tendo em vista trazer o germe da noção de traço unário (*einzingerzug*), na medida em que este apresenta a condição necessária do apagamento para a constituição do sujeito.

Sobre a Carta 52 a Fliess, cabe destacar que o texto é um marco para o estudo do inconsciente estruturado como linguagem, possibilitado, sobretudo, pelo retorno que Jacques Lacan fez a Freud, na medida em que evidencia os primórdios da escrita psíquica. Logo, é possível observar que ainda num momento fundante da psicanálise, na qual ainda não existia uma teoria sobre o inconsciente, já havia o estatuto da linguagem estruturando o funcionamento psíquico.

A hipótese de Freud, nesse texto, é de que o mecanismo psíquico tenha se formado por um processo de estratificações e retranscrições, os quais fazem com que o aparelho de

memória se desdobre em vários tempos. Num primeiro momento, haveria, portanto, a percepção imediata a partir de W (*Wahrnehmungen* - percepção), que, entretanto, não conserva nenhum traço do que acontece, é a percepção por si só. Em seguida, num segundo tempo, há o primeiro registro das percepções, o Wz (*Wahrnehmungszeichen* – indicação de percepção), na qual a disposição das mesmas ocorre por associações de simultaneidade. Aqui, já cabe destacar que o registro da percepção nada tem de relação com a experiência da mesma, pois, como vimos, do momento imediato em que ela ocorre, nada se conserva, sendo necessário recorrer ao registro dos signos de percepção que são transcritos posteriormente e, por isso, são deslocados do real do acontecimento.

Num terceiro momento, há o segundo tipo de registro, o Ub (*Unbewusstsein* - inconsciência), no qual os traços são dispostos a partir de outras relações, talvez causais, mas sem acesso à consciência. Por fim, no último registro, há a terceira transcrição denominada de Vb (*Vorbewusstsein* - pre-consciência), que diz respeito às representações verbais e que podem se tornar conscientes de acordo com determinadas regras. Conforme essas descrições, o aparelho de registro e de memória consiste, na verdade, num sistema de transcrições (Wz, Ub, Vb) na qual a percepção, ou o objeto perceptivo, vai sendo apagado da consciência imediata e substituído por signos de percepção ou fragmentos que se articulam cada vez mais a uma linguagem, na qual apenas o terceiro nível de transcrição é de ordem verbal.

Ora, ainda que, em 1896, Freud não tivesse o recurso do estruturalismo e da linguística Saussuriana para sustentar a ideia de que o aparelho psíquico é estruturado pela linguagem, noções que ficaram ao cargo de Lacan dar continuidade, já havia elementos para pensar que os nossos mecanismos psíquicos precisam e dependem de traços mnêmicos, que ficam registrados sob a forma de signos linguísticos¹². Caminhando um pouco mais, essa ideia sugere também a autonomia que há entre os efeitos de significação e a materialidade do objeto, o que nos leva a perceber que, no momento em que uma experiência é traduzida em linguagem, algo da concretude do objeto se perde. Ou seja, para que possa haver inscrição, tradução em linguagem, o objeto real precisa estar em falta.

Podemos resumir que a grande importância da Carta 52 a Fliess, para as elaborações deste trabalho, dá-se por evidenciar como se traduz em linguagem experiências que são da ordem do real. Esse ponto é-nos extremamente caro, pois nos leva a refletir como se dá

¹²Outros textos também deram subsídios para que Lacan desenvolvesse a ideia do inconsciente estruturado como linguagem, como *A interpretação dos sonhos* (1900), *Psicopatologia da vida cotidiana* (1901), *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905), entre outros.

entrada no universo simbólico e, conseqüentemente, qual é o real que se perde nesse processo, temática central do nosso capítulo na medida em que diz respeito a aspectos estruturais da constituição do sujeito. Indo além na teoria freudiana e recorrendo ao texto de 1925, *Die Verneinung*, onde Freud aborda o recalque originário, dando-nos elementos para pensar a operação simbólica sobre o organismo que opera a inscrição do simbólico e instauração do real. Para tanto, iremos nos apoiar também na Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud, de Lacan (1954).

No texto *Die Verneinung*, Freud circunscreve o mecanismo da denegação, fenômeno que mostra como uma ideia se isola do processo afetivo e possibilita que um recalco possa se tornar consciente desde que seja negado. Nesse sentido, ele faz referência à constituição do aparelho psíquico a partir das funções de dois juízos: o de atribuição, que afirma ou nega a qualidade de algo (bom – interno; mau – externo); e o de existência, que opera na busca de reencontrar um objeto de satisfação que foi perdido e, entretanto, está representado no pensamento. Nesse movimento, Freud introduz subsídios acerca da origem mítica do sujeito, na medida em que conta como ocorre diferenciação entre o que é da ordem do interno e do externo, já que, de início, não haveria fronteira entre eles. A partir da operação dos juízos de atribuição, criam-se oposições entre bom/mau e existente/inexistente, e então são articuladas duas repartições entre interior e exterior.

A primeira repartição, relacionada ao juízo de atribuição, diz respeito à tendência do eu-prazer original a introjetar tudo aquilo que é bom (dentro), e expulsar o que é mau (fora), operação que demarca os limites originários do aparelho psíquico. A segunda repartição, com o juízo de existência, já fala sobre o campo da representação, na medida em que opera tentando verificar se há correspondência entre os objetos internos e externos em busca de um objeto de satisfação perdido, o que, segundo França Neto (2006), preserva o aparelho no registro da falta.

No comentário de Hyppolite sobre o texto de 1925, ele destaca que se trata de abordar a gênese do interno e do externo, bem como a origem do juízo e do pensamento, e evidencia que, a princípio, não haveria um fora e um dentro, mas um mito a se compreender. O comentário de Lacan sobre a fala de Hyppolite ratifica o atributo mítico acerca do que é primordial, mas vai além, trabalhando as vicissitudes do conceito de negação para pensar o que é da ordem do simbólico. Para dar continuidade às nossas elaborações, retomaremos o texto freudiano sobre a *Verneinung*:

O estudo do juízo nos permite, quiçá pela primeira vez, vislumbrar a gênese de uma função intelectual a partir do jogo dos impulsos instintuais primários. Julgar é uma continuação coerente da inclusão no Eu ou expulsão no Eu, que originalmente se dava conforme o princípio do prazer. Sua polaridade parece corresponder à oposição dos dois grupos de instintos que supomos. A afirmação – como substituto da união – pertence ao Eros, a negação – sucessora da expulsão – ao instinto de destruição (FREUD, 2011, p. 281, 1925).

Antes de analisar esse trecho, vale ressaltar os problemas de tradução que possivelmente encontramos, ressalva que o próprio Lacan destaca na sua resposta para Jean Hyppolite acerca da tradução do alemão para o francês. A grande questão para nós é a importância que a “negação” tomou para a psicanálise, sobretudo após a releitura de Lacan, na medida em que esse termo está relacionado à noção de constituição do sujeito, tanto num nível mítico sobre a origem do simbólico, quanto em relação à formação das estruturas clínicas a partir da castração. Entretanto, em muitas ocasiões, nas traduções a que temos acesso, não há diferença entre os possíveis tipos de negação que Freud distinguiu, obscurecendo a nossa compreensão. Um exemplo simples disso é o próprio título do artigo em português, *A Negação* (1925), quando o original alemão “*Die Verneinung*” seria mais bem traduzido por “*A denegação*”, que aponta para outras camadas de sentido. Por essa razão, nesse trabalho, optamos pela utilização dos termos em alemão.

Retomando o trecho de Freud (1925), ele fala que, a partir do estudo dos juízos, é possível pensar a origem das funções intelectuais, pois o julgamento seria a continuação do mecanismo de inclusão e expulsão do eu. Detalhando mais esse ponto, observa-se que a definição do juízo de atribuição, de introjetar aquilo que é bom e expulsar aquilo que é mau, cria fronteiras para se pensar a formação de um psiquismo. Segundo Freud, de início, a afirmação e a negação corresponderiam aos dois polos pulsionais que gerenciam o psiquismo humano e, nesse sentido, a afirmação (*Bejahung*), como elemento de introjeção do que é considerado bom, está vinculada à pulsão de vida (Eros), enquanto que a negação (*Ausstossung*) estaria ligada à pulsão de morte, com uma tendência ao desligamento. Esse mecanismo de introjeção-expulsão está miticamente relacionado com a criação do campo simbólico. O juízo de existência, já no campo da representação, funciona apenas quando os limites entre o interno e o externo já estão definidos. Logo, a *Verneinung* seria um mecanismo sucessor desse primeiro movimento: a *Bejahung-Ausstossung*.

Lacan, em sua resposta ao comentário de Jean Hyppolite (1954), ao falar da *Verwerfung*, operação relacionada com a psicose, que corta pela raiz as manifestações do simbólico, aponta que a *Bejahung* é justamente o processo que se firma no juízo de atribuição e que se define como sendo a condição primordial para que algo do real se ofereça à revelação do ser. Mas o que do real se oferece à revelação do ser? Mais adiante Lacan discorre que se deve compreender a *Bejahung* como uma introdução no sujeito e a *Ausstossung* como a expulsão para fora do sujeito, que constitui o real na medida em que funda um domínio fora do alcance da simbolização. Vejamos as articulações de Lacan acerca dessa temática:

Primeiro houve a expulsão primária, isto é, o real como externo ao sujeito. Depois, no interior da representação (*Vorstellung*), constituída pela reprodução (imaginária) da percepção primária, a discriminação da realidade como aquilo, do objeto dessa percepção primária, não é apenas instaurado como existente pelo sujeito, mas pode ser reencontrado (*wiedergefunden*) no lugar onde este pode apoderar-se dele. [...] Mas, nessa realidade que o sujeito tem que compor segundo a gama bem temperada de seus objetos, o real, como suprimido da simbolização, já está presente (Lacan, 1998, p. 391, 1954).

Ora, Lacan apresenta, neste trecho, a gênese tanto do domínio simbólico quanto do real, e salienta que há algo na constituição do real, que ainda que não perpassa pela simbolização, está presente na constituição do sujeito. Iremos nos deter um pouco mais nesse aspecto e avançaremos com o apoio do texto de Rabinovitch (2001) sobre a forclusão (*Verwerfung*), na qual ela distingue os tipos de negação e destaca que até mesmo a *Verwerfung*, que traz à tona um material do real, opera a partir de algo que já foi constituído pelo mecanismo da *Bejahung-Ausstossung*.

Nesse momento da teoria lacaniana, em sua resposta a Jean Hyppolite, Lacan não faz discriminações sobre a anterioridade do real ou do simbólico, aponta apenas para uma intersecção entre esses registros. Apenas no seminário 3, sobre as psicoses, ele vem afirmar, a partir da alucinação, que a *Verwerfung* se refere a um significante que preexiste no simbólico. Nesse sentido, a *Ausstossung* refere-se ao real, ao passo que a *Verwerfung* a um fragmento da bateria significante já introduzida pela *Bejahung*. Detalhando um pouco mais, Rabinovitch (2001) coloca que a *Bejahung-Ausstossung* se relaciona à introdução do significante e da ordem da linguagem, a passo que *Verwerfung* opera no nível do significante Nome-do-Pai, que funciona para ordenar a cadeira simbólica já introduzida: “Sem dúvida, quando a linguagem não pode ser ordenada pelo significante Nome-do-Pai, isso não impede de falar; pois se entrou na linguagem, mesmo que a linguagem não se tenha introduzido

adequadamente no sujeito.” (RABINOVITCH, 2001, p. 32). Esse ponto nos é demasiado importante, pois nos abre outras perspectivas para pensar o autismo. No autismo, há a entrada do universo simbólico, pois, como foi observado no primeiro capítulo, ainda que de maneira peculiar, as crianças, com esse diagnóstico, falam e se utilizam da linguagem. Entretanto não podemos afirmar que se trata do mesmo mecanismo da psicose, de haver uma *Verwerfung* do significante Nome-do-Pai, pois não parece ser de alucinações que essas crianças padecem. Talvez possamos situar que algo da ordem da *Bejahung-Ausstossung* possa ter acontecido de forma não muito adequada, na medida em que Vivès (2012) situa, nesse momento, o segundo tempo do circuito pulsional, onde deve haver o ensurdecimento da voz do Outro para que, posteriormente, num terceiro tempo, o sujeito possa advir como falante.

Para fazer elaborações nesse sentido, é necessário que avancemos ainda mais nas nossas articulações. Por essa razão, ainda iremos trabalhar com os limites entre o real e o simbólico, visto que esse momento originário e mitológico da constituição do sujeito nos é extremamente caro. Para tanto, iremos nos apoiar também nos escritos de Alain Didier-Weill (1997), autor que trabalha a noção da gênese do sujeito como um pacto ético, uma vez que não é um ato automático no qual o sujeito é passivamente conduzido, mas envolve a possibilidade de ele consentir ou não. Tal pacto, como um contrato, possibilita que o sujeito possa, a partir de um “sim”, usufruir de um corpo sexuado, de uma fala e de uma imagem, das quais poderá gozar desde que pague o preço de pertencer à lei simbólica. Caso contrário, “viverá essa fala como gaguejante, esse corpo como pesadão, essa imagem como feia” (DIDIER-WEILL, 1997, p. 294).

Didier-Weill (1997) propõe que a diferença fundamental entre furo instituído pelo movimento da *Bejahung-Ausstossung* e furo da *Verwerfung* advém de que, neste último, o ato de furar não se define como um pacto entre o sujeito e o significante, mas como uma ruptura desse pacto originário. Nesse sentido, a noção de pacto se desenrola em função de que o “não” da *Ausstossung* é indissocialmente ligado à afirmação de um “sim” (*Bejahung*), ao passo que na *Verwerfung* isso não ocorre, não havendo nenhum “sim” associado. Este sim é um ato que liga o sujeito ao Outro e o põe em dívida com ele, na medida em que é possuidor de uma materialidade significativa que é transmitida. A assunção do furo do Outro (S(A)) permite que o sujeito institua em si um furo simbólico originário no qual se determina.

Para que esse furo possa existir, é preciso que o sujeito expulse (*Ausstossung*) dele uma parte que, segundo Didier-Weill (1997), concorre para a instituição do furo real no simbólico. Ou seja, no mesmo movimento que diz “sim” ao simbólico, o sujeito sacrifica, como uma parte do acordo pactual, um pedaço desse tesouro e o expulsa de si. Essa parte ele não terá acesso e constituirá algo que é da ordem do não simbolizável. Entretanto, esse pacto ainda tem algumas peculiaridades, pois esse “não-sim”, na qual uma parte do sujeito desaparece com consentimento inconsciente do mesmo, não está ligado a uma perda de sentido, como o que acontece com o “não” absoluto da *Verwerfung*, mas sim, a uma transmissão de um mais-além do sentido que se traduz pela aparição de um furo real no simbólico. Já a forclusão, ao banir o significante Nome-do-Pai do simbólico, não faz com que o significante desapareça, mas sim reapareça como fantasma, num lugar denominado furo simbólico no real, que induz a queda absoluta de sentido.

Acerca desses limites entre o real e o simbólico, Didier-Weill (2012) discorre ainda sobre a ideia do pacto que estaria na origem do sujeito e que precede o recalçamento originário. Segundo o autor, há um encontro de um real humano, corpo que chega ao mundo como uma materialidade que pesa, e aquilo que sobre ele vem se inscrever, a ordem significante. Nesse encontro entre simbólico (há) e real (não há), delinea-se uma dimensão de promessa, promessa de um devir. Mas essa promessa se rompe, e esse rompimento é o que se denomina de trauma. “Pode-se dizer que o trauma é a aparição violenta desta significação: ‘Não há significante’” (DIDIER-WEILL, 2012, p. 11). Enquanto o pacto originário trazia a significação do “há”, o trauma chega mostrando que “não há”. A ruptura desse momento se dá com a substituição do pacto originário por um segundo pacto que leva em conta um enodamento entre “há” e “não há”, que ocorre com o recalçamento originário. Segundo o autor, o recalque originário é como um contrato entre o sujeito e o Outro, contrato este que é atado pela estrutura do nó borromeano em que há a nodulação das três instâncias e a instituição de um furo.

Didier-Weill (1997; 2012) evidencia esse momento do pacto originário a partir de uma referência ao livro do Gênesis na Bíblia, que fala sobre o princípio mítico do mundo e nos dá ilustrações preciosas sobre esse momento da gênese do homem, bem como sobre a instituição do furo simbólico no real:

No princípio criou Deus o céu e a terra. E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a

face das águas. E disse Deus: Haja luz; e houve luz. E viu Deus que era boa a luz; e fez Deus separação entre a luz e as trevas. E Deus chamou à luz Dia; e às trevas chamou Noite (GÊNESIS, 1:1-5).

Segundo o autor, a luz que é criada não é a luz visível, mas o verbo, que diz respeito ao significante, e as trevas que havia sobre a face do abismo, seriam a ausência de verbo. Entretanto, quando Deus separa a luz e as trevas e as nomeia de dia e noite respectivamente é como se recobrisse de simbólico esse momento de coexistência entre luz e trevas, dando fronteiras entre elas e a possibilidade de nomeação. Nesse movimento, algo fica de fora: a noite, que agora nomeia o que é da ordem das trevas, não abarca o abismo em que as trevas pairavam antes da ação do verbo. Isso nos é exemplar para pensar a questão dos furos: o furo simbólico no real seria o abismo no qual as trevas pairavam e que está absolutamente fora da ordem simbólica. Mas há também um furo no fato de que a nomeação empobrece a significação, logo algo se perde ao dar nome de noite ao que seriam as trevas e de dia às luzes, evidenciando o furo real no simbólico.

Em outros termos, podemos dizer, apoiados nas proposições de Didier-Weill (2012), que há uma substituição do furo simbólico no real, momento originário e mítico da constituição do sujeito que diz respeito também ao recobrimento do real pelo simbólico, por um furo real no simbólico, que versa sobre o fato do simbólico não abarcar tudo. O autor nos diz: “No ponto em que havia um furo no fora, ele instituirá nele mesmo um furo” (DIDIER-WEILL, 2012, p 14-15). Ora, é a partir do significante que é possível criar o furo e é a partir dessa criação que o sujeito poderá se criar. É preciso que essas mensagens absolutamente contraditórias, entre o trauma de que não há significante e a permanência da lei significante insistindo que há, possam copular. Esse novo significante (*há/não há*), que traduz a ausência no seio da presença, tem êxito com o funcionamento da metáfora paterna, com a produção do significante S(A).

Entretanto, compreender o movimento da *Ausstossung-Bejahung* faz-nos questionar: o que é que se introduz nesse processo? A partir de onde o sujeito vai começar a produzir uma cadeia significante? O que o marca, nesse encontro, com o simbólico e com o real, na medida em que é originalmente constituído na falta? Nesse sentido, sabemos que, em paralelo a todo esse processo do recalque originário, há também a enigmática identificação primordial, na qual se incorpora aquilo que é da ordem do essencialmente traumático: a língua materna.

Freud (1921) aborda a temática da identificação no capítulo VII do texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. Na ocasião desse texto, ele define a identificação como a mais arcaica ligação afetiva a uma outra pessoa, desempenhando também um papel na pré-história do complexo de Édipo. A partir de então, ele diferencia e explica esse processo por meio de laços mais complexos, onde poderemos situar três modelos de identificações. O primeiro deles diz respeito à identificação por incorporação oral, fazendo referência ao pai da horda primitiva: “Pois desde o início a identificação é ambivalente, pode tornar-se tanto expressão de ternura como desejo de eliminação. Comporta como derivado da primeira fase, a fase oral da organização da libido, na qual o incorporou, comendo, o objeto desejado e estimado, e assim o aniquilou enquanto objeto” (FREUD, 2011, p. 61, 1921).

Nos outros dois modelos, Freud mostra, a partir de observações clínicas, diferentes formações de sintomas. Logo, tem-se a identificação na origem do sintoma histérico a partir de um traço, com o exemplo de uma garotinha que se identifica à tosse atormentadora de sua mãe em função do desejo de ocupar o seu lugar, bem como no caso Dora, na qual ela se identifica com a tosse do pai. Em ambos os casos, Freud destaca que a identificação é parcial, limitada e toma apenas um traço da pessoa-objeto (FREUD, 2011/1921).

No terceiro modelo de formação de sintomas, Freud evidencia que o “mecanismo é aquele da identificação baseada em querer poder colocar-se na mesma situação” (FREUD, 2011, p. 64, 1921) e refere-se ao caso de garotas que moram em pensionatos juntas e que, por identificação, sofrem como se fosse uma epidemia psíquica, a crise que iniciou a partir do ciúme de uma delas. Nesse caso, ele destaca que se trata de uma identificação parcial e pelo sintoma.

Cruglak (2001) mostra que, nos casos de formação de sintomas, as identificações são parciais, sendo que o segundo modelo opera a partir de um único traço da pessoa-objeto e, no terceiro modelo, um único ponto possibilita que haja a identificação sintomática, como uma comunhão entre “eus”. Ela ressalta o atributo “único” que há nesses dois modelos e que, em ambos, há uma articulação no nível do traço. É dessa ideia de traço que Lacan irá extrair o traço-unário (*einzigster-zug*).

A autora desdobra sua tese a partir da definição freudiana de identificação como uma forma arcaica de ligação afetiva com um objeto e se volta para o entendimento da estruturação originária do inconsciente. Logo, a identificação primária, que se nomeia de incorporação,

seria o processo fundante da estrutura inconsciente e da matriz da série de identificações, retomando também o argumento mítico às nossas elaborações na medida em que se apoia em Totem e Tabu. Na incorporação, o pai é devorado ao estilo canibal, forma que se caracteriza por comer apenas aquilo que ama. E dando continuidade, a autora propõe ainda que há uma série tripla que acompanha as identificações ao pai, ao traço e à histórica, e que compõe os três tempos constituintes da estrutura do sujeito (CRUGLAK, 2001).

Nesse sentido, segundo Cruglak (2001), no Seminário 9 (1962/1963), Lacan trabalha apenas com a noção de identificação, apoiado nos modelos de Freud sobre o traço e a histórica, visando a circundar a temática da identificação significativa. Mas, no avançar de sua teoria, mais precisamente no Seminário 22, quando ele irá trabalhar a articulação nodal dos registros Real, Simbólico e Imaginário, irá surgir a noção de identificação a cada uma das instâncias do Outro real.

Para dar conta, entretanto, dessas formulações, iremos retomar as proposições lacanianas do Seminário 9 (1961-1962), no qual a noção de traço unário, essencial para elaborações acerca da constituição do sujeito, na medida em que está relacionado com o ordenamento da série das identificações significantes, é desenvolvido.

Na lição de 22 de novembro de 1961, Lacan traz a ideia do *einzingerzug* como o que dá suporte para a cadeia significativa. Esse traço, o mais simples e que traz a garantia da unicidade, é absolutamente despersonalizado e ultrapassa qualquer conteúdo subjetivo, como pode ser observado nas próprias proposições de Lacan:

A fundação do um que constitui esse traço não está tomada em nenhuma parte a não ser em sua unicidade. Como tal, não podemos dizer dele outra coisa senão que ele é o que tem de comum todo significante, [de] ser sobretudo constituído como traço, [de] ter esse traço como suporte (LACAN, 2011, p. 33, 1962).

Ora, nesse trecho, Lacan evidencia a noção do traço unário como suporte da cadeia significativa. É preciso ressaltar, entretanto, que a noção de traço não se confunde, de forma alguma, com a de significante, pois, estando na origem do mesmo e sendo a forma mais simples de marca, é a partir do suporte do traço, enquanto marca do Um, que o significante se diferencia do signo, na medida em que implica a função da unidade, que se distingue da noção de unicidade, por ser somente diferença. Articulando essa ideia ao que já vimos sobre a estruturação do inconsciente como uma linguagem, com a Carta 52 a Fliess, o significante,

que denota a presença da diferença, precisa do apagamento da marca para vir à luz nos “modos capitais de manifestação do sujeito” (LACAN, 1961, p. 62).

Podemos entender que o traço unário, como traço da diferença, surge no lugar do apagamento do objeto, ou seja, no lugar onde algo do concreto se perde. Lacan (1961/1962) usa como referência a ideia da pegada presente na história de Robinson Crusoé, pois só pode haver pegada onde antes havia um pé. A pegada é, portanto, a ausência do objeto pé, que deixou uma marca de sua presença, mas essa impressão só pode ter sentido a partir da leitura de um outro. Se esse objeto, no caso o pé, não falta, não há impressão, tampouco inscrição. Qualquer valor de linguagem só é dado posteriormente e construído após vários apagamentos dessa marca. Segundo Rinaldi (2008), o traço unário é, dessa forma, o sinal de uma ausência apagada que, a cada repetição, presentifica-se como ausência, e é nesse ponto radical, arcaico e apagado, que Lacan supõe a origem do inconsciente.

A ideia de constituição ligada à identificação ao traço unário implica o estabelecimento do sujeito enquanto essencialmente faltoso. Vale ressaltar, entretanto, que, nas proposições de Lacan do seminário 9 acerca da noção de traço unário, o que se evidencia é a primazia do significante, enfatizando o registro simbólico e a relação primordial entre o sujeito e o Outro. Entretanto, no decorrer do ensino de Lacan, mais precisamente no seminário 22, no qual se observa a primazia do real sobre o simbólico, a temática da identificação é retomada para sustentar a articulação borromeana entre os registros Real, Simbólico e Imaginário. Nesse sentido, Lacan (1975) descreve a identificação vinculada a cada registro do Outro real, como veremos:

Esse Outro Real, identifiquem-no com seu imaginário e terão então a Identificação do histórico com o desejo do Outro, esta que se passa nesse ponto central. Identifiquem-se com o Simbólico do Outro Real, terão então essa Identificação que especifiquei como EinzigerZug, como traço unário. Identifiquem-se com o Real do Outro Real, obterão o que indiquei como Nome do pai, e é onde Freud designa o que a identificação tem a ver com o amor (LACAN, 1975, p 53).

Nessa perspectiva, a identificação ao traço unário evidencia apenas um aspecto desse movimento que diz respeito às origens do sujeito. Ao falar do traço unário, atravessamos a noção do apagamento, para que haja a inscrição de uma marca, ou seja, quanto mais apagado, mais haverá o registro da falta e mais esse traço poderá suportar a diferença radical que representa o significante. Mas há também, a partir do seminário 22, a indicação de que da

identificação ao Real do Outro real surgirá a função do Nome-do-Pai, que, num limite, define-se pela possibilidade de dar nome às coisas. (Cruglak, 2001). Ora, desde o início de nossas elaborações, estamos em busca do que está implicado na função de falar e nomear, na medida em que, na clínica do autismo, algo dessa ordem parece falhar. A série de identificações descritas por Lacan mostra outros aspectos desse movimento que não se circunscrevem apenas na identificação significativa.

A identificação ao pai originário traz a ideia de algo opaco e insondável no Outro e que se localiza no corpo, no sujeito antes da palavra, no zero, como a verdade da falta, lugar necessário para que o sujeito se constitua a partir de Um, que se relaciona com a noção de traço unário. O pai representa, nesse sentido, uma necessidade lógica do discurso no qual o sujeito precisa se inscrever (NOVAES, 2007).

Indo um pouco mais além em nossas elaborações, chegamos a um ponto crucial para o entendimento dessa operação originária do sujeito, pois, no seminário 22, mais precisamente na lição de 15 de abril de 1975, Lacan fala sobre a nodulação dos três registros e afirma que:

[...] o Inconsciente é o Real, enquanto no falasser, ele é afligido pela única coisa que, do buraco, nos assegura, é o que chamo de Simbólico, encarnando-o no significante cuja definição, no final das contas, não é outra senão essa, o buraco. O significante faz buraco (LACAN, 1975, p. 61).

Essa ideia remete à noção de um furo irreduzível que jaz na constituição do sujeito, da qual falamos também ao abordar o recalque originário. Há um furo simbólico no real, que diz respeito a algo que fica absolutamente fora da ordem simbólica, mas também o furo real no simbólico, que se refere à incompletude da língua para abarcar nossas experiências. Lembremos da dialética apresentada por Didier-Weill (2012): há ou não há significante? E indo mais além, como lidar com o trauma de ser constitutivamente furado e incompleto? Podemos sugerir que, na promessa de completude que o sujeito se articula ao Outro, numa promessa simbólica. “A estrutura do mundo consiste em conseguir palavras”, lembra-nos Lacan (1975, p 62). Mas a ordem simbólica, apta a trazer palavras, é lacunar em sua origem e abriga um vazio irreduzível, que só é passível de compreensão quando, no avançar do ensino de Lacan, faz-se necessário compreender a enodação desses registros.

Para que o Nome-do-Pai se inscreva, fazendo possível o ato de nomeação, é preciso também do simbólico. Os registros não funcionam independentes uns dos outros e é a partir desse furo essencial e irreduzível, que a articulação entre eles será possível.

Entretanto, não cabe, em nossos objetivos, avançar na teoria dos nós, apesar de nos parecer necessário fazer articulações que apontassem para esse furo. A incorporação que caracteriza a primeira identificação descrita por Freud, traz à tona não apenas o trauma que representa a entrada da língua jazendo com sua incompletude, mas também, e é nesse ponto que cabe falar do Real do Outro real, um rastro inapreensível para o Simbólico, como um corpo da falta (CRUGLAK, 2001).

O ato inaugural da instalação da diferença é corolário de uma marca na entrada do campo da linguagem. Como consequência da entrada na linguagem pela operação do traço, há um resto do corpo biológico que fica irreduzível ao significante, logo o traço marca a entrada na linguagem e há a produção de uma perda que recorta um real inacessível ao corpo.

Em nosso próximo capítulo, pretendemos articular as operações míticas da constituição do sujeito, a partir do recobrimento do real pelo simbólico e da inscrição significante, com a temática pulsional, já vista no capítulo anterior, subsidiando as reflexões sobre a primazia da voz nesse processo e as contribuições do estudo da pulsão invocante para a clínica do autismo.

QUARTO CAPÍTULO

4 SOBRE OS LITORAIS E A VOZ EVANESCENTE: O AUTISMO E AS SEREIAS

Uma música despertava-me os nervos

Luiz Quintais

Iniciar este capítulo com a poesia de Luiz Quintais (2014) é uma escolha que faz alusão ao processo de constituição do sujeito pela musicalidade presente na voz, que é o grande objeto pelo qual o nosso estudo convergiu. Como vimos ao longo dos capítulos anteriores, a particularidade do sujeito humano em relação às outras espécies é a de ser descendente da linguagem, ou seja, todo o funcionamento, até mesmo corporal, está sob a regência dessa estrutura que atravessa a carne e permite as amarrações no laço social. A clínica do autismo aponta alguns enigmas sobre esse processo de constituição, na medida em que esses sujeitos apresentam uma forma bastante peculiar de funcionar com a linguagem, como foi observado no primeiro momento deste trabalho, não sustentando a assunção de um lugar no discurso.

Apresentamos, então, alguns aspectos que nos sedimentam para pensar as possíveis falhas desse processo, como a ideia do circuito pulsional, que envolve uma necessária articulação ao Outro, bem como a de objeto *a*, que precisa cair para por em voga a economia de desejo do sujeito. Mas também, caminhando além, fomos ao momento *princeps* e originário do encontro entre o neonato e seu cuidador, ou do recobrimento do Real com o Simbólico, pensando inclusive nos traumas que podem decorrer dessa odisseia que marca a entrada na linguagem, no qual algo é expulso para sempre das *terras da humanidade* e, assim, os litorais do sujeito podem ser constituídos.

Falar da *pulsão invocante* e da *voz* permite-nos abarcar essas duas formas de constituição, uma que diz respeito à inscrição significativa e os limites estabelecidos entre real e simbólico, e a outra ao esburacamento do corpo pela pulsão que viabiliza trocas com o Outro, e pensar nas especificidades da clínica do autismo.

Como foi observado no primeiro capítulo, os distúrbios de linguagem, enquanto marca permanente dos diagnósticos de autismo, apontam para uma falha constitutiva da qual voz evidencia um importante papel. Quando falamos acerca dos circuitos pulsionais, detemo-nos

brevemente sobre as pesquisas de Laznik (2004, 2006), Catão (2012), Jerusalinsky (2012a) que circunscrevem a função da voz materna, carregada de musicalidade, num lugar potencial e necessário à constituição. Mas de onde surge esse poder constitutivo da sonoridade? Quignard (1999) nos dá a dica:

Todo o som é o invisível na forma do perfurador de envelopes. Que se trate de corpos, de quartos, de apartamentos, de castelos, de cidades fortificadas. Imaterial, ele atravessa todas as barreiras. O som ignora a pele, não sabe o que é um limite: ele não é nem interno e nem externo. Ilimitante, ele é inlocalizável. Ele não pode ser tocado: ele é impalpável. A audição não é como a visão. O que é visto pode ser abolido pelas pálpebras, pode ser impedido pelo paravento ou pelo reposteiro, pode se tornar imediatamente inacessível pela muralha. Indelimitável, dele ninguém pode se proteger. Não existe ponto de vista sonoro. Não existe terraço, janela, torre, cidadela, ponto de vista panorâmico para o som. Não existe sujeito nem objeto para a audição. O som penetra. Ele é o esturpador. O ouvido é a percepção mais arcaica ao longo da história pessoal, antes mesmo do cheiro, bem antes da visão, ele se alia à noite (QUIGNARD, 1999, p. 63)

O autor abre, a partir deste trecho, a possibilidade de explorarmos vários aspectos acerca do som. Talvez o mais fundamental seja pensar a ideia de uma violência penetrante, na medida em que não há como escapar do ato de ouvir, pois as orelhas não se fecham. Pensar nos efeitos psíquicos dessa escuta que transcende a capacidade de escolha do sujeito indica, talvez, para o encontro traumático com a Língua. Não há escapatória: de alguma forma, a linguagem faz marca e caberá ao sujeito definir como operar com ela.

Podemos também analisar a expressão “O som ignora a pele, não sabe o que é um limite” e desdobrar nosso trajeto para elaborações acerca da criação dos litorais no sujeito. Como vimos, a invasão sonora pode até não conhecer os limites, dado a aparente desordenação de sua invasão, mas ainda assim atua na concepção das bordas no corpo do vivente, cavando os buracos pulsionais, além dos litorais, que servem para separar e produzir o Real a partir da inscrição significativa.

Outro ponto importante no trecho de Quignard (1999), e que confere um valor primordial para nossa pesquisa, é a anterioridade do som em relação ao olhar: “O ouvido é a percepção mais arcaica ao longo da história pessoal, antes mesmo do cheiro, bem antes da visão, ele se alia à noite”. Podemos pensar essa referência à noite conforme a metáfora trabalhada no capítulo anterior sobre as trevas que habitavam o mundo antes que o verbo trouxesse a luz, e com ela os limites entre dia e noite. Mas vale ressaltar que o som parece ter uma anterioridade inclusive ao verbo. A imagem da luz, enquanto verbo que organiza o universo caótico da origem, aponta para uma fala cuja ordenação lexical e o valor de sentido

no código compartilhado da língua já existe. Mas o que há antes dessa ordenação de sentido que vem como promessa do Outro? Há trevas. E como as orelhas não têm pálpebras, nas trevas também é possível escutar ruídos.

Que ruídos são esses? Estamos falando aqui de uma escuta sonora, ou de uma linguagem que nada tem a ver com o sentido ou com atravessamentos ligados a uma estrutura sintática. Soler (2012b), ao trabalhar com a noção do inconsciente real, baliza o que diz respeito à ideia de *lalíngua*¹³: “A *alíngua* evoca a língua emitida de antes da linguagem estruturada sintaxicamente” (p. 38). Em outros termos, podemos dizer que a *lalíngua* é a linguagem do Real, traumática em sua origem, e sem a ordenação promovida pelo Simbólico. Mas o que há nesses ruídos, ou nessa forma arcaica de linguagem, já que não há sentido?

Podemos responder retomando a noção de gozo, já anteriormente trabalhada, e fazer análises a partir de uma importante ressalva pontuada por Caldas (2007a) acerca do ensino de Lacan. A autora nos diz:

Na primeira fase de seu ensino, Lacan concebe o Outro como a organização simbólica preexistente à entrada do sujeito na linguagem. Em seu último ensino, porém, a problemática de gozo passa para o primeiro plano, e essa idéia se inverte: o Outro não existe a priori. O que passa a estar em jogo, portanto, não é mais o Outro como ponto de partida, e sim o Um (CALDAS, 2007a, p. 53).

Caldas (2007a), ao abordar esse deslocamento no ensino lacaniano da noção de Outro à noção de Um, aponta para a ideia do gozo autista, na medida em que o Um não perpassa pelo Outro, com a lei simbólica na origem. O Um diz respeito, portanto, à singularidade do gozo que marca as experiências numa anterioridade ao Outro, como um gozo auto-erótico, sem endereçamento. Soler (2012b), na mesma direção, indica que “o Um encarnado em *alíngua* [...] está em coalescência com o gozo” (p. 40) e, nessa perspectiva, *lalíngua* abarca um saber inconquistável, mas não sem efeitos, visto que afeta o corpo substância. Em outros termos, podemos dizer que, num início, *lalíngua* cai de um Outro que não é organizado pela lei simbólica, é disjunto, desordenado, e que vale pelas ressonâncias e efeitos de gozo que provoca no corpo do vivente (CALDAS, 2007a).

¹³*Lalíngua* é um conceito desenvolvido, sobretudo, no final do ensino de Lacan – Seminário, o livro 20: mais, ainda (1974); Televisão (1974); Seminário, o livro 22: RSI (1974-1975); A Conferência de Genebra (1975); Seminário, livro 23: o sinthoma (1975-1976), entre outras referências – que aponta para a homofonia com a palavra *lalação*, do latim *lallare*, que designa o ato de cantar para adormecer as crianças, assim como também nomeia os ruídos da criança que ainda não fala: “A *lalação* é o som disjunto do sentido; no entanto, como se sabe, não disjunto do estado de contentamento da criança.” (SOLER, 2012b, p 38). O termo ainda tem a variação *alíngua*, cujo prefixo *a* traz à tona a noção de uma negação ou afastamento da língua, como uma língua anterior, ou disjunta, da estrutura da linguagem.

É importante marcar essa tensão dialética da teoria: de um lado, há a noção do Outro, ordenador do discurso e necessário ao laço social; do outro, há esse puro gozo que impele o tempo todo ao “querer gozar”. Para que um sujeito se torne falante, é preciso que saia desse lugar de gozo-autista, de referências auto-eróticas, para um lugar onde possa endereçar-se e enlaçar-se no discurso. Mas como se faz o atravessamento de um tempo para o outro? Essa reflexão é central para pensar os questionamentos suscitados com a clínica do autismo.

Como vimos anteriormente, são os registros pulsionais que atravessam a carne, criam bordas erógenas - das quais destacamos o ouvido – e produzem os objetos com os quais o *falasser*¹⁴ poderá escrever sua história. A partir da referência de *lalíngua*, podemos pensar em como atua essa escrita do corpo na qual a fala desordenada vinda do Outro recorta o campo do gozo auto-erótico “segundo uma operação em que o objeto voz se torna letra de gozo no corpo, mas deve, para que não permaneça autista, retornar ao campo do Outro como fala” (CALDAS, 2007a, p. 53).

Aqui, faz-se necessário que avancemos para o entendimento da noção de *letra*, na medida em que este conceito abarca a possibilidade de escrita e de leitura dessas marcas deixadas pelo atravessamento da voz no corpo. No capítulo precedente, falamos de outro tipo de inscrição, o *traço unário*, que faz jus à forma mais simples de marca, que está na origem do significante e é suporte da identificação. A noção de *letra* faz alusão à inscrição de algo a partir das bordas corporais e da produção de um resto. Esses restos, que são deixados no corpo, serão os elementos com os quais o sujeito irá se articular ao Outro em busca de um endereçamento, ou seja, de fazer do outro um leitor ou interlocutor. Mas a letra abarca também o ponto no qual a produção de sentido se detém, esbarrando no não-signo e que, ao mesmo tempo, convoca à insistência de produzir sentido e ao fracasso de seu limite.

Visando a diferenciar estes dois tipos de marca, cabe aqui pontuar que a inscrição do traço unário está referida ao significante e a função da linguagem estruturando o inconsciente, ao passo que a ideia de letra refere-se às marcas corporais, à desnaturalização do sujeito como efeito do gozo de *lalíngua*, e é resultado da incidência e produção dos nossos orifícios, que

¹⁴ De acordo com Caldas (2007b), o conceito de *falasser*, ou *parlêtre* (*parlant* – ser falante; *parl’être/lettre* – ser de letra) surge no final do ensino de Lacan para diferir da noção de sujeito. Segundo a autora, nessa noção não é possível ser aplicada a dicotomia corpo/fala, pois não se trata “de falta-a-ser, mas de ser que, com a fala, faz o corpo no qual o sexo acontece” (CALDAS, 2007b, p. 78). Em outros termos, podemos dizer que o conceito de *falasser* não invalida a noção de sujeito, mas trata de pensar as questões de um corpo marcado pelo gozo da linguagem, que ao mesmo tempo funciona como via para o discurso e barreira para o sentido.

constituem o índice de nossa alienação maior. Nessa perspectiva, a letra não carrega a conotação do significante, apesar de elaborá-lo e aperfeiçoá-lo (COSTA, 2015).

Nessa perspectiva, entendemos que o corpo se constitui como um depósito de significantes que nada significam, em função de serem provenientes de *lalíngua*, e seus efeitos de gozo, que participam dessa montagem erógena sulcando as bordas e construindo uma geografia que permitirá à criança emergir como sujeito, na medida em que precisará ler aquilo que *lalíngua* deixou como marca de gozo em seu corpo.

Vale ressaltar também que a escrita do corpo pode ser referida de duas formas: a primeira versa sobre o que deriva da voz, enquanto *lalíngua*, desenhando no solo do gozo e fazendo as bordas do corpo, da qual trabalharemos mais adiante. A segunda diz respeito à escrita do nó borromeano, com as instâncias Real, Simbólico e Imaginário, e as possíveis formas de amarração entre esses registros, que não cabem no escopo deste trabalho maior aprofundamento, ainda que tenhamos apontado, sobretudo no capítulo anterior, os limites entre os registros Real e Simbólico, bem como seus recobrimentos (CALDAS, 2007a).

Lacan, no *Seminário, o livro 20: mais, ainda* (1972-1973), faz um deslocamento da ideia do inconsciente estruturado como linguagem para a de um inconsciente que funciona como um saber depositado sobre as marcas de *lalíngua*. Dessa forma, a estrutura da linguagem é concebida como uma elaboração para dar conta desses ruídos que transcendem qualquer função de comunicação, e o inconsciente é concebido como um saber fazer com a *lalíngua*, que ultrapassa o que a linguagem pode sustentar em sua estrutura.

Alíngua nos afeta primeiro por tudo que ela comporta como efeitos que são afetos. Se se pode dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é no que os efeitos de alíngua, que já estão lá como saber, vão bem além de tudo que o ser que fala é suscetível de enunciar (LACAN, 1972-1973, p 149).

A linguagem, na medida em que carrega toda a ordenação léxica e semântica, não é dada de origem, ao contrário, nasce apoiada nessa estrutura que está fora da cadeia significante, marcada pelo encontro com a fala materna, repleta de equivocidades e de enigmas. Mas podemos questionar: como se dá o processo em que *lalíngua* marca o corpo do neonato, desnaturalizando-o, desenhando bordas sobre a superfície de gozo e possibilitando as trocas que o captarão para o encadeamento significante e para o enlaçamento ao Outro?

Quignard (1999) conta que, desde o período intra-uterino, o bebê é capaz de ouvir:

A audição intra-uterina é descrita pelos naturalistas como longínqua, a placenta afastando os ruídos do coração e do intestino, a água reduzindo a intensidade dos sons, tornando-os mais graves, transportando-os em grandes ondas massageando o corpo. No fundo do útero reina uma espécie de ruído de fundo grave e constante que os especialistas comparam a um “sopro amortecido”. O próprio ruído do mundo é ouvido ali como um “ronronar surdo, doce e grave” acima do qual se ergue o melos da voz da mãe, repetindo o acento tônico, a prosódia, o fraseado que ela acrescenta à língua que fala. É a base individual da cantinela (QUIGNARD, 1999, p. 126).

Ora, além do ato de escuta ser anterior ao nosso próprio nascimento, destaca-se aqui, junto à ideia da erogenização da borda auricular, a erogenização de todo o corpo pelo massageamento que as ondas sonoras provocam na estrutura corporal ainda em formação. Em nível de reflexão, ainda que não tenhamos a ousadia de tentar responder a tudo, podemos pensar que, no ato de nascer, há uma mudança no ato de ouvir, que até então era marcado por um som abafado, doce e grave, no qual a prosódia da mãe se destacava, para uma escuta marcada pelos mais diversos ruídos que compõem o mundo e chegam de forma desordenada, já que não existe mais a placenta fazendo barreira e proteção, podendo configurar um trauma.

Suponhamos a existência desse trauma, é preciso que haja algo que devolva ao recém-nascido o equilíbrio e a homeostase experimentada na placenta, já que a orelhas não se fecham e é impossível impedir a desordem sonora que o invade. Atribuímos esse papel à musicalidade presente na voz materna, cuja prosódia já era reconhecida desde o período intra-uterino.

A audição pré-natal prepara o reconhecimento pós-natal da mãe. Os sons familiares esquematizam a epifania visual do corpo desconhecido da mãe que o nascituro abandona como uma muda. [...] Desde a primeira hora, os sons no ar fazem o recém-nascido tremer, modificam seu ritmo respiratório (seu sopro, isto é, sua *psyquè*, isto é, seu *animatio*, isto é, sua alma), transforma seu ritmo cardíaco, fazem seus olhos piscarem, e todos os seus membros mexerem de maneira desordenada (QUIGNARD, 1999, p. 127).

Nessa perspectiva, podemos pensar como Quignard (1999), que o som tem a função de reger e organizar os ritmos do nosso organismo, mas, para tanto, é preciso que ele se abra em nós, ou seja, que sejamos capturados pela melodia a funcionar conforme sua cadência.

Didier-Weill (1999) fala que a “vocaçào para tornar-se humano nos é originalmente transmitida por uma voz que não nos passa a fala sem nos passar, ao mesmo tempo, sua música [...]” (p. 9). Nessa passagem, há a transmissão de uma dupla vocaçào: de um lado, a invocaçào musical com a continuidade das vogais e, do outro, a invocaçào significante da

fala, com a descontinuidade das consoantes, na qual se encontrará o campo da lei e da nomeação.

Como foi observado no capítulo anterior, quando abordamos o recalque originário (p. 67), há um primeiro e necessário *sim* que é dito a essa sonata intrusa que é a fala materna, portadora de *lalíngua*, numa convocação que advém sempre do Outro. Dessa forma, o infans recebe a nota musical da voz materna antes que possa reconhecer os sentidos do fonema. Didier-Weill (1997) nos diz que “esta simplicidade do elemento musical não *representa* ainda o sujeito, mas *nomeia* o que ele tem de real” (p. 241). Música e palavra, então, opõem-se, na medida em que a primeira dá o acesso ao trauma, introduzindo a *Bejahung*, e a segunda permite a sua saída, já no campo da lei simbólica.

Quando aborda o trauma primordial, que ao mesmo tempo parece ser via e obstáculo – nos casos de autismo - da humanização, Didier-Weill (1997) sugere que a conotação traumática advém em função da lei simbólica não ser soberana em relação ao real primordial, sendo necessários vários golpes descontínuos, ou tempos lógicos, para que o recém-nascido possa ser arrancado do caos que caracteriza a origem. Logo, num primeiro momento, haveria a introdução de um puro ritmo, trazido pela voz materna, na inércia e na intemporalidade caótica: “pelo ritmo, o infans é subtraído do puro determinismo do real, para cair sob o ascendente do Traço unário” (DIDIER-WEILL, 1997, p.269). O traço unário aparece como essa marca significante simples, de pura diferença, onde a palavra poderá germinar. Schwarz e Moschen (2012) localizam, nesta inscrição, o elemento musical, que será o suporte do significante.

Entretanto, entre duas notas musicais, tem-se o silêncio, o inaudito, que é marcado pela promessa de volta do Outro. É importante marcar que o ritmo detém o poder de inserir o pré-sujeito na experiência traumática em função de favorecer a simbolização da alternância entre o *há* e o *não há*, que vimos no capítulo precedente quando abordamos essa promessa de significação que vem do Outro.

O trauma do *não há* - significante que garanta a plenitude - aponta para um Outro furado, incompleto, e é experienciado como uma traição que ocasionará, como consequência, a queda da lei do ritmo, segundo um processo de expulsão do simbólico.

Na experiência de desamparo ligada à ausência da mãe, a criança guarda a possibilidade de recorrer ao grito, pelo qual ela pode chamar por “socorro”, enquanto que na experiência do trauma freudiano, onde o infans encontra um

furo na mãe, ele é reduzido a este silêncio absoluto que o subtrai a qualquer apelo possível, pois não existe mais para ele um Outro que seja bastante confiável para ser chamado. (DIDIER-WEILL, 1997, p. 273).

Didier-Weill (1997) evidencia, no trecho acima, que a experiência de desamparo é diferente da experiência traumática, pois nesta última vigora a falta de significante, o que escancara o furo do Outro e acarreta um silêncio absoluto. Tem-se, portanto, experiências que podem ser vividas como desamparo, nas quais é possível um apelo, mas há as experiências de conotação traumática que são vividas como um silêncio absoluto. Poderíamos pensar, acerca da clínica do autismo, que essas crianças que não apelam, estariam aprisionadas ou subtraídas no trauma do inaudito?

O autor mostra ainda as quatro possíveis respostas para esse dilema real-simbólico transmitido pela voz e o que ela comporta de inaudito, ou entre o *há* e o *não há*: as duas primeiras consistem em suprimir um dos dois tempos contraditórios, que, no caso da supressão do *há*, aponta para a solução psicótica e, no caso da supressão do *não há*, aproxima da solução perversa. A terceira solução é o que Didier-Weill (1997) chama de gnóstica, pois faz coexistir, de forma clivada, um Outro bom e um Outro mal. A última seria referente à copulação entre o *há/não há*, que possibilita a existência do significante $S(A)$, a metáfora paterna, como uma renovação do pacto com o simbólico, e um novo laço entre sujeito e Outro. No caso do autismo, será que podemos pensar na hipótese de um aprisionamento num momento anterior, no qual ainda não houve a escolha de uma solução para lidar com o dilema entre *há/não há*?

A voz é, portanto, portadora dessa *mal-dição* que ora traz a promessa de sentido, ora trai pela impossibilidade de tudo dizer - *mal-dito* - do qual, entretanto, é preciso estar submetido para advir como falante. Podemos afirmar, com Miller (2013), que a voz é “tudo que, do significante, não concorre para efeito de significação” (p. 6), ao passo que a fala é o que está sob a égide da comunicação. Essa definição da voz a coloca numa dimensão incorpórea, permitindo que ela se distancie das características imaginário-simbólicas (ritmo, altura) e se detenha ao lado do real da estrutura (VIVÈS, 2012).

Vimos, no segundo capítulo, alguns elementos do que configura a noção de objeto *a*, mas como a voz assume esse estatuto? Lacan promove voz e olhar ao lugar de objeto *a* no seminário de 1964, mas os seus estudos sobre a voz são anteriores, quando ainda trabalhava com as alucinações verbais observadas nos quadros de psicose (*Seminário, o livro 3: as psicoses; Seminário, o livro 6: o desejo e sua interpretação; De uma questão preliminar a*

todo tratamento possível). O entendimento do sujeito a partir de uma estrutura linguística, permite que Lacan dê a esses objetos um lugar na teoria das pulsões, que até então era marcada pela ideia desenvolvimentista dos estágios (oral, anal, fálico). A partir do momento que se deixa de lado a ordenação cronológica, o objeto é arranco da diacronia dos estágios e é inserido nas relações do sujeito com o Outro.

Lacan (1962-1963) ao falar do chofar, um instrumento musical de sopro usado em rituais religiosos, conta que o seu som provoca uma emoção inusitada que surge pelas vias do afeto auditivo, e equivale essa emoção ao que seria ouvir a voz de Javé, ou a própria voz de Deus. Aqui, o que parece estar na causa da questão é o objeto de desejo invocante: o ato do chofar, o sopro deste instrumento, convoca, portanto, à comemoração do pacto de origem, como um apelo que se faz ao Outro.

Dessa forma, a voz como objeto *a* se determinar, assim como os demais objetos – seio, fezes, olhar –, na relação que se estabelece entre a demanda do sujeito e o desejo do Outro. Mas o que faz a voz ter lugar privilegiado em nosso trabalho? No seminário 11, Lacan (1964) mostra que a pulsão invocante, sob a égide da voz, é a mais próxima experiência do inconsciente (p. 105). Ora, as questões suscitadas pelo autismo sugerem algumas falhas nesse processo pelo qual o sujeito do inconsciente é constituído, e buscar elaborações a partir da pulsão invocante nos aproxima desta experiência princeps e originária.

O que dá à voz o estatuto de objeto *a* é a função de corte na qual é estruturada: sai de um orifício e se corta. Portanto, a escansão, como atributo da voz, cava um vazio constitutivo, num movimento de corte e continuidade, que está na origem tanto do recobrimento simbólico, na medida em que este é edificado a partir de um ritmo que se inscreve como traço unário no qual o significante pode sustentar-se, como também no vazio necessário para que o pré-sujeito possa entrar no circuito do *fazer-se* em relação ao Outro.

A pulsão invocante é o único circuito que guarda também o privilégio de envolver duas fontes: a orelha (escutar, ouvir) e a boca (falar, chamar), o que aponta para o caráter inapreensível da voz, já que só podemos localizá-la entre esses dois orifícios. Porge (2014) defende a existência de um *estádio do eco*, anterior *estádio do espelho*, que configura um momento estrutural da constituição subjetiva, situando-se entre o grito e o apelo. Vale lembrar, como vimos no segundo capítulo, que os três tempos em que se configura um circuito responde a três formas gramaticais: o tempo ativo (comer), o passivo (ser comido) e o

reflexivo (fazer-se comer). A mudança no tempo gramatical atesta o trajeto da pulsão no contorno dos orifícios, como um vazio, e no litoral entre o corpo e *lalíngua*.

A voz situa-se entre o dentro e o fora, engendrando a passagem entre o sujeito que fala e aquele que ouve, mas também entre o sujeito e ele mesmo, na medida em que a voz que o outro ouve não é a mesma que é emitida. Um fenômeno curioso que atesta o lugar de objeto *a* da nossa voz é o desconhecimento e estranhamento que ela provoca quando a escutamos numa gravação, o que nos sugere que para assumir a posição de um objeto evanescente que permite a passagem do significante, algo precisa ser perdido. Esse algo é justamente o que não concorre para efeitos de significação.

Esse estranhamento ao escutar esse objeto perdido, em alguns casos, pode se assemelhar a um pavor, ou à angústia, que indica justamente a aproximação do objeto *a*. Porge (2014) trabalha a favor do estádio do eco em função, também, dessa equação: “minha voz = o eco de minha voz. Ou: a voz é *a-fonia*, a perda do sonoro.” (p. 89). Podemos entender, então, esse estádio como uma elaboração do circuito da pulsão invocante, com todas as particularidades que lhe cabe, e que evidencia a queda do objeto voz.

O autor diz ainda que a dualidade de fontes, nesse circuito, comporta a ideia de que, além de não se fechar em função do retorno ao Outro, ela se fecha Outramente: “O orifício da orelha pode se projetar sobre o da boca (ou inversamente), e se obtém então a superfície de um toro, o que permite simplificar o trajeto em torno dos dois orifícios.” (PORGE, 2014, p. 91).

Logo, a pulsão invocante tem um trajeto de duplo laço que corresponde, segundo Porge (2014), à banda moebiana entre o ouvir e o falar (dentro e fora), e que se fecha num vazio ocupado pelo lugar da voz como objeto *a*. O circuito do *fazer-se*, que caracteriza a invocação, deve, conseqüentemente, abranger essas duas séries: 1) falar ou chamar, ser falado ou ser chamado, fazer-se falar ou fazer-se chamar; 2) ouvir ou escutar, ser ouvido ou ser escutado, fazer-se ouvir ou fazer-se escutar. Esses trajetos permitem, ainda, cruzamentos entre as duas séries, que evidenciam esse duplo laço no qual é constituído (PORGE, 2015).

É pelo fato de dividir-se entre o falar e o ouvir que a voz participa de um endereçamento ao Outro. Mas esse objeto singular, do qual tratamos, está num limite: entre o corpo e a linguagem; o som e o sentido; o afeto e a significação. Ela introduz a divisão do sujeito em relação a sua própria fala, sendo veículo de significantes, afetos, equívocos,

sintomas e sentido. Esse jogo moebiano sugere, também, que ela pode chegar a constituir-se nos automatismos mentais e até na voz da consciência (supereu), como um eco interior (PORGE, 2015).

A pulsão invocante se dá por uma nodulação entre o grito, o silêncio e a voz. Lacan (1965) nos diz: “o grito é atravessado pelo espaço do silêncio, sem que ele o habite; eles não estão ligados nem por estarem juntos, nem por se sucederem; o grito faz o abismo onde o silêncio se aloja” (p. 217). Pensemos mais uma vez na ficção sobre a origem do humano, no qual o verbo é ordenador do campo que circunscreve o simbólico, ao passo que ao real fica o legado da desordem e do abismo, aquilo que escapou à nomeação: o silêncio. Há, portanto, dois tipos de silêncio: o silêncio da fala, que é constituída pelas escansões, habitada por significantes aptos a advir; e o silêncio do abismo, no qual o significante ainda não fez sua incisão no real.

À emissão do primeiro grito, falta o corte, é como uma implosão-explosão da laringe, que se distingue de toda voz modulante, e que apenas na estrutura do Outro aparece como significado: a criança entra no circuito quando tem seu grito traduzido como apelo. É nesse intervalo de nodulação entre o real-simbólico (silêncio-grito-apelo) que o estádio do eco se atém (PORGE, 2014).

O grito, apesar da tradução significativa atribuída pelo Outro, tem raízes num corpo que goza e é tecido por lalíngua. Por essa razão, nesse intervalo entre a emissão do grito e a assunção de uma voz, há um período de gozo com a sonoridade que denominamos de lalação, na qual o infans não se prende à significação e brinca/goza com o eco dos sons que o outro lhe endereça. O estádio do eco versa, portanto, sobre a travessia do grito ao apelo e à fala, com todos os liames que estruturam ou escapam desse processo. O que observamos no autismo, portanto, é a marca de uma fixação nesse momento de gozo com o eco, sem que a travessia à fala, no qual algo do gozo com lalíngua precisa ser perdido para que o significante advenha, se suceda (PORGE, 2014).

Vivès (2012) coloca que “a voz é a parte do corpo que se deve pôr em jogo – e, mesmo sacrificar – para que um enunciado se produza” (p.13). Isso denota o apagamento necessário da voz a favor do sentido: “a fala vela a voz” (VIVÈS, 2012, p.13). O autor propõe ainda que a peculiaridade do gozo estético, provocado pela música, é o de permitir que a voz seja audível: a música, portanto, inibe o sentido em prol do gozo.

Essa transição à fala não se faz, segundo Vivès (2012), sem a estruturação de um *ponto surdo*, “o lugar intrapsíquico, onde o sujeito, após ter entrado em ressonância com o timbre originário, deve tornar-se surdo para falar sem saber o que diz, ou seja, como sujeito do inconsciente” (p. 15). Esse furo é reflexo do recalque originário, cujo movimento, observado no capítulo anterior, separa o sujeito de sua origem.

Para o autor, o circuito da pulsão invocante faz-se a partir das ressonâncias do timbre do Outro, no qual, ao longo do recalque originário, o sujeito precisa assumir, dizendo um sim a essa voz arcaica (*Bejahung*), e depois rejeitar (*Austossung*), tornando-se surdo a ela, para que possa advir com sua própria voz. “E quem não consegue se tornar surdo a essa voz primordial, permanece indefinidamente nela suspenso, sob os seus efeitos.” (VIVÈS, 2012, p. 20), que é o que observamos na sintomatologia do autismo.

Segundo Vivès (2012), os três tempos do circuito da pulsão invocante se definem, então, da seguinte forma: 1) primeiro tempo: ser ouvido – momento místico da emissão do primeiro grito, no qual ainda não existe um sujeito do inconsciente, mas um sujeito de gozo; 2) segundo tempo: ouvir – corresponde à aparição do Outro, que fará a leitura do grito como apelo e responderá a ele; 3) terceiro tempo: se fazer ouvir – tempo no qual o pré-sujeito assume a própria voz e procura o ouvido do Outro para dele obter uma resposta. O ponto surdo estaria circunscrito ao segundo tempo, com o surgimento do Outro que interpreta, velando a dimensão real da voz, para a qual o sujeito deve ensurdecer.

Em outros termos, é preciso, para se tornar falante, que o sujeito, necessariamente, seja invocado, passando a funcionar sob o ritmo dessa voz originária, repleta de gozo e que faz a costura do corpo pulsional, e depois cesse de escutá-la, criando um ponto surdo e a hipótese de que existe um Outro não-surdo apto a lhe ouvir.

Pensando ainda nas questões da pulsão invocante e da voz como objeto *a*, analisaremos o mito das Sereias na Odisseia, ressaltando que a importância do mito e da literatura se definem pela possibilidade de transmitir à psicanálise aspectos que estão no litoral entre o saber e o não-saber constitutivo.

4.1 A ODISSEIA E O CANTO DAS SEREIAS: por uma barra no gozo

A Odisseia, de Homero, traça a longa viagem de retorno para casa do guerreiro Odisseu, ausentado para lutar na guerra de Troia. Martins (2014), apresentador da obra, fala sobre a poesia homérica se apresentar como algo que vai além do discurso comum, aproximando-se da voz dos deuses ou de uma arte que se assemelha ao puro som harmonioso. Eis um detalhe que julgamos pertinente ressaltar, na medida em que justifica a utilização da obra para refletir a psicanálise, indo além de uma relação de aplicação ou exemplificação, e pensando na possibilidade de uma transmissão que contorna as nossas experiências inauditas, trazendo-as para ressoar. Talvez por essa razão, os estudos acerca da constituição do sujeito constantemente se refiram ao *canto das sereias* na Odisseia, mas o puro som harmonioso capaz de transmitir algo do inaudito – como ensina Didier-Weill (2012) quando da fala da música – está antes na obra, no poema, do que na voz das Sirenas¹⁵.

É curioso observar que, ao longo de todo o canto 12 da Odisseia, a voz é aludida de diversas formas, que detalharemos adiante. Circe, belos-cachos, fera deusa de *humana voz*, alerta Odisseu sobre a próxima aventura e sobre como atravessar o som agudo e enfeitiçador das Sirenas:

[...] passa ao largo e tampa os ouvidos dos companheiros com amolecida cera melosa, para que nenhum outro as ouça; mas tu mesmo, se quiseres, ouve após te prenderem as mãos e os pés na nau veloz, reto no mastro, e nele se amarrarem os cabos, para que te deleites com a voz das duas Sirenas (p. 350-351).

Nas observações de Circe, ela concede a Odisseu a possibilidade de se deleitar com a voz das sereias e experimentar esse gozo mortífero. Odisseu, quando repassa para seus companheiros as instruções, adverte-os para que cientes do dito de Circe, ou morram, ou evitando a perdição da morte, escapem. A morte é aqui referida como uma perdição, o que nos dá uma conotação passional e irresistível, e, portanto, sobreviver ao canto das sereias significa, sobretudo, fazer barra ao gozo prometido.

As instruções de Circe são todas seguidas e “quando estávamos à distância de um grito rápido viajando, elas não ignoraram a nau saltadora surgir próxima, e deram vazão ao canto agudo [...]” (p.355). Aqui marcamos, além da referência ao canto agudo das sereias, a curiosa menção ao grito para falar da distância entre a nau e as sirenas, grito que também antecede a

¹⁵Sinônimo de sereia, é o termo utilizado na obra da Odisseia.

emissão do canto. E lembramos também da nodulação que existe entre silêncio, grito e voz, cuja sequência dos acontecimentos nos remete.

O canto agudo das sereias é portador de um misterioso chamamento: “vem cá, Odisseu [...] ancora tua nau para ouvires nossa voz. Nunca ninguém passou por aqui, em negra nau, sem antes ouvir a melíflua voz que vem de nossa boca” (p. 355). A voz sedutora fez com que Odisseu desejasse, com o coração, escutar, ao ponto de solicitar que seus companheiros o desamarrassem, mas já alertados, eles o prenderam ainda mais forte e continuaram a remar. Neste ponto, evidenciamos a dupla referência, ora a um canto irresistível, ora a uma voz que tenta seduzir e convencer a ela escutar. A voz aqui é veículo de uma promessa de gozo: na voz/canto das sereias, gozo e sentido se misturam de uma forma ameaçadora e carregam consigo a anulação da escolha do sujeito em passar sem ouvi-la, afinal, as orelhas não fecham – a não ser com a cera com que Ulisses tapa os ouvidos de seus companheiros – e não há como escapar de sua marca.

Blanchot (2013), no *livro do por vir*, faz um ensaio bastante rico sobre o canto das sereias tendo em vista reflexões sobre a própria literatura, que, entretanto, ajudam-nos a aprofundar nossas ponderações sobre a constituição do sujeito. Segundo o autor, o canto das sereias, ao que consta, não satisfazia, apenas apontava para onde abria a verdadeira direção e felicidade do canto. Era como um canto ainda por vir, uma promessa, que conduzia navegantes ao espaço onde o cantar começava de fato. Podemos pensar aqui na promessa de plenitude que o primeiro grande Outro, não barrado, traz ao pré-sujeito, numa perspectiva tanto de gozo, como também de sentido, na medida em que o campo simbólico advém, segundo vimos no capítulo anterior, apoiados em Didier-Weill (1997), com a esperança de nomeação ilimitada que o *há* significante produz. Em outros termos, há talvez, na constituição subjetiva, uma dimensão de promessa, quase sempre frustrada, na qual é preciso apostar.

Mas o aspecto mais curioso sobre o canto das sereias, segundo Blanchot (2013), era o encantamento. De onde surgia esse estranho efeito de um canto que parecia somente reproduzir o cantar humano? E por que apenas as sereias, que eram animais – lindas em razão do reflexo da beleza feminina – tinham esse poder que provocava, naquele que ouvia, a suspeita da inumanidade? O que levava tantos marinheiros à morte? O autor nos responde que este canto provocava um desespero muito próximo ao deslumbramento e o define como “o canto do abismo que, uma vez ouvido, abria em cada fala uma voragem e convidava fortemente a nela desaparecer” (p. 4).

Podemos pensar essa noção do canto que abre ao abismo conforme uma experiência de aproximação do Real provocada pela escuta e que convida ao gozo pleno. Sobre a questão dos limites entre o humano e o inumano, deter-nos-emos no próximo tópico, mas cabe aqui que introduzamos três dimensões estruturais da voz, trabalhadas por Bentata (2009), a partir de expressões gregas que permitem localizar, em cada uma delas, as instâncias Real, Simbólico ou Imaginário.

A dimensão *Phthoggos* designa o canto enquanto grito, como um puro som inarticulado, que pode ser associado à morte, remetendo ao real da voz. O *Op's* faz referência à aproximação da palavra, beirando a sedução, numa conotação harmoniosa, feminina e que refere-se à dimensão imaginária da voz. Já em *Aoïde*, a referência é o conteúdo, associando-se a um saber prometido e à dimensão simbólica (BENTATA, 2009).

De alguma forma todas essas dimensões estão em cena na Odisseia: o canto das sereias trazendo, sobretudo, a dimensão real, com a ideia de um gozo inarticulado, mas que ora está a serviço da abertura de um abismo, ora apela à sedução do feminino para convencer Odisseu a ficar e ouvi-las, sustentando, assim, a dimensão imaginária. Circe, fera deusa de humana voz, carrega tanto a dimensão imaginária, como a dimensão simbólica, na medida em que porta um saber sobre as sereias e que é transmitido a Odisseu.

Fazer essas reflexões acerca dos possíveis formatos da voz, neste trabalho, abre para que pensemos seus efeitos constitutivos, pois atravessar os caminhos para a humanidade requer que cruzemos cada uma dessas estruturas: o grito inarticulado, que caracteriza o campo do real que o pré-sujeito encontra ao nascer, é lido como apelo e traduzido pela voz melodiosa e sedutora da figura materna - dimensão imaginária – que, ao mesmo tempo, convida o infans a pactuar com o simbólico e a funcionar sob sua égide.

Para essa travessia, como vimos, é preciso colocar uma barra na promessa de gozo que o canto das sereias veicula, tornando-se surdo a isso, para que as outras dimensões da voz se estruturam. Ou seja, há a necessária perda de um aspecto da voz, que precisa cair no lugar de objeto *a*, para que o sujeito advenha na linguagem.

A queda da voz como *objeto a* ficará mais clara no próximo tópico, onde, ainda no campo das sirenas – entre humano e inumano -, apoiar-nos-emos no conto da pequena sereia de Andersen.

4.2 A PEQUENA SEREIA: e o lugar litoral

Curiosamente, o campo das sereias nos ensina bastante sobre a constituição do sujeito e, conseqüentemente, sobre o autismo. Talvez, a princípio, pela referência às suas vozes, tanto em uma dimensão melodiosa que, como vimos, é necessária à captura do pequeno nascituro, para um funcionamento sob a marca do simbólico, mas também, em algumas menções, pela aproximação a ruídos inarticulados, como uma voz que conduz ao abismo e aponta para uma dimensão real.

Com *A pequena sereia*, de Andersen (2010), vamos além da referência à voz e evidenciaremos a ideia de litoral em que a princesa está sempre referida. O conto narra a história de uma jovem sereia que se apaixona por um príncipe humano e que, para alcançar seu amor, é capaz de renunciar a vários traços de sua identidade de origem. Ela recorre aos poderes de uma bruxa para tornar-se humana, mas, como preço ou como a grama de carne com que precisa pagar a vida, precisa dar em troca sua voz.

“Mas terá que me pagar”, disse a bruxa. “Não vai receber minha ajuda a troco de nada. Você tem a voz mais adorável entre todos que habitam aqui no fundo do mar [...] Vou lhe pedir o que possui de melhor como paga por minha poção [...]” “Mas se me tira a minha voz”, disse a Pequena Sereia, “o que me sobrar?” (ANDERSEN, 2010, p. 233).

Um primeiro aspecto a se ponderar aqui e a que este trecho remete, é a necessária perda de uma dimensão da voz, para que o sujeito advenha com um lugar no discurso, o que, de alguma forma, faz alusão tanto ao necessário ensurdecimento que vimos no segundo tempo do circuito pulsional, como também a importância de que a voz caia como objeto *a*. A voz precisa perder-se para que o sentido emergja. A bruxa dá a humanidade para a sereia em troca de sua bela e melodiosa voz, aquilo que ela tinha de melhor e que produzia o gozo estético da música, segundo a referência de Vivès (2012), observada ao longo deste capítulo: “Nenhum ser humano tem voz tão bela. Ninguém cantava mais docemente que a Pequena Sereia, e todos a aplaudiram. Por um instante houve alegria em seu coração, pois ela sabia que ninguém tinha uma voz mais bela que a sua em terra ou no mar” (ANDERSEN, 2010, p. 228)

Tornar-se humana, para a pequena sereia, significa sair desse lugar de gozo com a própria voz, de lalação talvez, e adentrar no universo da linguagem, que habita os humanos por excelência. Mas, no conto, a bruxa lhe corta a língua, é um pedaço de carne literal, que a faz ser reconhecida, na vida humana, como mudinha. Fazendo reflexões acerca do exposto ao longo do nosso estudo, vimos que a voz só pode cair como objeto *a* na medida que esse

movimento é acompanhado pela estruturação do inconsciente a partir do recalque originário. A pequena sereia faz uma escolha consciente de renunciar da própria voz para advir como humana, mas esse movimento requer que renunciemos a nossa própria origem, que deixemos ao legado das trevas vários aspectos desse encontro mítico e originário entre real e simbólico. O trauma habita, insiste em se escrever, mas não é lembrado, sendo preciso saber-fazer com ele.

A história da sereia se sucede na vida terrestre com a aproximação eminente de sua morte, pois para garantir uma alma humana era preciso que conseguisse o amor do príncipe. O príncipe, entretanto, só dispõe por ela um amor fraterno, e no dia de seu casamento com outra princesa, na qual seu coração passaria a pertencer a outra mulher, a maldição da bruxa haveria de se cumprir: “Se o príncipe se casar com alguma outra pessoa, na manhã seguinte, o seu coração se partirá, e você virará espuma na crista das ondas” (ANDERSEN, 2010, p. 233).

O fato surpreendente do conto da pequena sereia é que, ao se jogar na água, sabendo que sua vida chegaria ao fim, foi rodeada de formosas criaturas, com vozes melodiosas e etéreas demais para serem ouvidas por ouvidos humanos, assim como vistas. Ela se percebeu com um corpo e uma voz tão etéreo quanto dessas criaturas e, ao perguntar onde estava, descobre que agora faz parte do mundo habitado pelos seres do ar.

Pode-se perceber, portanto, que a pequena sereia está o tempo habitando a litoralidade: entre o mar e a terra, entre a terra e o ar, entre o humano e o inumano. A ideia de litoral já foi observada em nosso trabalho ao longo deste capítulo, mas vale lembrar que podemos referi-la tanto num aspecto geográfico, que diz respeito à escrita do corpo pela língua materna, portanto num litoral entre corpo e linguagem, onde é possível pensar a relação sujeito-Outro e o funcionamento pulsional a partir das bordas e marcas com o gozo, como também à ideia de não homogeneidade entre dois elementos distintos.

A voz ocupa também um lugar de litoral entre a fala e o silêncio, articulando o que é indizível. Lembremos que a única forma de existência humana para a sereia foi fadada à mudez. Haveria aí, nessa mudez, que é antes constitutiva que orgânica, a irrupção permanente do que não pode ser dito, ou do que não ascende ao discurso e se constitui como fronteira?

A ideia do litoral, entre dois elementos, alude ainda ao necessário recobrimento do real pelo simbólico, também já exposto ao longo desta pesquisa. Como vimos, o recobrimento total é impossível, havendo sempre algo que fica de fora, logo, podemos pensar que, para

sustentar essa não-continuidade entre os registros, entre elementos não naturalizados em si, é exigido uma dose de criação: inventar com o real, circunscrevê-lo. Lacan (1971), no texto *Lituraterra*, fala sobre uma viagem que fez ao Japão, na qual, do avião, pode observar a planície siberiana e entender que, no litoral, habita algo da criação e invenção: “Rasura de traço algum que seja anterior, é isso que do litoral faz terra. *Litura* pura é o literal. Produzi-la é reproduzir essa metade ímpar com que o sujeito subsiste” (p. 21).

Ora, podemos pensar, de acordo com todo o desenvolvimento do trabalho, que os autistas estariam aprisionados nesse lugar de litoral? Tanto na construção das bordas corporais, a partir do circuito pulsional e da queda dos objetos *a*, como ao que subsiste entre real e simbólico? Poderíamos nós, os analistas, criar um espaço que possibilite a invenção e a criação com esse real permanente?

Eis a nossa aposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória pelo ensino de Lacan - e de estudiosos de sua teoria – construída ao longo deste trabalho, foi em busca de fundamentos para refletir sobre o inquietante diagnóstico de autismo. Buscamos subsídios para pensar as contribuições que a psicanálise traz a essa clínica. Para tanto, retomamos a questão que colocou em movimento as nossas reflexões: como se dá o processo pelo qual o sujeito é capturado, invocado e levado a adentrar no universo simbólico?

Nessa perspectiva, no primeiro capítulo, fizemos um passeio por autores que estão atualmente discutindo esta temática, o que nos aproximou de alguns posicionamentos necessários, tendo em vista a grande polêmica que o autismo envolve, como o de discordar da atual corrente que concebe os indivíduos diagnosticados com a síndrome pertencentes a uma quarta estrutura, cujo mecanismo se caracterizaria por uma exclusão do campo do Outro e da linguagem. Sustentamos, assim, que independente da serventia à comunicação, as manifestações linguísticas presentes no autismo são indício de que houve uma marca, haja vista que a linguagem e o Outro estão presentes desde o momento mítico e originário do nascimento do bebê, e esta presença não é sem efeitos.

Situar o sujeito como efeito da linguagem nos aproxima da importância que é desdobrar o processo pelo qual essa articulação é possível, o que foi realizado em nosso trabalho a partir de dois pontos: o primeiro que versa sobre a relação sujeito-Outro e o desenrolar desse encontro, que é desnaturalizante em sua origem e reflete na instauração da pulsão e dos circuitos que põem em movimento toda a economia de desejo do sujeito; e o segundo que diz respeito à ideia do inconsciente estruturado como uma linguagem, apontando para a inscrição significante e para o recobrimento do real pelo simbólico.

Nesses caminhos, evidenciamos uma dimensão específica da linguagem, como algo, que, na origem, vincula-se tanto à escrita do corpo-pulsão, como ao que participa desse enodamento entre os registros real e simbólico. Estamos falando de *lalíngua*, que evoca a linguagem do Real, ainda não ordenada pelo simbólico, traumática na origem e que marca o corpo do vivente: marcas de gozo com as quais ele terá de saber fazer-se posteriormente um leitor e ir em busca de um interlocutor.

Os circuitos pulsionais apontam para esse movimento, na medida em que narram o percurso que permite o sujeito fazer-se em relação ao Outro. Destacamos, em nosso trabalho, a pulsão invocante - ouvir, ser ouvido, se fazer ouvir – que circunscreve todo o processo pelo qual, na origem, o sujeito vai ser marcado pela escuta de *lalíngua*, da qual precisará ensurdecer, para que possa advir como sujeito falante. A escuta dessa voz originária carrega também a marca do gozo autista do Um, que precisará ser renunciado em prol de um gozo articulado na ordem simbólica.

A ideia de gozo remete, ainda, à noção da voz como objeto *a*, trabalhado ao longo de todo o nosso percurso. O seu estatuto é marcado pela função de corte que exerce em suas escansões, além de circunscrever dois orifícios: a boca e o ouvido. A voz se alia ao silêncio, ao silêncio do Outro, que aponta a falta de garantias últimas para traduzir em significantes o enigma do desejo no qual somos constituídos.

Com as reflexões advindas tanto da Odisseia, no Canto das sereias, como em A pequena sereia, de Andersen, aproximamo-nos de questões acerca da voz em suas várias dimensões estruturais, como também da problemática dos limites: a geografia corporal, efeito da litoralidade entre o corpo, linguagem e *lalíngua*, que remete à noção de pulsão concebida desde Freud num limite entre o psíquico e o somático; e ao litoral nada homogêneo entre o simbólico e o real.

Mas como esta trajetória ensina à psicanálise sobre a clínica do autismo? Num primeiro plano, pensamos que as elaborações construídas sobre o lugar do Real na constituição do sujeito, bem como a noção de litoral, apontam para a possibilidade de uma clínica a partir do enlaçamento do real pelo simbólico, e não pela via do imaginário.

Mas indo além dessas reflexões, julgamos que o trabalho com o real nos coloca em constante contato com algo que é da ordem do inalcançável, do inaudito e, para tanto, é preciso de certa inventividade para contornar esses espaços de silêncio e de vazio.

Com Didier-Weill (1997), aprendemos que existe uma dimensão musicante na voz, anterior à fala, que transmite a vocação para se tornar humano. O êxtase produzido pelo gozo estético da música, segundo o autor, remonta à comemoração do pacto originário entre real e simbólico, que, em função do recalque originário, é inaudita. O papel da música e da poesia, ambas circunscritas na pulsão invocante, seria o de possibilitar um mais além no sentido, algo

que transcende a lei simbólica do nome-do-pai e circunda esses não-lugares que o simbólico não alçou ordenar.

E nessa perspectiva sugerimos que talvez o trabalho do analista, ao lidar com o autismo, seja similar ao do músico ou do poeta, que ao fazer ressoar o momento originário da constituição, legado ao lugar de borda, possibilita inventar e criar outras formas de lidar com o silêncio e com o inaudito.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, S. (Orgs) *Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo*. Rio de Janeiro: Marca D'água Livraria e Editora: 1999.

ALBERTI, S; ELIA, L. *Psicanálise e Ciência: encontro dos discursos*. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**. Fortaleza , v. 8, n. 3, set. 2008.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders (5th ed.)**. Washington, DC: Author, 2013.

ANDERSEN, H. C. **A Pequena Sereia**. In *Contos de Fadas: de Perrault, Grimm, Andersen e Outros*: Rio de Janeiro: Zahar, 2010 [1837]

ASSOUN, P-L. **O olhar e a voz: lições psicanalíticas sobre o olhar e a voz: fundamentos da clínica à teoria**. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 1999.

BARROS, M. **Poesia Completa**. São Paulo: LeYa, 2013.

BASTOS, M. B. **Incidências do educar no tratar: desafios para a clínica psicanalítica da psicose e do autismo**. 2012. 225 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 2001.

BENTATA, Hervé. *O canto da sereia: considerações a respeito de uma incorporação frequente da voz materna*. In **Reverso**. Belo Horizonte, ano 31, n. 57, p. 13-20, jun 2009.

BERNARDINO, L. M. F. (Orgs) **O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição**. São Paulo: Escuta, 2006.

BERNARDINO, L. M. F. *A questão da psicose da infância, seu diagnóstico e tratamento frente ao seu “desaparecimento” da nosografia atual*. In JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (Orgs) **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

BLANCHOT, M. **O livro do por vir**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CALDAS, Heloisa. **Da voz à escrita: clínica psicanalítica e literatura**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007a.

_____. Uma caligrafia cinematográfica: sobre a escrita, corpo, cinema e psicanálise. In LEITE, Nina Virgínia; AIRES, Suely; VERAS, Liliane (Orgs) **Linguagem e Gozo**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007b.

CATÃO, I. **O bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo**. São Paulo: Instituto Langage, 2009.

CATÃO, I; VIVES, J-M. Sobre a escolha do sujeito autista: voz e autismo. **Estudos de Psicanálise**. Belo Horizonte, n. 36, p. 83-92, dezembro de 2011.

COPPUS, Alinne Nogueira Silva. Do corpo imaginário ao corpo marcado pelo objeto a no ensino de Lacan: uma torção. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 30, n. 56, p. 71-75, out. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952008000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2016.

CORIAT, E. H. Os negros efeitos do DSM-IV. In JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (Orgs) **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

COSTA, Ana. **Litorais da Psicanálise**. São Paulo: Escuta, 2015.

DIDIER-WEILL, A. **Os três tempos da lei: o mandamento siderante, a injeção do supereu e a invocação musical**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Invocações: Dionísio, Moisés, São Paulo e Freud**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

_____. **Lacan e a clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

_____. **Nota azul: Freud, Lacan e a arte**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2ed, 2014.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003 (1989)

DSM-IV. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 4ed. Porto Alegre: Artes Médias, 1995.

ELIA, L. Psicanálise: clínica & pesquisa. In ALBERTI, S; ELIA, L. (Orgs). **Clínica e Pesquisa em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000, p. 19-35.

FELDSTEIN, R; FINK, B; JAANUS, M. (Orgs) **Para ler o seminário 11**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FERNANDES, C. M.; RASSIAL, J-J. (Orgs) **Crianças e adolescentes: encantos e desencantos**. São Paulo: Instituto Langage, 2012.

FERREIRA, S. Autismo: o Outro inconstituído. In FERNANDES, C. M.; RASSIAL, J-J. (Orgs) **Crianças e adolescentes: encantos e desencantos**. São Paulo: Instituto Langage, 2012.

FIALHO, J. **ABA e autismo: esclarecendo alguns mitos**. Comporte-se Psicologia Científica, 30 de março de 2013. Disponível em: < <http://www.comportese.com/2013/03/aba-e-autismo-esclarecendo-alguns-mitos.html>> Acessado em: 17 de maio de 2013.

FRANÇA NETO, Oswaldo. A Bejahung nas conexões da psicanálise. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.153-163, 2006.
Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652006000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Jan. 2016.

FREUD, S. **Projeto para uma psicologia científica**. Obras Completas, vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1990 [1895]

_____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Obras Completas, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1989 [1905].

_____. Introdução ao Narcisismo. In **Introdução ao Narcisismo: ensaios metapsicológicos e outros textos (1914-1916)**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1914].

_____. Os instintos e seus destinos. In **Introdução ao Narcisismo: ensaios metapsicológicos e outros textos (1914-1916)**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1915].

_____. **Psicologia das Massas e Análise do Eu. In Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923).** São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1921]

_____. **A Negação. In Obras completas vol 16: O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925).** São Paulo: Companhia das letras, 2011.

HOMERO. **Odisseia.** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

HOUART, B. **Aluimentos.** Lisboa: Edições Cotovia, 2009.

JERUSALINSKY, A. **Saber falar: como se adquire a língua?** 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Psicanálise e Desenvolvimento infantil: um enfoque transdisciplinar.** 5ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2010.

_____. **Psicanálise do Autismo.** 2 ed. São Paulo: Instituto Langage, 2012a.

_____. Um autista merece a chance de se constituir como sujeito. **SIG Revista de Psicanálise**, Porto Alegre, v. 1, n1. Ago, 2012b, p. 103-114.

JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (Orgs) **O livro negro da psicopatologia contemporânea.** São Paulo: Via Lettera, 2011.

JERUSALINSKY, J. **A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê.** Salvador, BA: Ágalma, 2011.

KUPFER, M. C. Notas sobre o diagnóstico diferencial da psicose e do autismo na infância. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 11, n. 1, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642000000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 10 de jan. de 2015.

KLIN, Ami; MERCADANTE, Marcos T. Autismo e transtornos invasivos do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, 2006.

LACAN. J. **O Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997 [1969-1970].

_____. O estádio do espelho como formador da função do eu. In **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1949]

_____. Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud. In **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar 1998 [1954]

_____. Posição do Inconsciente. In **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 [1960].

_____. **O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 [1957-1958]

_____. **Lituraterra**. In Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 [1971].

_____. **O Seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1962-1963]

_____. **Problemas cruciais para a psicanálise: 1964-1965**. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2006.

_____. **Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1964]

_____. **Seminário, livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1972-1973].

_____. **A identificação: seminário 1961-1962**. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2011.

_____. **O seminário, livro 22: R.S.I.** 1974-1975 – inédito.

LAURENT, E. Alienação e separação I. In FELDSTEIN, R; FINK, B; JAANUS, M. (Orgs) **Para ler o seminário 11**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. Alienação e separação II. In FELDSTEIN, R; FINK, B; JAANUS, M. (Orgs) **Para ler o seminário 11**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. O que nos ensinam os autistas. In MURTA, A; CALMON, A; ROSA, M. (Orgs.) **Austismo(s) e Atualidade: uma leitura lacaniana**. Belo Horizonte: Scriptum Livros: 2012.

_____. **A batalha do autismo: da clínica à política.** Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

LAZNIK, M-C. (Orgs) **O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas.** Salvador, BA: Ágalma, 1994.

_____. **A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito.** Salvador, BA: Ágalma, 2004.

LAZNIK, M. C; MAESTRO, S; MURATORI, F; PARALO-OLIVEIRA, ERIKA. Interações sonoras entre bebês que se tornaram autistas e seus pais. In BERNARDINO, L. M. F. (Org) **O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição.** São Paulo: Escuta, 2006.

LEITE, N. V. de A. Corpolingüagem. In VOCARO, A (Org) **Quem fala na língua? Sobre as psicopatologias da fala.** Salvador, BA: Agalma, 2004.

LEITE, Nina Virgínia; AIRES, Suely; VERAS, Liliane (Orgs) **Linguagem e Gozo.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

LUCIONI, I. Polémica sobre el autismo: prolegómeno de la polémica acerca de toda la salud mental. **SIG Revista de Psicanálise**, Porto Alegre, v. 1, n1. Ago, 2012, p. 115-118.

MALEVAL, J-C. “Sobretudo Verbosos” os autistas. In **Latusa: objetos soletrados no corpo.** Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise, 2007.

_____. Língua verbosa, língua factual e frases espontâneas nos autistas. In MURTA, A; CALMON, A; ROSA, M. (Orgs.) **Austismo(s) e Atualidade: uma leitura lacaniana.** Belo Horizonte: Scriptum Livros: 2012.

MARTIN, R. P. Apresentação. In HOMERO. **Odisseia.** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MILLER, J-A. **Jacques Lacan e a voz.** Opção Lacaniana online. Ano 4, n. 11, 2013.

MURTA, A; CALMON, A; ROSA, M. (Orgs.) **Austismo(s) e Atualidade: uma leitura lacaniana.** Belo Horizonte: Scriptum Livros: 2012.

NASIO, J.-D. **Introdução à topologia de Lacan.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NOMINÉ, B. A questão do sintoma e a problemática do corpo no autismo, In ALBERTI, S. (Orgs) **Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo**. Rio de Janeiro: Marca D'água Livraria e Editora: 1999.

_____. O que nos ensinam os autistas. **A peste**, São Paulo, v. 4, n. 2, jul/dez 2012, p. 27-39.

NOVAES, M. A. A. **Paradoxos e pertinências clínicas do conceito de identificação no ensino de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

POIZAT, Michel. **La voix sourde**. Filigrane, Numeros de la revue, Musique et inconsciente, Disponível em:

http://www.psychanalyse.com/pdf/MUSIQUE_ET_INCONSCIENT_LA_VOIX_SOURDE.pdf Atualizado em 27/05/2011.

PORGE, Erik. **Voz do eco**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

QUIGNARD, P. **Ódio à música**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

QUINTAIS, L. **O Vidro**. Porto: Assírio & Alvin, 2014.

RABINOVITCH, S. **A forclusão: presos do lado de fora**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

RESTREPO, J. M. B. Do autismo nos tempos do capitalismo ao sujeito autista da psicanálise. **A peste**, São Paulo, v. 4, n. 2, jul/dez 2012, p. 57-64.

ROCHA, F. H. Questões sobre a alteridade no autismo infantil. **Estilos da Clínica**, vol 14, n21, 2009, p. 150-171.

PERRONE, C. A polêmica do autismo na França. **SIG Revista de Psicanálise**, Porto Alegre, v. 1, n1. Ago, 2012, p. 99-102.

RINALDI, D. O traço como marca do sujeito. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n.31, out.2008.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372008000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 20 jan. 2016.

RODRIGUEZ, L. O dizer autista. In ALBERTI, S. (Orgs) **Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo**. Rio de Janeiro: Marca D'água Livraria e Editora: 1999.

SCHERMANN, E. Uma gramática que não se escreveu. In ALBERTI, S. (Orgs) **Autismo e esquizofrenia na clínica da esquizo**. Rio de Janeiro: Marca D'água Livraria e Editora: 1999.

SOLER, C. O sujeito e o Outro II in FELDSTEIN, R; FINK, B; JAANUS, M. (Orgs) **Para ler o seminário 11**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **O inconsciente a céu aberto na psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. **Seminário de leitura de texto ano 2006-2007: Seminário A angústia de Jacques Lacan**. São Paulo: Escuta, 2012a.

_____. **Lacan, o inconsciente reinventado**. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2012b.

SCHWARZ, C; MOSCHEN, S. A pulsão invocante e o abismo das origens: notas sobre a música e o silêncio. **Cad. Psicanál – CPRJ**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 153-169, jul/dez. 2012.

TOLIPAN, E. Os paradoxos do gozo p. 210-216. In **Pulsão e Gozo - Revista da Letra Freudiana**. Escola, Psicanálise e Transmissão. Ano XI, n. 10/11/12.

VIDAL, E. A; VIDAL, M, C, V. O que o autista nos ensina: considerações sobre alienação e o autismo. In **Revista da Letra Freudiana: O autismo**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

VIVÈS, J-M. **A voz na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2012.

VORCARO, A. O efeito bumerangue das classificações psicopatológicas da infância. In JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (Orgs) **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

VORCARO, A; LUCERO, A. Entre real, simbólico e imaginário: leituras do autismo. **Psicologia e Argumento**, Curitiba, v. 28, n. 61, 2010, p. 147-157.